

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO**

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MESTRADO

***SER PAI HOJE: UMA CONEXÃO ENTRE A
EDUCAÇÃO E A PSICANÁLISE***

Edna Maria Galvão de Oliveira

Rio de Janeiro/2007

Edna Maria Galvão de Oliveira

***SER PAI HOJE: UMA CONEXÃO ENTRE A
EDUCAÇÃO E A PSICANÁLISE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora Profa.Dra. Rita Maria Manso de Barros

Rio de Janeiro 12 de fevereiro de 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Edna Maria Galvão de Oliveira

***SER PAI HOJE: UMA CONEXÃO ENTRE A
EDUCAÇÃO E A PSICANÁLISE***

Aprovado pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, 12 fevereiro de 2007

Professora Doutora Rita Maria Manso de Barros
Orientadora – UNIRIO

Professora Doutora Márcia Mello de Lima – UERJ

Professora Doutora Angela Maria de Souza Martins – UNIRIO

Ao meu pai, que me fez falta a vida inteira;

à minha mãe, que me faz tanta falta, hoje e sempre, e que ficaria muito feliz, em poder brindar comigo esse momento, mas não teve esta oportunidade;

aos meus filhos, que souberam compreender e respeitar minhas “ausências” e que me dão amor e força para *ser* mais;

às minhas irmãs Nise e Dirci, pelo afeto e amizade incondicionais.

Agradecimentos

À minha querida orientadora, professora Dr. Rita Maria Manso de Barros, pelas indicações de livros e pelas “trocas” que tanto me ajudaram a dar corpo e consistência a este estudo; pela condução sábia, firme, e, ao mesmo tempo, atenta e suave nestes dois anos;

às caríssimas professoras, Dra. Márcia Mello de Lima, membro externo da Banca (Uerj) e Dra. Angela Maria de Souza Martins, (Unirio) que, de maneira tão pertinente e generosa, contribuíram muito em meu Exame de Qualificação;

aos prezados professores de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO, que colaboraram na minha formação acadêmica, possibilitando a ampliação do meu olhar;

às queridas amigas Sueli Thomaz, Vera Ribeiro, Flávia Lobão, Maria Helena Pacheco e Georgianna Dobbin, que indicaram homens-pais para serem entrevistados;

aos homens-pais, que gentilmente ofereceram suas histórias de vida para a sustentação desta pesquisa;

à querida amiga Jaciana Guaraná, que, com enorme generosidade, colaborou na questão das narrativas e às também queridas amigas Márcia Magalhães e Maria do Carmo Graça, que contribuíram muito com suas leituras;

ao meu filho Júnior e meu neto Bruno que posaram para ilustrar este estudo; ao meu filho André, que confeccionou o convite para este evento, e a Olga Loureiro, que o ajudou;

às amigas, Sandra Albernaz, que traduziu alguns textos em francês e Georgianna Dobbin, que também fez tradução e elaborou esta apresentação em PowerPoint.

ao amigo, José Inácio Parente, psicanalista que, solidário à causa paterna, cedeu fotos e textos do seu mais recente livro *Pai Presente*, para enriquecer nossa dissertação;

à FAPERJ pelo apoio concedido a este trabalho acadêmico.

O pai não é o *genitor*, implicado na “reprodução” animal. O pai “dá à luz” de múltiplas maneiras, a *luz* aparecendo aqui como “manifestação de sua presença”! [...] Ao *escuro-frio-úmido* opõe-se o *seco-quente-claro*, num jogo de oposições simétricas que tentam definir, miticamente, a parte que cabe ao homem e à mulher. Comparar o pai ao sol e convertê-lo em um Deus, em um ser todo-poderoso, não é responder à questão colocada quanto à diferença pai/genitor. Quem poderia intitular-se *pai*, se a palavra não existisse? Sem o significante *pai*, quem poderia dizer: “Eu sou pai... eu sou seu pai... tu és meu pai... ele é teu pai”? (BERNARD THIS, 1987:30).

Resumo

O provável declínio no exercício da função paterna e as mudanças impostas na família, pela inserção feminina no mundo do trabalho, apontaram-nos a necessidade desta investigação e pesquisa acadêmica. O objetivo deste estudo foi verificar como o homem-pai, ao se deparar com a exigência de revisão do seu papel no mundo contemporâneo, vê a sua relação com o filho. Buscamos saber de que forma as subjetividades dos homens foram e são constituídas na presença física e nas trocas afetivas dessa relação. Através de algumas perspectivas teóricas que interpretam o papel do pai no desenvolvimento emocional dos filhos, traçamos um percurso da prática da paternidade, desde a sua descoberta até os dias de hoje. Refletimos sobre os impactos da emancipação feminina no homem contemporâneo e fizemos uma interlocução com algumas mídias, em relação ao atual posicionamento do pai. Aspectos significativos da subjetividade do homem-pai foram abordados segundo as visões de Freud e de Lacan, e traçamos uma conexão entre educação e psicanálise. Utilizamos, como metodologia, entrevistas semi-estruturadas com o objetivo de ouvir o homem-pai, *por ele mesmo*, transformando-as em narrativas, para uma melhor compreensão do que é *ser pai* hoje. Optamos por ouvir o homem-pai que toma conta de seu filho e que funde a função paterna com o seu papel de pai, cuidando e educando-o, numa relação de cumplicidade, responsabilidade e afeto, *sem* a presença da mãe da criança e ao qual denominamos *diligente*. A análise das narrativas aponta que, mediante as diversas alternativas vigentes de formação familiar, hoje, na contemporaneidade, há um novo modelo de pai, que conduz, sozinho, e que dá conta, da formação e educação do(s) filhos(s) e de suas demandas objetivas e subjetivas, na sociedade, baseado nas referências paternas e/ou maternas, nas quais esse homem foi criado.

Palavras-chaves: subjetividades, função paterna, paternidade, emancipação feminina, contemporaneidade, narrativas.

Abstract

The likely decline in the exercising of the paternal function besides the changes imposed in the family, due to the feminine insertion in the job market, have indicated to us the necessity of this academic research and investigation. The goal of this study has been to verify how the father-man, once face with the urgent need of a revision of his hole in the contemporary world, sees his relationship with his son/daughter. We wanted to know the ways in which men's subjectivities have been shaped by the physical presence and the affective exchanges in the father/son relationship. Through some theoretical perspectives, which interpret the paternal hole in the emotional development of the offspring, we have drawn a course of paternal practice, since its discovery up to now. We have reflected about the impacts of female emancipation upon the contemporary male and we have done an interlocution with some Medias, concerning the father position nowadays. Important aspects of the father-man's subjectivity have been approached according to Freud's and Lacan's views, and a connection has been drawn between education and psycho-analysis. As methodology it has been used semi-structured interviews with the intention of listening to the father-man, in his own words, making out narratives, for a better understanding of what it means to be a *dad* nowadays. We have chosen to listen to a father-man who looks after his son and joins the paternal function with his hole as a father, caring and educating, in a relationship of complicity, responsibility and affection, without the presence of the mother; this man was denominated *diligent*. The narratives analysis shows that, in face of the many different alternatives of family formation, today, in the contemporary world, there is a new father hole, that leads, alone, and accomplishes the offspring formation and education, besides their objective and subjective demands, in the society, based upon the paternal and/or maternal references in which that man has been raised.

Key Words: subjectivities, paternal function, paternity, female emancipation, contemporary, narratives.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1. Paternidade: um percurso histórico	17
1.1 - O pai	17
1.2 - O nascimento do pai	20
1.3 - O pai e a família antiga	23
1.4 - O pai e a família moderna	27
1.5 - O pai e a criança	28
1.6 - O pai e a educação	30
1.7 - O pai e a autoridade	31
1.8 - A reformulação do papel do pai	35
Capítulo 2. O pai contemporâneo, a mulher e as mídias	38
2.1 - Embate feminino x masculino	39
2.2 - A crise do homem contemporâneo	43
2.3 - Os discursos das mídias	44
2.3.1 - A mídia e a emancipação feminina	45
2.3.2 - A mídia e as mudanças dos homens	46
2.3.3 - O pensamento do homem, pai atual	47
2.3.4 - A lei e os direitos dos pais	49
2.3.5 - O pai como exemplo	51
2.3.6 - A paternidade nas telas de cinema	52
Capítulo 3. O pai e a psicanálise.	55
3.1- O mito de <i>Totem e tabu</i>	56
3.2.A importância da função paterna	60
3.2.1 – O complexo de Édipo	64
3.2.2 - O supereu	67
3.2.3 - O sentimento de ambivalência	69
3.2.4 - A sensação de desamparo e a necessidade de proteção	70
3.2.5 - Os Nomes-do Pai	72
3.3 - Conexão entre Educação e Psicanálise	77
3.3.1 - A força das pulsões	80
3.3.2 - Os efeitos do narcisismo na educação	83
Capítulo 4 - Narrativas dos pais contemporâneos	84
4.1- Pai <i>diligente</i> , um modelo de pai contemporâneo	87
4.2- Análise das narrativas	89
4.2.1 – Primeira narrativa	89
4.2.2 – Segunda narrativa	96
4.2.3 – Terceira narrativa	103
Considerações Finais. O que é ser pai hoje?	111
Referências bibliográficas	119
Anexos	128

Introdução

O adágio freudiano, já conhecido do senso comum, de que uma mãe é certa e um pai, incerto, hoje não mais se revela verdadeiro, já que temos como comprovar a paternidade através de exames de laboratórios com os testes de *DNA*. Essa potencial revolução, se de um lado torna-se um importante aliado na questão da angústia ligada à paternidade incerta, por outro afirma o congelamento de espermatozoides para uso futuro, além de alimentar a questão das “barrigas de aluguel”. Supondo que se possa limitar a identidade feminina ao poder materno, a identidade masculina apresenta um enigma: qual a experiência, além da sexual, que é própria ao homem? Podemos nos contentar em dar uma definição negativa do macho como *aquela que não gesta filhos*? Badinter (1986:13) questiona: “Nessa época de divórcios e recomposições familiares, fecundação *in vitro* e possíveis manipulações genéticas, o que restará de inalterável que nos mantenha indissolúvelmente ligados a nossos ancestrais mais longínquos?”.

Mudou o mundo, mudaram as mulheres e as idéias feministas tomaram as devidas proporções. Toda uma organização social mudou em função de uma nova ordem econômica. Padrões estereotipados de comportamentos machistas não se sustentam mais. Nesse acelerado processo de mudanças sócio-culturais, onde o casamento acontece mais tardiamente, juntamente com a paternidade e a maternidade, destacamos o advento da pílula anticoncepcional, que no século XX, na década de 60, influenciou toda uma geração de mulheres; a dissociação do prazer sexual da maternidade permitiu às mulheres maior autonomia quanto à sua sexualidade, ampliando o poder de decisão sobre quando ser mãe. A chegada do teste de *DNA*, para confirmação ou não da paternidade, reflete o critério de “verdade biológica” que sustenta a filiação natural, mas, em certa medida, a fragiliza, pois necessita da ciência para designar o pai. É preciso ressaltar que esse tipo de exame, além de assegurar para a criança seu direito a ter um pai, protege a palavra da mulher como portadora da verdade sobre o saber quem é o pai de seu filho. Como consequência dessa conquista, dificilmente haverá no futuro um filho sem nome do pai em sua carteira de identidade.

As mulheres iniciaram uma revolução sem precedentes e os homens contemporâneos devem refletir sobre o paradigma onde novos meios de exercício da paternidade se colocam em prática. O homem atual vive um momento movediço e inédito. Para Hurstel (1999:140)

“a nova definição de paternidade com a reprodução assistida e as mudanças nas representações coletivas permitem dizer que os pontos de referência tradicionais da paternidade voaram pelos ares”.

Em *O elogio da diferença*, Rosiska Darcy de Oliveira (1991) aponta que o discurso sobre a igualdade dos sexos, vigoroso ainda nos anos oitenta, está sendo substituído por um em que as diferenças tornaram-se complementares, na medida em que deixaram de disputar igualdades. Atualmente, na prática, há troca de papéis: pais passeiam com os filhos, assumem tarefas com as crianças e com a casa, enquanto muitas mulheres pagam as contas.

Neste estudo, com o objetivo de verificar como o homem-pai, hoje, se relaciona com o filho, procuramos obter respostas para: *É importante um pai? Qual a diferença entre pai e genitor? Será a paternidade uma construção? O papel do pai muda ou evolui? Ser pai é exercer uma função? A função paterna muda com o tempo e a cultura? O que pensa o pai sobre a função paterna? Quais fatores do mundo atual interferem no exercício da função paterna? Para quem serve um pai? O que é ser pai hoje?* Essas são questões-guia, em nosso trabalho, para compreensão de como se dá o exercício da função paterna na contemporaneidade e de como os pais de hoje, envolvidos em tantas transformações, vivem essas mudanças e assumem seu papel.

Os historiadores franceses, Jean Delumeau e Daniel Roche (1990), se perguntam se hoje o pai tem futuro no Ocidente. Essa preocupação é decorrente da observação da multiplicação dos divórcios e do recurso da procriação assistida, que fazem com que, em numerosos casos, a paternidade não seja mais assegurada por um só homem. A partir de então é impossível não se perguntar, pois as respostas não são mais evidentes: morte do pai ou novo pai? A parentalidade biológica tem um estatuto superior, igual ou inferior à paternidade social? Teremos para tantas perguntas pelo menos algumas respostas que nos façam compreendê-las?

O filho torna-se *filho do pai*, quando o pai o assume de fato. Mas, em última instância, o homem só se torna *o pai* se a mãe assim o desejar, pois, segundo Delumeau e Roche, “a paternidade de intenção” constitui cada vez mais o modelo dominante, e é a partir dela que é preciso reconceituar a forma como os homens podem se fazer atravessar pela função paterna.

As questões acima imbricam-se na compreensão e entendimento de como o homem contemporâneo encarna a paternidade, pois a família patriarcal pode ter ainda algum vestígio, mas está lentamente fazendo parte de hábitos do passado. Portanto, para obtermos algumas

respostas, interrogamos o homem-pai, no desejo de entender como a relação pai e filho influencia a sua maneira de ver o mundo, instituindo a sua subjetividade e de que forma essa relação é constatada por ele mesmo.

Nessa cultura hegemônica pelo discurso que atribui maior destaque ao papel da mãe, já que a relação mãe e filho é mais íntima e natural, num contato que começa antes do que o do pai, pensamos que a relação pai e filho precisa ser revista, construída e freqüentemente alimentada no cotidiano. No entanto, é a vontade sustentada de acolher o filho e assegurar-lhe proteção e cuidados que faz com que um pai e uma mãe tenham esse título.

Sabemos que a imagem paterna é construída a partir de nossos desejos e dos desejos do outro, porém, Crespo (2003:276) pontua que “não há pai que esteja à altura do lugar de pai. Aliás, nunca houve. Quem possuiria força, virtude, saber e equilíbrio suficientes para encarnar o ideal paterno?”

O discurso do processo civilizatório considera que o pai é aquele que legisla, que limita, que dá segurança e conseqüentemente também é provedor. E que a função paterna está introjetada em nós por ser a função lógica que nos dá sustentação e ser nosso ponto de ancoragem. No breve percurso histórico que traçamos da paternidade, que vai dos tempos primevos até o início do século XXI, oscilações foram apontadas por Lacan em seu estudo *Complexos familiares: o declínio social do pai como uma crise psicológica que forma a essência da “grande neurose contemporânea”*. Dimensão social da neurose, portanto, dimensão histórica do sujeito (LACAN apud HURSTEL, 1999:18).

Como falamos em contemporaneidade, para melhor nos situarmos, vale ressaltar que entendemos como *civilização moderna* a que trouxe o capitalismo e Crespo (2003:11) caracteriza como *civilização contemporânea* os contornos que a sociedade vem adquirindo desde a Segunda Guerra Mundial, em que se vêem acelerando o alcance, a profundidade e o ritmo das revoluções tecnológicas.

Fala-se em declínio do papel do pai a partir da queda dos ideais da modernidade, ou seja, da Revolução Francesa. É neste mundo que o reformista buscará a encarnação dos ideais igualitários, pondo em dúvida hipóteses teológicas e o destino predeterminado por Deus. Vários pensadores identificam esse declínio após um longo período sustentado pelas crenças judaico-cristãs. Na realidade, a religião foi essencial para sustentar o pai em lugar de destaque na constelação familiar.

Em relação ao declínio do papel do pai, a filósofa francesa, Elizabeth Badinter (1993), baseada em estudos realizados nos últimos vinte anos, verifica que o fim do patriarcado, que está ocorrendo, começa a desenhar uma paternidade completamente diferente dos moldes tradicionais. Constata que o novo pai, oriundo das classes média e alta, procura alcançar uma ruptura com o modelo que viveu na sua infância e deseja reformular o comportamento do seu próprio pai, o qual considera frio e distante. Esses pais almejam reparar sua própria infância e vivem, hoje, com mulheres que não têm vontade de ser mães em tempo integral. Participam ativamente do cuidado e da educação de seus filhos, consideram-se mais felizes e realizados na sua paternidade do que os pais pouco ou nada envolvidos. Porém, do mesmo modo que as mulheres, os homens atualmente oscilam entre atitudes relacionadas aos novos papéis e posições deles esperados e aqueles vinculados à antiga identidade masculina. Em relação às mulheres, pensamos que os novos modelos são fruto de uma insatisfação há muito reconhecida e que só após uma grande batalha estão sendo aceitos. Quanto aos homens, parece que esses novos papéis foram desencadeados pelas alterações no papel e na posição das mulheres na sociedade.

Nesse contexto social demarcado por tais transformações, os homens não querem mais ser autoritários, como foram os seus pais, e muitos já aceitam compartilhar esses novos papéis, em que pese o temor pela perda da virilidade e de todas as vantagens a ela relacionadas. O incremento do uso de tecnologia e ainda a inserção da mulher na vida pública provocaram uma necessidade de maior flexibilização no âmbito das relações familiares, em especial a existente entre pai e filho.

As mulheres conquistaram espaço no mercado de trabalho e puderam optar entre ir trabalhar, não trabalhar ou parar de trabalhar. A opção pelo trabalho, fora de casa, trouxe às mulheres e aos homens a necessidade de articular novas responsabilidades familiares e profissionais, além de, dialeticamente, administrar conflitos de ordem pessoal. Se, por um lado, a mulher se emancipou e participa mais ativamente da sociedade, por outro, obteve uma jornada de trabalho dupla, desenvolvendo para além de sua feminilidade a parte *viril* do seu ser. Mas o que era apenas uma opção, trabalhar fora, em muitos casos virou uma necessidade. A entrada da mulher no mercado de trabalho, além de ser uma conquista feminina e social, tornou-se necessária no sustento de inúmeras famílias.

As famílias, mesmo em crise, ainda são o porto seguro e a referência humana à arrogância da sociedade e da ciência. O conceito de família e o papel da mulher-mãe, permeiam o nosso trabalho, pois não existe paternidade sem maternidade. Entretanto, é

evidente, na atualidade, que novos padrões familiares entraram em vigência, gerando novas relações entre homens e mulheres e entre esses e seus filhos. As diferentes formas de família, conjugais, monoparentais: famílias chefiadas por mulheres, famílias compostas pelo pai e seus filhos, famílias recompostas ou reconstituídas, uniões estáveis e casais homossexuais, tornam o relacionamento de pai e filho cada vez mais complexo.

Para nos determos na relação pai x filho, podemos pensar em dois pontos segundo Nolasco (1993:87): “nos impactos gerados sobre os filhos por crescerem em famílias sem pais e na preparação que hoje os homens têm para conduzirem a demanda objetiva e subjetiva produzida por filhos que vivem *com os pais, sem as mães*”. Homens têm sido convocados a participar mais das tarefas de casa e isso vem acontecendo em diferentes classes sociais, proporcionando maiores oportunidades de convívio com os filhos. No entanto, em que pese a emergência dessas transformações se dar mais nas camadas médias e nas grandes cidades, ainda são procedimentos que fogem ao padrão de masculinidade hegemônica tradicional da nossa sociedade.

Com o objetivo de dar forma ao nosso estudo elegemos o enfoque psicanalítico para o entendimento da constituição das subjetividades, com Freud reverberando um anseio pelo pai – como ponto de ancoragem -, e Lacan pensando a idéia da decadência da *imago* paterna – pai modelo - e a recuperando. Supomos abrangentes os fundamentos e referenciais freudo-lacanianos para dar conta da necessidade do exercício da função paterna (uma função de nomeação), em relação aos efeitos provocados no sujeito e, por demonstrarem capacidade de dialogar e articular seus conceitos com os das ciências sociais, o que é observado no campo cultural. Outros teóricos e pensadores, que também transitam por esta questão, iluminam e promovem uma interlocução com o nosso trabalho.

A partir desses dados, buscamos investigar, no aflorar de uma nova dinâmica familiar – *que não tem a estrutura nuclear e triangular* -, uma das faces da sociedade na qual vive atualmente o homem que, neste estudo, chamamos de pai *diligente* – palavra que vem do latim *diligens, diligentis* e significa *que ama, zeloso, afeiçoado* (TORRINHA, 1945).

Dentro dos novos padrões que surgiram entre as relações, na contemporaneidade, um deles é *o pai* que vivencia a sua paternidade como um pai *diligente*, ou seja, que funde a função paterna com o seu papel de pai, cuidando e educando o(s) filho(s), numa relação de cumplicidade, responsabilidade, cuidados e afetos, *sem* a presença da mãe da criança. Esta filiação é firmada pelo homem por um ato de reconhecimento voluntário e também pela palavra e vontade de não delegar a outro seu papel de pai e a função paterna. Optamos por

compreender esse modelo de pai contemporâneo, mas não o cristalizamos, já que sabemos que existem *bons pais*, que tanto podem estar sós como bem acompanhados de suas parceiras. É evidente, que o ideal para o filho é ser criado por pai e mãe.

Já que, potencialmente, os atos humanos são fatos históricos e subjetivos, buscamos respostas através das pesquisas bibliográfica e empírica, para sustentar nossa investigação. Adotamos a entrevista narrativa como primeiro instrumento heurístico, por considerarmos que esta opção metodológica proporciona um bom entendimento para quem lê esse tipo de trabalho, e a análise qualitativa enquanto estratégia, por permitir dar relevância à fala do entrevistado e dela extrair, hermenêuticamente – compreendendo e interpretando de forma mais fundamentada - os dados significativos para as nossas indagações. Privilegiamos, como segundo instrumento, algumas reportagens onde diversos tipos de mídias (veículos de comunicação formadores de opinião), abordam o tema da paternidade. Pressupomos que as mídias são importantes fontes de informação, referências de modelos e pontes para discussão das nossas questões, além de conferirem um caráter público, democrático e atual a este estudo.

Nosso tipo de amostra foi intencional e circunscrito no perfil de homem-pai com mais de quarenta anos de idade, que tenha a guarda do(s) filho(s) e que hoje cuida dele(s), sozinho, em uma família monoparental, considerada ainda fora do padrão habitual. Esses pais pertencem à classe média da cidade do Rio de Janeiro e possuem curso superior.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com oito homens-pais, individualmente, no local escolhido pelos participantes, sem a presença de qualquer membro da família, gravadas em áudio e com transcrição dos relatos. Das oito entrevistas selecionamos três para serem trabalhadas sob a forma de narrativas para complementação deste estudo. Na análise das narrativas do pai *diligente* esteve incluída a dinâmica de suas relações com os filhos, com a ex-esposa e com as figuras parentais de origem, porém a nossa opção foi criar espaço exclusivo para *o pai* se manifestar, objetivando dar-lhe voz e envolvê-lo em suas próprias tramas, convidando-o a percorrer sua trajetória paterna.

Após uma breve *narrativa de vida* do pai entrevistado – sobre o período antes de ser pai e, enquanto filho –, as entrevistas semi-estruturadas fluíram normalmente e, embora a direção pré-estabelecida existisse, a capacidade de pensar o passado e expressar no presente, as vivências através da história, as falas dos pais, tornaram-se conversas vivas.

Traçamos, no primeiro capítulo, um breve percurso da prática da paternidade, onde pontuamos os momentos mais expressivos desse processo e consideramos a influência dos

contextos culturais, através de uma leitura histórico-sociológica baseada nas obras de Philippe Ariès, (1981), de Jacques Dupuis (1989), de Jean Delumeau e Daniel Roche (1990) e de Fustel de Coulanges (2004). No capítulo dois, consideramos a paternidade, privilegiando a interpretação e a visão das diversas mídias e a influência da emancipação feminina no desempenho do papel do pai contemporâneo. No terceiro capítulo, investigamos aspectos significativos na constituição das subjetividades de um pai, no entendimento da psicanálise. Utilizamos uma abordagem freudo-lacanianiana, estabelecendo uma conexão com a educação. No capítulo de número quatro, propomos ouvir o *pai por ele mesmo*, com histórias sobre a construção de sua paternidade, contadas nas entrevistas realizadas e que foram transformadas em narrativas. Encontramos “brechas” nas narrativas, para inserções teóricas, o que entendemos ter enriquecido nosso trabalho e contribuído para o rompimento do silêncio histórico do homem-pai. Finalmente, apresentamos nossas considerações sobre o que discutimos neste estudo.

Em seguida, convidamos você, leitor, para fazer conosco este breve percurso histórico, sobre a paternidade.

Capítulo 1

Paternidade: um percurso histórico

Como dizer-se “pai” sem a palavra? Ser pai é estar “em relação de parentalidade”, inscrito em uma linhagem. Meus pais me deram a vida, mas acaso poderia pensar a paternidade sem referir-me a meus antepassados? (THIS, 1987:246).

A paternidade é uma instituição que está num momento decisivo: *um novo pai?* Pensamos que sim no que se refere a um posicionamento novo, mas certamente a cada virada da civilização, novas formas de exercer a paternidade surgem. Por ser uma instituição sociocultural e, por isso, sofrer transformações, pressionada por variados fatores, no interior dos laços culturais que permanentemente se fazem e se desfazem, a função simbólica do pai diz respeito à lei do parentesco, à palavra daqueles que a representam e não ao autoritarismo ou a uma posição social de poder.

1.1 - O Pai

A palavra *pai* vem da palavra *pater, patris*; derivada do latim, e significa: 1. homem que deu ser a outro; homem que tem um ou mais filhos; genitor, progenitor ; 2. por extensão, aquele que exerce as funções de pai: pai adotivo (BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, 1986:1246). Para a palavra *função*, no mesmo dicionário, elegemos dois significados retirados do latim *functioni, functionis*: 1. ação própria ou natural de um órgão; 3. prática ou exercício de cargo, serviço, ofício; e um significado jurídico: o conjunto dos direitos, obrigações e atribuições duma pessoa em sua atividade [...] específica (BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, 1986:819).

A palavra *pai* remete-nos, também, a algo solene e às vezes inatingível dentro de um padrão cultural que coloca o pai numa instância de inacessibilidade. A palavra *função*, nesse contexto, nos leva à função paterna, portando-a qualquer pessoa que a exerça, ou seja, que dê

limites e que instaure a lei. A referência à figura paterna tem como característica a autoridade que estrutura a dinâmica familiar.

Afirmamos que o pai que buscamos é o que está presente na vida dos filhos, que lhes serve de modelo, de exemplo, que é provedor, mas que também instaura a lei, ou seja, um pai que faz uso de afeto e de bom senso, para impor os limites que os filhos precisam e que a sociedade valoriza.

O pai é a expressão da cultura, um progresso da civilização, já que a maternidade é testemunhada pelos sentidos e a paternidade uma hipótese a ser construída na relação cotidiana. Cada ser humano tem noção do que seja um pai, mesmo aqueles que não o conheceram e, quase sempre, se tem um saber sobre o pai. A construção social da paternidade sempre esteve em evolução e o papel do pai sofreu transformações ao longo da História. O pai, como instituição familiar, cultural e jurídica, encontra sua eficiência no campo social e histórico. Para Hurstel (1999:61), “os pais designados pela instituição estão envolvidos na História ao mesmo tempo em que a constroem. Participam da função, na medida em que, ao representá-la, se submetem a ela”.

Em cada momento, exigências sociais, econômicas e culturais se impõem nesse processo. Segundo Felzenswalb (2003) forças contextuais na família e na sociedade interagem demarcando padrões de conduta que facilitam ou dificultam a proximidade do pai em relação aos filhos e a prática ou não de uma paternidade efetiva. Talvez uma dessas forças contextuais possa ser o fato de que a “filiação está fragilizada porque a criança é produto da vontade da mulher e porque é ela quem lhe atribui ou não a paternidade. A paternidade é um efeito do querer feminino” (MULLIEZ, 1990:307).

Parece ter realmente havido um esvaziamento da função ordenadora da figura paterna. Se houve um declínio da paternidade, e parece que isso é evidente, e se hoje, no início do século XXI, desejamos evitar a barbárie, devemos acreditar que a necessidade de amor e de afeto clama pelo retorno do pai e, da função paterna (que, como já apontamos, tanto pode ser exercida pelo pai como pela mãe ou ainda por alguém que a represente), instância em que acreditamos e defendemos como capaz de garantir a vida em sociedade.

1.2 - O nascimento do pai

Bolle de Bal (2001) destaca a seguinte reflexão colhida no trabalho de Edgar Morin, *O paradigma perdido: a natureza humana*: “O grande fenômeno que prepara a hominização e

que realiza, acreditamos, *o homo sapiens*, não é o *assassinato do pai*, mas o nascimento do pai”, porque o reconhecimento do pai antecede seu assassinato. E continua...

O progresso, na história da humanidade, parece estar mais ligado ao nascimento do pai que à sua evicção: esse “nascimento”, a descoberta do pai genitor, a emergência da noção de paternidade, é um acontecimento histórico considerável, fundamento de um núcleo trinitário pai-mãe-filho, fator de ordem e de estabilidade, base da idéia de família, estrutura biológica forte que se tornará estrutura social forte, tendo a propriedade de educar sua descendência, de se perpetuar. O pai traz a marca da ambigüidade, da contradição (ele protege e reprime, dá suporte e obriga), da complexidade no seio da família, microestrutura em via de constituição (MORIN, s/d. apud BOLLE DE BAL, 2001:50).

Segundo Dupuis (1989), foi há aproximadamente cinco ou seis milênios que as sociedades mais adiantadas - egípcios e indo-europeus - descobriram a relação entre o ato sexual e a procriação. Isto levou-as a tomar consciência da paternidade. Essas sociedades - que eram matrilineares, isto é, centradas na mãe, onde a prática religiosa inspirava-se no tema da fecundidade feminina e a vida sexual era marcada pela livre satisfação do desejo -, foram sucedidas pelas sociedades patrilineares.

Felzenszwalb (2003) pontua que, antes disso, a paternidade não era considerada e a concepção podia ser atribuída ao vento, à ingestão de sementes ou ao fato de comer um inseto qualquer. Depois, então, a relevância do coito na concepção de crianças foi oficialmente estabelecida (p.124). Como registramos acima, a descoberta do papel do pai, na procriação, foi responsável por uma revolução social que modificou a organização humana. A ignorância dos homens primitivos quanto à paternidade, substituída pela relação entre a causa - o ato sexual - e a consequência - a procriação - e, logicamente, pela consciência da paternidade, deu origem a uma revolução que subverteu as estruturas da família, da vida sexual, das religiões e da mitologia.

Essa transformação se operou lentamente e aconteceu, sobretudo, devido ao desencadeamento das guerras e das conquistas, que conduziram também aos estados de patriarcalização. Foi então que:

Os homens tornaram-se senhores da sociedade como chefes de família, como reis e como deuses, e juntamente com as famílias, os conquistadores fundaram reinos, apoiados num poderio militar organizado. A religião e a moral vão se transformando progressivamente para tornarem-se expressões da dominação masculina (DUPUIS, 1989:97).

À respeito das civilizações indo-européias, Julien (1997) aponta que o adjetivo *patrius* refere-se ao pai do parentesco classificatório. Assim, a *patria potestas* é a descendência social e jurídica que vem dos pais fundadores. Ser cidadão é fazer parte da linha dos pais. Desse modo, na cidade romana, o imperador (*Pater patriae*), os senadores (*patres*), os nobres (*patrici*), encaram a paternidade instauradora como laço social, à medida que esta é fundadora, não pelo sangue, mas pela palavra, palavra dita justamente “paternal” (*sermo patrius*) (p.38).

Desse primeiro sentido do pai-enquanto-soberano, deduz-se, pela via da conseqüência, a paternidade familiar. O pai é o chefe da casa, o (*dominus*) dono. É aquele que se apodera da mulher. Esposar uma mulher é conduzi-la na casa, (*uxorem ducere*) casar-se e assim, fazê-la conformar-se ao matrimônio, isto é, à condição legal de mãe. Por esse fato, o soberano se *faz* pai de tal criança e se autoriza ser pai de uma criança, reconhecendo-a como seu filho ou sua filha (JULIEN, 1997:38).

Segundo This (1987), na tradição indo-européia o homem que possui a *patria potestas* (poder detido pelo pai, chefe de família) deve tomar o filho, após o seu nascimento, sobre seus joelhos, para “reconhecer” se se trata de seu próprio filho ou para adotá-lo, se não há vínculo natural; é o rito de agregação à família. O pai poderia rejeitar o filho, teria o direito de expô-lo, de deixá-lo morrer, já que ainda não foi nomeado (p.228).

Na origem da cultura européia a paternidade é adotiva e voluntária: na Roma Antiga, após o nascimento, a criança era posta na terra diante do pai e este a reconhecia elevando-a acima do solo. Era uma espécie de segundo nascimento, não biológico, comparável à adoção. Para Julien, (1997:39), “o que define o ser-pai não é a consangüinidade, mas o ato de um soberano apossar-se de uma criança e declarar publicamente: ‘Eu sou o pai’. A paternidade é auto-referencial, como todo o ato de soberania”.

É na família patriarcal que a mãe encontra as bases de um poder incontestado e “mais próximo de um pretense matriarcado do que jamais estiveram as sociedades matrilineares” (DUPUIS,1989:225). O autor explica que a matrifocalidade das famílias tradicionais era uma continuação da responsabilidade que as mães tinham em relação aos filhos nas sociedades matrilineares. O autor também aponta que os homens não tinham nenhum senso dessa responsabilidade, mesmo depois de serem convertidos ao sistema patrilinear. Dessa forma, quando o pai aparece como chefe de família, sua função sociológica não se define como uma

função educativa, pois não há correlação entre função paterna e função educativa, já que esta última é anterior à paternidade.

Apesar disso, o reconhecimento da idéia de paternidade é um ganho cultural importante que permite a fundação da família social, sobre as bases do parentesco biológico, constituída pela mãe, pelo pai e pelos filhos de ambos.

Observa-se que o modelo do pai-provedor, exercendo sua principal função, no espaço público, distante dos filhos, representante da autoridade e da lei, mais temido do que respeitado e objeto de identificação idealizado (porque longínquo e impalpável), foi sendo constituído ao longo da História e consolidou-se como patrimônio da família nuclear burguesa ou patriarcal (RAMIRES, 1997: 27).

Com as sociedades de caça, a força física passou a ser o atributo básico para a subsistência da espécie humana. Os homens adquirem primazia sobre as mulheres. Torna-se necessário guerrear com outros grupos por território e alimento. Os mais fortes e mais aptos assumem as chefias do grupo. O homem começa a subjugar a mulher. Estavam inauguradas a supremacia e a dominação masculina. A força masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção “e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça” (BOURDIEU, 1999:18).

A agricultura foi viabilizada pela técnica de fundição dos metais e fabricação do arado; as sociedades, antes de coleta e de caça, deixam de ser nômades e se transformam em sedentárias e surgem as primeiras fazendas, aldeias, cidades, que evoluem para as primeiras cidades-estados, estados e os antigos impérios, fazendo surgir paralelamente ...

...o patriarcado, pois os homens, ao descobrirem seu papel na reprodução, passam a controlar a sexualidade feminina, com o objetivo de garantir a transmissão da herança e a posse da terra aos filhos legítimos. Isso tornava imprescindível a virgindade da mulher ao se casar, e imperdoável o adultério, uma vez que colocava em risco as garantias da transmissão da propriedade (RAMIRES, 1997:18).

Hoje podemos dizer que, se a lógica patriarcal da exclusão dos sexos começou no ocidente com a democracia ateniense, no século V a.C., o fim dessa lógica se enraizou na Revolução Francesa (1792), quando a Democracia pretendia aplicar-se a todos (BADINTER,

1986:93). Porém, como sabemos, os primeiros contornos do final dessa lógica vão aparecer apenas na segunda metade do século XX.

1.3 - O pai e a família antiga

Buscamos subsídios em Fustel de Coulanges (2004), historiador francês do século XIX, para evoluirmos em nosso percurso. Coulanges constatou não se encontrar no princípio da família o afeto natural, pois o direito grego e o direito romano não levavam em consideração esse sentimento. Segundo ele, podia até existir no âmago dos corações, porém, para o Direito, nada representava. As leis de sucessão, que traduziam as idéias formadas pelos homens sobre a família, estavam em flagrante contradição tanto com a ordem de nascimento como com a do afeto natural (p.63).

Portanto, o que uniu os membros da família antiga foi algo mais poderoso que a geração, o sentimento ou a autoridade do pai. Foi a religião do fogo sagrado e dos antepassados que encontrou esse poder. Segundo os historiadores antigos, a religião foi o princípio constitutivo da família antiga. No entanto, não foi a religião que criou a família, mas com certeza determinou-lhe as regras e, como consequência, recebeu uma constituição muito diferente da que teria, se os sentimentos naturais fossem os únicos a lhe servir de alicerce. O que une os membros da família antiga é algo mais poderoso do que o nascimento, o sentimento, a força física: é o culto ao deus Lar – deus que cada família elegia e cultuava dentro de sua própria casa - e aos antepassados.

A religião, assim, faz com que a família forme um corpo, nesta vida e na outra. A família antiga é mais uma associação religiosa do que uma associação natural.

Segundo Coulanges:

[...] o filho não será mais considerado membro da família, se renunciar ao culto ou for emancipado; o filho adotivo, ao contrário, torna-se um filho verdadeiro porque, embora sem vínculo de sangue, possuirá algo melhor, ou seja, a comunhão do culto; o legatário que se recusar a adotar o culto da família perderá o direito à sucessão; enfim, que o parentesco e o direito à herança não serão regulamentados pelo nascimento, mas pelos direitos de participação no culto, estabelecidos pela religião (COULANGES, 2004:64).

Coulanges considera ainda que se o casamento é um ato muito sério para a jovem, não o é menos para o esposo, na medida em que o rapaz ao trazer uma estranha para perto do seu

deus Lar, com ela celebrará as cerimônias misteriosas do seu culto, revelando-lhe os ritos e as fórmulas que constituem seu patrimônio de família. Na realidade, essa herança é o que ele possui de mais precioso: esses deuses, ritos, hinos herdados dos pais, o protegem na vida e lhe prometem riqueza, felicidade e virtude. Em vez de guardar só para si esse poder tutelar, admitirá que uma mulher o compartilhe (p.66).

Como já apontamos, não foi a religião que criou a família, mas seguramente foi a religião que lhe deu as regras. Segundo o autor, existia em todas as casas uma autoridade principal, superior ao próprio pai: a religião doméstica, o deus pelos gregos denominado senhor do lar, *estia despoina*, e que os latinos conhecem por *Lar familiae Pater*.

Mas, mesmo sendo o deus Lar, superior, era à figura do pai – em carne e osso – a quem cabia o primeiro lugar junto ao fogo sagrado e era ele quem o acendia e o conservava. A família e o culto perpetuavam-se por seu intermédio; só o pai representava toda a série dos descendentes, e...

graças à religião doméstica, a família era um pequeno corpo organizado, pequena sociedade com o seu chefe e seu governo. Coisa alguma, na nossa sociedade moderna, nos dá idéia deste poder paternal. Naqueles tempos, o pai não é somente o homem forte protegendo os seus e tendo também a autoridade para fazer-se por eles obedecer: o pai é, além disso, o sacerdote, o herdeiro do lar, o continuador dos antepassados, o tronco dos descendentes, o depositário dos ritos misteriosos do culto e das fórmulas secretas da oração. Toda a religião reside no pai (COULANGES, 2004:118).

Percebemos assim que, antigamente, a representatividade do poder do pai, na família, estava fixado no direito instituído pela religião e pelo povo. Era um poder baseado na autoridade, e analisando-se a história das palavras vemos que havia um sentimento de veneração ao pai tanto quanto o devido ao pontífice ou ao soberano.

Para Felzenszwalb (2003), a autoridade do homem-marido-pai e a autoridade de Deus legitimaram todas as autoridades, baseadas na analogia entre Deus, o rei, e o pai: Deus é o modelo perfeito de paternidade, o rei é a imagem de Deus na Terra e o pai de seus súditos e, o pai de família, o dirigente divino e real de seus filhos.

O pai dos tempos arcaicos, heróico ou guerreiro, é a encarnação familiar de Deus, verdadeiro rei taumaturgo, senhor das famílias. Nessa visita ao passado, trazemos apontamentos de Mulliez, jurista e historiador francês, que nos aponta que, em direito romano, *o pater* é aquele que se designa a si mesmo, como pai de uma criança por adoção, que a conduz pela mão. Como consequência, a filiação biológica (genitor) é totalmente desconsiderada, caso não seja acompanhada da designação pelo gesto ou pela palavra. A

paternidade está ligada à questão da adoção, já que, genitor ou não, o pai que é pai “adota” o seu filho.

Com isso, a paternidade natural não tem significação no direito romano. Toda criança não reconhecida como seu filho por um homem, mesmo no caso de ter nascido de sua esposa legítima e de seus atos, não tem pai. Quanto ao pai, pode, se quiser, legitimar qualquer filho natural: ele pode lhe dar tudo, assim como a qualquer estranho, instituí-lo herdeiro, deserdar seus filhos legítimos em prol dele, pois é o senhor de sua casa. Mas pode igualmente deixá-lo na indigência, ignorá-lo completamente, esta criança não é seu filho, ele nada lhe deve (MULLIEZ, 1990:290).

Sem abolir a paternidade adotiva, na Idade Média, no entanto, o cristianismo impõe o primado de uma paternidade biológica à qual deve, obrigatoriamente, corresponder uma função simbólica. Só é declarado pai aquele que se submete à legitimidade sagrada do casamento, sem o qual nenhuma família se integra. Para Mulliez (1990), na realidade, apenas a nomeação simbólica permite garantir a cada pai que é de fato o genitor de sua progenitura, pelo sangue e pelo sêmen. O genitor é o homem que gerou o filho, mas o pai é aquele que ocupa esse lugar em si.

Para exemplificar as idéias de paternidade e de família, trazemos São José como um modelo de pai que, para Boff (2005), é uma figura cercada de ambigüidades. Por um lado, é o bom José, esposo de Maria, o pai de Jesus, o trabalhador. Por outro, é o protótipo da pessoa apenas coadjuvante, silenciosa e anônima, cuja vida desconhecemos.

São José, além de ser visto em seu lado humano, como esposo e pai, tem também o seu lado divino. Jesus é filho de sua esposa Maria e fruto do Espírito Santo, mas é assumido por José como seu filho, com todas as vinculações que a paternidade comporta. São José é o próprio Pai, presente, personalizado e historicizado em sua pessoa.

Segundo o historiador francês Molinier (1990), em seu artigo *Nutrir, educar e transmitir*, São José tornou-se o protótipo da perfeição paternal. Ele é humilde, obediente e pobre. Ele é o mais perfeito dos pais no seu papel de nutrir (no nosso entendimento, o autor se refere a nutrir o espírito) e educar: além de ensinar seu trabalho, ele introduz a criança que ele ama no mistério de sua futura paixão (p.95). Molinier, porém, julga ser difícil para os pais aproximar-se do modelo de São José, pois a maioria reduz seu papel e sua função à integração dos filhos ao circuito da profissão, à ascensão social e ao cruzamento do patrimônio familiar.

O reconhecido historiador Phillipe Ariés (1981) pontua que através da iconografia - acervo documental informativo com imagens, de onde diversos dados foram passados à posteridade - tornou-se possível concluir que o sentimento de família, como nós o conhecemos hoje, era desconhecido na Idade Média. Sugere que esse sentimento nasceu apenas nos séculos XV e XVI, para se exprimir, com um vigor definitivo, no século XVII. Para este autor, o sentimento era novo, mas não a família. Então, o sentimento de família deve seu reconhecimento à iconografia que a partir do século XV e, sobretudo XVI, sucedeu a um longo período de obscuridade.

Ora esse sentimento tão forte se formou em torno da família conjugal, a família formada pelos pais e seus filhos. É raro uma tela reunir mais de duas gerações. Quando netos ou filhos casados aparecem, é sempre discretamente, como uma coisa sem importância. Nada aí lembra a antiga linhagem, nada acentua a ampliação da família ou a grande família patriarcal, essa invenção dos tradicionalistas do século XIX. Essa família, ou a própria família, ou ao menos a idéia que se fazia da família ao representá-la e exaltá-la, parece igual à nossa. O sentimento é o mesmo (ARIÉS, 1981:223).

Por muito tempo e até o século XVII, época em que a iconografia se tornou extremamente rica, o essencial era a representação da vida exterior e pública, pois a vida privada, no passado, era vivida em público. A densidade social não deixava lugar para a família; ela não existia como sentimento ou como valor, mas cumpria uma função: assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes – embora não penetrasse muito fundo na sensibilidade.

1.4 - O pai e a criança

Retrocedemos um pouco em nosso percurso para situar a relação do pai com a criança, na Idade Média, por volta do século XIII, na Sardenha. Era prática, na época, o hábito do homem expressar *socialmente* sua paternidade através da *couvade*. Assim era o ritual da *couvade*: o pai se deita, se estende e sofre, enquanto a sua mulher está tendo o seu filho. Parece que existem vários costumes em outros lugares, também utilizados pelos homens, por ocasião do nascimento de seus filhos, no parto de suas mulheres. This nos esclarece um pouco mais:

O recém-nascido, na época da *couvade*, não era abandonado num berço colocado à parte; era colocado *nos braços de seu pai, que cuidava dele* com toda a eficácia. Este corpo a corpo filho-pai, extremamente precoce, necessariamente dava segurança à criança, que passava do acalanto do corpo materno ao acalanto do corpo paterno, mas ao sublinhar este fato geralmente esquecido pelos observadores da *couvade*, opomo-nos desde já àqueles que pensam que a *couvade* não é senão uma identificação com a mãe: a relação pai-filho é essencial (THIS, 1987:154).

Em relação à identificação primária de que Freud nos fala, This (1987) questiona se seria a *couvade*, a presença da voz do pai despertando a criança, incorporada, ao mesmo tempo, que o líquido amniótico. Então, nesse caso, “o essencial da *couvade*, residiria na atenção de um pai que fala a seu filho antes e depois do nascimento; sua voz tranquilizando aquele que acaba de nascer, acalmando sua angústia, depois do vendaval, do tremor da terra e do fogo” (THIS, 1987:170).

Porém, na França, após a Idade Média, até que a criança chegasse aos sete anos, com raras exceções, o pai pouco se ocupava dela. Segundo Molinier (1990), se ocupar da primeira infância era coisa para mulheres. Não por indiferença, mas sim por pudor, mascarado sob a aparente importância de seu papel como chefe de família. Se hoje está havendo um movimento para que o pai esteja presente na sala de parto para dar apoio à mãe e receber seu filho (mesmo que esteja ainda muito distante dos hábitos da *couvade*), nem sempre foi assim. Salvo em casos de extrema necessidade, a moral impedia aos homens de assistirem aos partos das mães de seus filhos. Na hora do parto, os pais colocavam a camisa e o chapéu sobre o ventre da mãe e depois saíam do quarto. Algumas vezes, traziam a água necessária para fazer a toailete da mãe e do bebê, imitando o gesto de São José que eles viam em miniaturas (p.101).

Nesse momento, era função do pai:

...chamar a parteira nas primeiras horas de dor, e ver as parteiras atenderem às mulheres sob um lençol para preservar o pudor das parturientes. É também o pai quem chama o curador para administrar os sacramentos à mãe morrendo e dar o batismo ao recém-nato, mal nascido (MOLINIER, 1990:101).

Qualquer fato mais doloroso nessa época, como esse tipo de tragédia, era designado à vontade de Deus: Deus dá os filhos e os tira, pois é preciso pagar algo ao Bom Deus. Esta era a mentalidade para suportar a perda, sem ressentimentos.

O poder da Igreja era muito forte e interferia até no posicionamento dos pais que assistiam como espectadores ao batismo do filho, do fundo do santuário. A Igreja fazia questão de separar o pai espiritual do pai natural. Segundo Molinier (1990:102), o papel do pai, nessa ocasião, também era acessório. No entanto, a educação e o fornecimento de tudo que fosse necessário eram considerados como uma dívida do pai ao seu filho.

1.5 - O pai e a educação

A delegação do direito de guarda pelo pai a outros educadores se desenvolveu em todas as classes sociais a partir da Renascença, por volta do século XV-XVI. Os pais e as mães, não possuindo a ciência e a arte, são substituídos por mestres que os representem. Para Mollinier (1990:111), “na França, a nobreza ilustre solicita ao soberano o privilégio de acolher seus filhos na Corte, como pagens, para receberem a educação religiosa e, sobretudo, militar. Este raro privilégio faz do rei um pai generoso: um pagem tem um futuro brilhante”.

O grande acontecimento para Ariés (1981) foi o reaparecimento no início dos tempos modernos da preocupação com a educação. Reformadores e moralistas lutaram com determinação contra o que lhes parecia anarquia da sociedade medieval, influenciando a vida da escola e da família. As ordens religiosas fundadas nos séculos XVI e XVII, como a dos jesuítas ou dos oratorianos, tornaram-se ordens dedicadas ao ensino, e seu ensino não se dirigia mais aos adultos, como o dos pregadores ou dos mendicantes da Idade Média: era essencialmente reservado às crianças e aos jovens (p.276).

Essa nova preocupação com a educação iria, pouco à pouco, instalar-se no seio da sociedade, e transformá-la de fio a pavio. A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas. Entre a geração física e a instituição jurídica existia um hiato, que a educação iria preencher (ARIÉS, 1981:277).

Para Molinier (1990), a educação religiosa pretendia justificar o comportamento dos pais e tinha seu campo de ação na família toda. Porém, segundo o autor, os conselhos e atitudes dos pais em atenção aos filhos, eram carregados de preocupações muito materiais. Daí, as questões de estratégias matrimoniais, do cruzamento de patrimônio e da extensão da linhagem terem um grande papel na educação.

Esses aspectos foram condenados pelo Concílio de Trento, realizado de 1545 a 1563 - 19º concílio ecumênico convocado pelo Papa Paulo III para assegurar a unidade de fé e a disciplina eclesiástica. A sua convocação surge no contexto da reação da Igreja Católica à divisão que se viveu na Europa do século XVI devido à Reforma Protestante.

O Concílio de Trento foi o mais longo da história da Igreja: é chamado Concílio da Contra-Reforma e desaprovava os pais que não tinham outro pensamento e outra forma de cuidar, do que deixar aos filhos grandes riquezas, patrimônio e cargos honoráveis (MOLINIER, 1990:107).

O extraordinário desenvolvimento da escola no século XVII foi uma consequência dessa preocupação nova dos pais com a educação das crianças. Para Felzenswalb (2003) surge, nos discursos morais e religiosos de cada época, a noção dos deveres dos pais. Até o século XVII, ainda imperava o preceito de que o filho devia tudo ao pai, porque este lhe dera a vida. O quarto mandamento ordena que filhos honrem seus pais, mas nada ordena aos pais em relação aos filhos. A partir do Concílio de Trento, começa a se falar sobre os deveres do pai (p.9). “A partir do século XVII, o pai deixou de ser o representante de Deus e do rei, dentro da família ocidental. A ênfase nos direitos das crianças teceu nova definição de *pai*, concebida em termos de tarefas a cumprir” (FELZENSZWALB, 2003:182). Segundo a autora, o ‘declínio’, que citamos abaixo, é simultâneo ao enaltecimento do papel da mãe; o pai torna-se coadjuvante na questão da educação e seu papel passa a ser fundamentalmente de provedor dos filhos.

A sua maior responsabilidade consistia em cuidar das necessidades econômicas de sua família. A cisão entre casa e trabalho, provocada pela divisão capitalista do trabalho, conduz à progressiva ampliação das responsabilidades maternas para com os filhos e a um correspondente obscurecimento da imagem paterna, cada vez mais contida no bom desempenho das atividades do mundo do trabalho (FELZENSZWALB, 2003:12).

Essas atividades permitem ao pai “manter a sua família”, ou seja, fornecer os insumos materiais e econômicos que subsidiam o trabalho doméstico da mãe, que compreende desde as tarefas cotidianas de manutenção e gerenciamento de uma casa, às atencões e cuidados com os filhos (p.12).

Felzenswalb (2003) defende que o movimento de higienização, no final do século XVIII e no século XIX, elegeu a proteção da criança como sua principal bandeira. Os

médicos começaram a atuar fortemente para mudar os padrões de cuidado relativos aos filhos, sobretudo a forma indiscriminada com que os mais ricos delegavam o cuidado e a educação de seus filhos a amas-de-leite e babás (p.9).

1.6 - O pai e a autoridade

A palavra autoridade deriva do verbo latino *augere* – aumentar, acrescentar - e foram os romanos que nos deram tanto o conceito quanto a palavra. Mas foram os gregos que estabeleceram um fundamento para a vida pública, que não fosse apenas a argumentação ou a força, e de acordo com a filósofa Hanna Arendt (1988:132), tanto Platão quanto Aristóteles se utilizaram de conceitos pré-políticos para a análise do problema ao transferirem, para o campo da política, as relações pais-filhos, senhor-escravo etc., que não eram relações entre iguais como as que devem nortear a vida política.

Autoridade envolve obediência, mas não a coerção, pois quando ocorre o emprego da força, não existe autoridade. Em Roma, apesar do poder estar com o povo, a autoridade residia no Senado. Para esta autora, autoridade implica em uma obediência na qual os homens retêm sua liberdade.

Ainda de acordo com Arendt (1988), após a morte de Sócrates, Platão descobriu que a verdade não necessita de violência para ser eficaz: é mais forte que a persuasão e a discussão. A importância disso na vida familiar e na autoridade do papel do pai está no desempenho com que se transmite a verdade. Para que a verdade passe a ser considerada como verdade necessita de tempo, de exemplos estabelecidos em confiança nas relações, além de um sentimento de crédito depositado naquela verdade (p.148).

Segundo Arendt, “Aristóteles foi o primeiro a recorrer à natureza para estabelecer a diferença entre os mais jovens e os mais velhos, destinados uns a serem governados e os outros a governarem” (ARENDR, 1988:157). Assim, o pai é também um exemplo a ser seguido, pois:

Todos temos necessidade de um pai, e assim como hoje isso é um fato, o foi também pelos romanos que sentiram necessidade de pais fundadores e de exemplos autoritários em matéria de pensamento e de idéias, aceitando os grandes “antepassados” na Grécia como em teoria, filosofia e poesia (ARENDR, 1988:167).

Para a autora, os pais têm a função de promover o “acréscimo”, que é uma forma de transmitir os valores da tradição, das idéias que foram antes testadas e fortalecidas pelos antigos antepassados. A consequência mais importante da secularização da época moderna, pode muito bem ser a eliminação na vida das pessoas, juntamente com a religião, do único elemento político da religião tradicional, o temor do inferno (p.177). Para lidar com esse mal, a proteção do Pai Celeste se fazia essencial.

Segundo Molinier (1990), o direito extenso de correção constitui, progressivamente, um limite que a autoridade paterna não pode mais ultrapassar. O direito de vida e morte não existe mais na crença ocidental. Esses limites constituem as principais causas da decadência da autoridade paterna. As leis, os costumes e os tribunais admitem esta decadência pelos abusos excessivos de poder, pelos crimes que levavam ao exílio perpétuo, por uma incapacidade notória, pela recusa em fornecer segurança de não casar os filhos sem o consentimento da família.

Havia cometimento de excessos da autoridade paterna, e, Molinier (1990:96) pontua que até aos pais era permitido, em época de grandes dificuldades econômicas, abandonar anonimamente seus filhos, se assim o desejasse.

O aborto e o infanticídio eram duas formas de limitar o número de filhos de uma família e suprimir o fruto de um amor culpado. Existiam duas formas que evitavam aos pais cometerem crimes de sangue: a venda da criança e sua doação (abandono). No século XI, o direito romano permitia vender seus filhos, para não morrerem de fome. No século XV, no entanto, esse direito desapareceu e os pais que se livrassem dos filhos eram condenados à pena de morte (MOLINIER, 1990:98).

Eram procurados pelo Ministério Público, porém a severidade não chegava a esse ponto, na maioria das vezes. Dependendo da gravidade, as penas aplicadas iam de chicotadas até o exílio. No final do século XVIII, as penas corporais se transformam em penas pagas com dinheiro. Para Molinier, esta severidade se atenuou progressivamente e cada vez mais os procedimentos criminais deixavam de mencionar os pais, por serem as mães mais vulneráveis, já que a gravidez chama a atenção pública (p.98).

Esse autor entende que certas causas da possível decadência da autoridade paterna vêm de fatos involuntários como a demência, ou um ato legítimo como a entrada de um filho na religião, que priva os pais de autoridade. As oposições religiosas foram, às vezes, causas de separação e de modificação da autoridade paterna (p.100).

As usurpações da autoridade monárquica sobre as dos pais podem revestir aspectos coercivos, e mesmo brutais, que mostram a vulnerabilidade da autoridade paterna diante da autoridade do absolutismo real e da religião. O rei não tinha escrúpulos para ridicularizar a autoridade paterna (MOLINIER, 1990:112).

Molinier (1990) assinala que a banalização da delegação do direito de guarda pode ir somente no senso da diminuição da autoridade paterna em proveito de terceiros, ou seja, de educadores substitutos e, às vezes, como na França, em benefício de congregações de ensino, como a Igreja. A Monarquia também se aproveitou dessa diminuição da autoridade do pai (p.113).

Já o Poder Público torna-se arbitrário entre o pai e o filho, introduzindo-se na jurisdição paterna. Tanto valoriza o poder do pai nas atitudes com os filhos ingratos e rebeldes, quanto a partir da segunda metade do século XVIII, evolui no sentido de reforçar a autoridade paterna, controlada e às vezes corroída pela autoridade monárquica.

Molinier (1990:119) aponta que, em geral, o pai detém os maiores poderes sobre os filhos, limitado apenas pelos costumes religiosos e leis. Pode revogar as doações, deserdar seus filhos se forem culpados de crimes e, dispor, no que concerne aos seus filhos ilegítimos. Regras consagradas pela jurisprudência do parlamento temperam este poder: mesmo com a educação terminada, o pai deve sempre alimentos aos filhos, salvo em caso de deserdamento.

1.7 - O pai e a família moderna

Ariès (1981) estabelece que foi a partir do século XIV que se desenvolveu a família moderna, reforçando os poderes do marido, que acaba por firmar uma espécie de monarquia doméstica. A partir do século XVI, a legislação real se empenhou em reforçar a autoridade do pai e o poder paterno no que concerne ao casamento dos filhos.

Antes, com o nascimento da *demografia* – estudo estatístico das populações, que descreve as características de natalidade, de mortalidade, das migrações e de envelhecimento de uma coletividade – nasceu também a consciência da importância que o tamanho da população tem para a sua nação. A conservação da população inclui apelos para que seja solucionada a questão da mortalidade infantil, protestos contra a exploração das crianças pelos pais, contra a falta de higiene pública e privada que ameaça a população. “Nesse

momento, a criança passa a ser considerada como um recurso econômico potencial e a irresponsabilidade paterna, o inimigo a ser combatido” (FELZENSWALB, 2003:9). Em relação a essa questão Mead (1971:179) aponta os progressos da Biologia combinados ao reconhecimento mundial da explosão populacional que se refletem em nossa taxa decrescente de nascimentos, pela exigência de famílias menores e de educação mais cuidadosa para os filhos, inseridos no desejo do homem e da mulher de procriar ou não procriar.

A família modelo da sociedade burguesa do ocidente, no século XIX, estava em grande parte sujeita aos moldes do patriarcalismo rural, organizada em torno do *paterfamiliae*, com prole numerosa e a mulher submetida ao poder masculino. Um dos aspectos mais importantes dessa época era a inexistência, de fato e de direito, do divórcio, principalmente em países de origem latina, além de haver estabilidade em todas as instituições ligadas à família. “Tais eram alguns dos aspectos característicos da família tradicional, de tão profundas influências sobre a sociedade brasileira, em particular” (TOSCANO, 1987:90).

Segundo Felzenswalb (2003), em decorrência disso, a intervenção do pai junto aos filhos era episódica e reservada às questões da disciplina e dos grandes acontecimentos. Os ideais de masculinidade foram redefinidos e a força física e a honra, substituídas pelo sucesso, justificando o afastamento do pai. O amor do pai pelos filhos era demonstrado mediante os esforços realizados para criá-los dentro dos valores morais.

A maior responsabilidade do homem era o sustento da família. A sociedade esperava isso dele e os filhos só tinham o pai disponível à noite e aos domingos. Para a autora, no decorrer do século XIX, a imagem do pai que brincava com os filhos passou também a ser associada à felicidade das crianças. Isso confirmava a importância do pai na educação dos filhos, embora a mãe tivesse, nessa função, o papel principal (p.13).

Felzenswalb (2003) defende que foi instaurado um novo paradigma da paternidade, sobre a importância do papel do pai, baseado na noção de que a paternidade aperfeiçoa os homens: o valorizado não era o que os pais podiam fazer pelos filhos e sim o que a paternidade fazia pelo aprimoramento do homem.

Médicos, cientistas e higienistas sociais do final do século XIX consideravam a coincidência entre a consciência da paternidade e a masculinidade madura como uma evidência da harmonia da natureza. Para muitos pensadores da época, o instinto paterno era tão forte como o instinto materno (FELZENSWALB, 2003:12).

Na transição entre o século XIX e até a primeira metade do século XX, no entanto, os

pais não podiam fazer muita coisa, pois a educação havia se tornado uma responsabilidade da mãe. O poder patriarcal encontrava-se nas mãos dos médicos, juristas e outros especialistas. Essa mudança marca um declínio do papel do pai, e em nome do interesse da criança a sociedade civil intervém, entre a criança e o pai.

Sendo assim, a criança deve ser protegida do pai, daquele a quem se suspeita, na escola, ou dos vizinhos da prática de violências físicas ou em abusar sexualmente de suas filhas. O segundo fator vem do lugar atribuído à mãe pela lei civil: o que há de melhor no mundo que o amor de uma mãe para uma criança? [...] tem, ainda, um saber, que nenhum homem, mesmo o mais sábio do mundo, não poderia, verdadeiramente, substituí-lo ou imaginá-lo (JULIEN,1997:45).

Dessa citação apreende-se que, até a primeira metade do século XX, vários profissionais se predispõem a dar suporte aos pais na criação e educação de seus filhos. Devido à intervenção crescente do Estado e do papel insubstituível atribuído à mãe junto à criança configura-se, a partir dessa constatação, um outro declínio na importância do papel do pai.

Segundo Julien (1997), apenas no século XX surge a imagem do pai-educador encarnada à família nuclear, urbana e burguesa. Essa imagem desenvolve-se, com o que se denomina *o novo pai*: aquele que conduz a criança, aquele a quem a criança chama de *pai*.

O pai genitor da criança seria um fundamento suficiente para se manter uma definição irredutível do ser-pai. “No entanto, pretender fundar a paternidade sobre a verdade biológica é fazer evidenciar ainda sua fragilidade” (JULIEN, 1997:45). Na França, dois tipos de discursos sustentaram o novo direito da mulher sobre a criança. Um é que, durante muito tempo, a paternidade era presumida: legalmente o pai era o marido da mãe. Desde a lei francesa de 1792, isso não é mais assim. A lei não assegura mais para o homem amado pela mãe a condição de genitor. E o outro é que a procriação através da inseminação artificial permite à mulher ter um filho sem a relação sexual com o genitor. Como já expressamos na introdução deste estudo, os avanços tecnológicos trouxeram esse tropeço para a paternidade.

1.8 - A reformulação do papel social e familiar do pai

Nolasco (1993) pontua que foi no século XX, no início dos anos 70, nos Estados Unidos, que começaram os primeiros apelos pela humanização e reformulação do papel social dos homens. Na América Latina, Argentina e Porto Rico têm sido palcos de pesquisas,

trabalhos e seminários, em que a subjetividade masculina vem sendo discutida contínua e sistematicamente. São homens falando de si e de outros homens, na tentativa de reformular e adequar as novas demandas afetivas e de engajamento à problemática familiar e social (p.89). Até então, a presença do pai, nesses estudos, ocorria quando se investigavam os distúrbios causados por sua ausência no desenvolvimento infantil.

Consideramos que o papel do pai, na família contemporânea, está sob tensão. As demandas solicitadas aos homens mudaram muito. Visualizamos dois movimentos conflitantes: o *pai presente* e o *pai ausente*, que abandona as suas responsabilidades. Se, de um lado, o poder do pai e a imagem paterna se tornaram cada vez mais vagos, de outro, as reivindicações às autoridades educativas, morais e políticas se tornaram mais fortes. “Daí nasce, especialmente em 1968, a revolta contra a sociedade desses pais sociais e a utopia delirante de uma civilização de antes-do-pai” (BOLLE DE BAL, 2001:41). A revolta começou com os jovens e buscava dissolução dos valores, das hierarquias e dos interditos sociais e aconteceu, quase que simultaneamente, em diversos países, como França, Estados Unidos, China etc.

De lá até aqui, a partir das últimas décadas, estudos sobre paternidade enfocam e observam novas relações que ocorrem entre pais e filhos. Algumas contribuições sobre o tema foram trazidas por Ramirez (1997), que constatou, em sua pesquisa, a participação concreta do homem brasileiro na criação dos filhos, no que tange à divisão de tarefas e à realização de atividades conjuntas com os mesmos.

Também outras transformações acontecem, como esclarece Maria Luísa de Carvalho (2001), em sua dissertação *A participação do pai no nascimento da criança*.

Na década de 80 em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, começaram a surgir questionamentos de homens intelectuais da classe média sobre as atribuições da masculinidade e sobre a sua insatisfação quanto às relações de dominação que estabelecem com as mulheres. A discussão sobre a divisão sexual entre afeto e razão passou a estar presente, refletindo o incômodo por parte dos homens com suas dificuldades em lidar com a afetividade, tradicionalmente pertencente ao mundo feminino (CARVALHO, 2001:41).

Para Badinter (1993), no entanto, esse homem em mutação ainda levará tempo para se impor, e com ela as condições da reconciliação masculina. Os estereótipos machistas não descrevem a realidade masculina em sua diversidade. Em todos os tempos houve homens que recusaram as figuras impostas, pais calorosos e atenciosos que deixaram fluir sua

feminilidade, homens ternos o bastante para amar suas mulheres como suas iguais. Porém, é preciso muita coragem e vontade, para desafiar os modelos dominantes (p.187).

Afinal, no decorrer da História, o homem foi sempre apoiado pela cultura que, sendo patriarcal, reservou-lhe lugar acima da trama doméstica, constituída, sobretudo, pela mulher e pela criança. Esta situação vem-se modificando, lenta e progressivamente, em transformações mais amplas, com a entrada da mulher no espaço público, antes estabelecido como exclusivamente masculino. Para Badinter (1993), hoje, os homens encurralados entre um discurso modernista e uma prática que não o é sentem-se defasados em relação às mulheres e oferecem aos filhos uma imagem contraditória da masculinidade (p.188).

Maria Luísa de Carvalho (2001) defende que as transformações no campo da paternidade não se processam de maneira simples. Se, por um lado, permanecem valores tradicionais da autoridade e da distância paternas, por outro, surge, aos poucos, uma nova possibilidade de paternidade, que cria vínculo e oferece segurança afetiva para os filhos. Nessa perspectiva, pais alimentam bebês, trocam suas fraldas e colocam-nos para dormir, entre as diferentes atividades que começam a exercer dentro de casa.

Ainda para a autora, apesar de incipiente e com dificuldades, novas experiências de construção de amor estão se realizando entre os homens. Eles estão buscando exercer uma paternidade mais dedicada amorosamente do que aquela que seus pais experimentaram. Carvalho (2001) aborda uma questão não recortada neste estudo, que é a classe social mais desfavorecida, quando aponta: “Grande ainda é o desconhecimento sobre as transformações na paternidade vividas pelas classes trabalhadoras mais pobres, com diferentes valores de gênero, família e condições sociais” (NASCIMENTO apud CARVALHO, 2001:43).

Hurstel constata que pedagogos apontavam uma carência do papel familiar do pai, no século XX, precisamente entre 1942 e 1950. Depois de 1948 e até 1968, eram os psicopatologistas de crianças que acentuavam a idéia de carência da “imagem” paterna. A partir de 1958 e na corrente de Lacan, os psicanalistas começaram a observar uma diminuição no exercício da “função” do pai: uma elaboração teórica que consiste em uma mudança radical de terreno na análise da paternidade (p.36). “É a partir dessa teoria, verdadeira ruptura epistemológica a fundar uma nova abordagem da paternidade, que poderão ser repensadas as incidências subjetivas da carência do papel e da imagem” (HURSTEL, 1999:36). Segundo esta autora, só a partir de 1980, pesquisadores franceses se preocuparam em explorar sistematicamente a paternidade, dentro do questionamento sobre o que é um pai, e as respostas dadas em uma perspectiva histórica e comparativa entre um antes e um hoje (p.51).

Essas questões nos levam a investigar, no próximo capítulo, o papel do pai ocidental, na prática da paternidade contemporânea, após a emancipação feminina e a visão de alguns tipos de mídia.

Capítulo 2

O pai contemporâneo, a emancipação feminina e as mídias.

Qualquer que seja a forma sob a qual a família se apresente, a figura do pai é indispensável e imprescindível. É mais fácil dizer *sim* do que *não*. E o pai está lá para ser diferente. Autoridade é fundamental e o limite protege (FELZENSWALB, 2003:6).

Parece que em se tratando de pai, de paternidade e da função paterna, a citação acima se confirma. Em qualquer tempo e em qualquer lugar, o papel principal do pai é dar limites. Seja do que for e para o que for, um filho precisa de um pai, na contemporaneidade ou principalmente, talvez, por causa dela.

Como já apontamos no capítulo anterior, a autoridade paterna começou a diminuir progressivamente na medida em que se impôs, de um lado, a figura do Estado como poder disciplinador das relações sociais básicas e, de outro, a contestação da autoridade tradicional em nome dos princípios da sociedade democrática. O pai não seria um bom educador, já que ele não podia feminilizar-se, e quando a mãe não podia ficar com a criança, a mesma era criada por uma avó, por uma tia, ou por uma governanta. O pai manteve-se no papel de provedor, até o final dos anos de 1960. Porém, segundo Felzenswalb (2003:29), “a Segunda Guerra Mundial, serviu para fortalecer a importância da paternidade. Muitos relatos atestam que a ausência do pai durante os anos de guerra deixou cicatrizes nos jovens, nos próprios homens e no tecido social”.

2.1 - Embate feminino x masculino

O embate entre as identidades do pai e da mãe dá-se pela busca da equidade de gênero, seja dentro da dialética homem x mulher, ou da função paterna x função materna. A dialética é um modo de pensar que privilegia as contradições da realidade e permite que o sujeito se compreenda como agente do processo de transformação. Na dialética há uma tese e uma antítese para se chegar a construir uma síntese, que se transformará em uma nova tese. A síntese é o *pai contemporâneo*, já que a nossa tese e a nossa antítese são realizadas ao longo

do embate da história da figura do pai em sua relação com o filho e com a mãe da criança. A dialética pai x mãe traduz-se no confronto entre as identidades paterna e materna que desemboca numa nova identidade paterna, por força das mudanças sociais e culturais que as mulheres ajudaram a introduzir na família.

A liberação da mulher, sua independência profissional e também civil transformaram radicalmente a situação familiar. As mulheres trabalham, mas ainda são as mães aquelas que se ocupam dos filhos e, segundo Hurstel (1999), quando não sabemos mais o que é um pai, quando na história os pontos de referência da paternidade vacilam, resta o modelo materno, que, no momento, permanece relativamente estável (p.58). A mulher pode escolher seu companheiro, decidir se será ele o pai de seu filho e também se o quer convivendo com ela. Parece que o homem contemporâneo é um produto da emancipação feminina.

Como sabemos, a urbanização, que começou no século XIX e acelerou-se no século XX, por conta do desenvolvimento industrial, foi um fator decisivo na evolução das famílias e das sociedades e, ao impor a participação da mulher no trabalho, aproximou o *status* feminino do masculino. Surgiu, então, a família conjugal, uma contração da família patriarcal decadente, em decorrência do crescimento das cidades e da nova divisão do trabalho. A sociedade contemporânea foi impactada pela industrialização e a família sofreu essa série de abalos que determinaram a quebra de padrões tradicionais. Apesar dessas mudanças, Hurstel (1999) considera que é muito difícil para o homem, e também para a sociedade, desprender-se da crença de que o único e verdadeiro pai continua autoritário e poderoso, sob o modelo do *Pater familiae* (p.59).

O controle da natalidade aceito e praticado por grande parte dos casais que, compatibilizados ou não com as doutrinas religiosas vigentes, apelam para as modernas técnicas que lhes vão permitir ter quantos filhos queiram e quando o queiram, colaborou para a emancipação progressiva da mulher, que obteve o reconhecimento social e jurídico de sua atuação em vários campos.

Essa imposição cada vez mais ostensiva do trabalho extra-doméstico, que atinge tanto o homem quanto a mulher, e mesmo os filhos, transforma a casa num local de fortuitos encontros. Toscano (1987) considera a diminuição progressiva da influência religiosa uma quebra da unanimidade de crença, já que hoje coexistem duas ou mais religiões dentro de uma mesma família.

Segundo Rosiska Darcy de Oliveira (1991), o acesso ao mundo do trabalho assalariado não foi uma livre escolha das mulheres, no século XIX. Foi a miséria que as

empurrou para as fábricas e para os trabalhos de menor remuneração. “A Revolução Industrial introduziu uma primeira ruptura no paradigma da diferenciação de mundos, mas, só nas primeiras décadas do século XX, às mulheres foi concedido o direito de voto, o que não mudou o seu papel subalterno” (OLIVEIRA, 1991:44).

A entrada maciça das mulheres no espaço público e o fim do controle da sexualidade feminina pelos homens, segundo Oliveira (1991:46), “se inscrevem no quadro de uma alteração mais ampla, e no fim dos anos 60, abalam os princípios e valores que garantiam a ordem social e o consenso ideológico das sociedades industriais do Ocidente”.

Para a autora:

No primeiro momento que começa no fim do século XIX e chega aos anos 60, a contestação visava provar que as mulheres não são inferiores aos homens e que podem fazer as mesmas coisas que eles. Num segundo momento, que se desenha nos anos 70, a contestação feminina anuncia que as mulheres não são inferiores aos homens, mas também não são iguais a eles e que essa diferença, longe de representar uma desvantagem, contém um potencial enriquecedor de crítica da cultura (OLIVEIRA, 1991:71).

Para Bolle de Bal (2001), hoje o poder mudou de sexo: as mulheres tiraram dos homens o domínio da fecundidade, conquistaram o direito e as condições de terem filhos voluntariamente, de não mais se submeter ao homem e, a partir de agora, escolher o homem para ser o pai de seus filhos. A questão não é mais, como outrora, saber quem detém a parte essencial na obra da geração, mas como dominar sua fecundidade para só ser mãe voluntariamente. Segundo a autora, em lugar da igualdade desejada, foi criada uma nova desigualdade – desta vez, em favor das mulheres, que se tornaram o sexo parental de mais direitos perante a lei – alimentada pela permanência e pelo reforço dos estereótipos parentais (no “interesse da criança”, a sua guarda deve ser exercida pela mãe...). Hoje, já existem pais que reivindicam no judiciário a guarda dos filhos, em situação de igualdade com a mulher.

Se foi possível definir o patriarcado pelo controle da fecundidade das mulheres e da divisão sexual do trabalho, os últimos anos estão marcados por uma dupla conquista feminina: o domínio de sua fecundidade e a divisão do mundo econômico com os homens (BADINTER, 1986:188). O movimento feminista proporcionou às mulheres um novo desenho na sociedade atual e foi um “acontecimento sobre o qual repousam o crescimento e a complexificação do sistema social. O movimento feminista terá assim tornado presente e visível o Feminino como corpo, como história, como cultura, como crise e como projeto” (OLIVEIRA, 1991:74).

Ontem, os homens criaram o sistema patriarcal e, para Badinter (1993:189), “hoje, constrangidos a dizer adeus ao patriarca, precisam reinventar o *pai* e a virilidade que vem dele. As mulheres, que observam esses seres mutantes com ternura, sustentam a respiração”.

2.2 - A crise do homem-pai, contemporâneo

Percebe-se que o pai está passando por uma crise sobre seu papel, sem saber, muitas vezes, que caminho seguir, depois de ser o único provedor da família e máximo representante da autoridade e do respeito, a sua identidade está em mutação. As bases dessas identidades estão ligadas às subversões das inscrições do pai nas leis, mas também às subversões sociais e culturais que essas leis subentendem. Para Bolle de Bal (2001), seria interessante uma reflexão sobre a arte de ser esse *novo pai* encarregado de cuidar dos filhos, com aspirações multiplicadas pela sociedade televisiva de consumo de massa. Novos pais presentes, autênticos, sem culpas, confiantes em seu insubstituível papel de pai.

O homem é surpreendido pela ruptura da hierarquia doméstica e pelo questionamento de sua autoridade, antes ainda de assimilar o esboço de nova configuração familiar, que introduziu a mulher no mercado de trabalho. Mas não é só uma questão de posicionamento externo e social, quando a questão é passar de filho para pai. Trata-se de uma questão interna e subjetiva, própria de cada um. Nolasco (1993), ao observar o papel e o exercício da função paterna nos homens, percebe que eles vivem algumas tensões oriundas de um processo de transformação interna que se instaura quando do nascimento do filho. Primeiro, pela gama de sentimentos e fantasias tanto de hostilidade quando de insegurança que os envolve, e depois pela impossibilidade de lidar com o que emerge subjetivamente desse momento (p.45). Para esse autor...

o cotidiano dos homens não é constituído de estimulação, contato e expressão imediata do que sentem, mas ao contrário, da disciplinarização do sentir e do condicionamento a comportamentos estereotipados viris e agressivos. Este aprendizado de postura diante da vida começa na infância, determinando para um homem adulto sua incapacidade em contatar as próprias emoções e demandas afetivas. Parte desta incapacidade é por nós conhecida sob o aspecto da violência e da agressividade masculinas (NOLASCO, 1993:46).

O homem-pai carrega parte dessa agressividade, que é determinante não só na interiorização da lei, mas também nos processos de subjetivação e socialização dos filhos. Para Felzenszwalb (2003), pais não são mães masculinas. A contribuição do pai se aplica

através de uma relação invisível. Cada pai tem seu próprio estilo de guiar e brincar com os filhos. Ele introduz a diferença:

Suas brincadeiras desenvolvem a capacidade de dominar as emoções, pois envolvem situações que testam os limites da criança e intensificam as emoções. Essas prematuras lições de controle de emoções têm papel fundamental no desenvolvimento da capacidade dos filhos em lidar com frustrações, em explorar novas alternativas e na perseverança em problemas acadêmicos (FELZENSZWALB, 2003:187).

Como se situa o homem contemporâneo na prática da paternidade? Como exerce a função paterna, tão necessária nos dias de hoje, em prol de uma civilização mais humana? Como assiste às mudanças causadas pela emancipação feminina? São questões cujas respostas esperamos encontrar representadas nos discursos midiáticos, a seguir.

2.3 - Os discursos das mídias

Trazemos as mídias como formadoras de opinião, pois os meios de comunicação de massa são agentes de socialização e têm o poder de mostrar as transformações e crises sociais e, de uma forma ampla, alcançar o imaginário das pessoas. Atualmente a mídia como veículo de comunicação tem um grande alcance na transmissão de informações, sejam elas quais forem.

À medida em que, como pesquisadores, nos aproximamos do presente, ficamos mais dependentes das tecnologias digitais e da própria mídia. Entendemos que as mudanças sociais e culturais, das quais estamos tratando, passam necessariamente por essas fontes.

A mídia vem sendo considerada um lugar de excelência para a divulgação de discursos na sociedade. Discurso é a combinação de elementos lingüísticos de ação sobre o mundo do qual o sujeito se utiliza para exprimir suas idéias e seus pensamentos. Através dos discursos veiculados pelas mídias, jornalísticas, de revistas e dos *sites* da Internet, parece-nos possível observar e repensar as subjetividades paternas. Em relação a essa questão trazemos Hurstel (1999:61) que afirma: “o pai como função simbólica encontra sua eficiência e sua lógica no campo de uma subjetividade estruturada pela linguagem”. O que a autora enuncia é que os pais designados pela instituição e “adeptos” da função estão envolvidos nela, ao mesmo tempo em que a constroem pela linguagem. Participam da ação da função e na realidade se submetem a ela, transmitindo, de forma inconsciente, não apenas valores, mas crenças e maneiras de ser. Portanto buscamos, nas mídias escrita, televisada, da sétima arte

(cinema) e virtual, compreender os olhares contemporâneos sobre o comportamento dos pais.

Encontramos atualmente na mídia, apesar de ainda incipiente, representações dos discursos e dos comportamentos desejados e/ou desempenhados pelos homens, pais contemporâneos na família e na sociedade. No entanto não foi sempre assim. Se por um lado percebemos, nos discursos de diversos tipos de mídias, as mudanças pelas quais passam as mulheres desde a época do movimento feminista, por outro, no que se refere aos discursos masculinos, excluindo o período em que se comemora o dia dos pais, o que víamos de representação midiática do homem-pai, era irrisório ou quase nada. Havia um discurso apagado. Parece que essa ausência tem um significado: uma sincronicidade com o declínio da paternidade e do exercício da função paterna que já denunciemos aqui. Da emancipação feminina para cá, essa ausência é notada no próprio discurso da mulher. É ela, então, quem traz o homem-pai à tona.

Como já pontuamos, a presença do pai é fundamental na imposição dos limites e da ordem. Parece que a mídia também pensa, hoje, dessa maneira. A sociedade precisa de leis e se desejamos a civilização, e, não a barbárie, será preciso incutir nos homens em geral e nos pais especificamente, a idéia da valorização da ética e da moral.

Há uma propaganda, veiculada através de um *outdoor* (do CitiBank produzida pela Fallon SP, 2006), que procura passar uma mensagem ética através da frase: “Crie filhos, não crie herdeiros”. Quem sabe, uma nova consciência e um novo caminho para uma cultura paterna mais lapidada e refinada. Nos parece que no processo histórico da paternidade, a ética sempre esteve em questão. Na Justiça francesa, por exemplo, por volta do século XVIII, já havia uma preocupação com a relação pai e filho para que a mesma não se baseasse apenas nos bens e heranças, como já foi visto no capítulo I. A mídia, com esse tipo de mensagem, passa valores de conduta e de comportamento e, ao invadir as nossas casas, diariamente, com reportagens sobre guerras entre traficantes, torcidas de times de futebol, corrupção policial, desvios de verbas públicas, assaltos e assassinatos de inocentes, aponta falhas na educação dos indivíduos, fator provavelmente motivado pela falta de uma referência paterna, ordenadora da vida em sociedade.

2.3.1 - As mudanças dos homens e a emancipação feminina

Como um exemplo do que a mídia escrita nos traz, na reportagem de Ralph Viana (2005), “Guerreiros são meninos, no fundo do peito...” para a *Revista Qualittá*, o próprio

Viana aponta: *Tudo começou quando o Movimento Feminista encurralou os jovens esquerdistas: “Revolucionários de 68, entramos na década de 80 tontos, tanto pelos percalços do nosso movimento quanto pelas novas posturas femininas, que nos cobravam coerência cotidiana com nosso discurso de igualdade e liberdade”. “O machão tão tipicamente latino, começa sua gestação pela abundância de feminilidade a que se viu submetido na infância. Como a nossa cultura reserva ao homem a tarefa de prover as necessidades econômicas básicas da família, o pai quase não tem contato com os filhos, que crescem criados pelas mães e suas prendas domésticas, transmissoras dos ensinamentos básicos de formação do futuro homem. É muito contato materno e pouco paterno. As identificações fundamentais não são equilibradas. Como agüentar tanta feminilidade dentro de si nesta sociedade falocêntrica? Só saindo pelo oposto, afirmando constante e até caricatamente o que se entende por masculino, macho, homem, dominador, guerreiro, onipotente, senhor. [...] Mas também éramos leves quando nos emocionávamos com Gilberto Gil cantando “pensei que a ilusão de ser homem bastaria, que o mundo masculino tudo me daria do que eu quisesse ser... Que nada, a porção mulher que até então se resguardara nos estava sendo oferecida como um componente fundamental para estruturarmos nossa nova identidade, a de homens sensíveis”.* Com isso o encontro entre homens e mulheres ficou melhor. Com mais direitos, reconhecimento e respeito. A igualdade e a diferença deixaram de ser opostas e agora se aceitam mais.

A coordenadora Magdalena Ramos, do Núcleo de Casal e Família da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), numa reportagem à Revista ROMANO, em seu primeiro número de fevereiro de 2005, atesta que o comportamento dos homens está mudando. Ela aponta como o mais interessante que a mudança é para melhor. O aspecto mais evidente é a ocupação masculina no espaço privado.

Até há pouco tempo atrás, o espaço público era um reduto masculino, e, no lar, os homens eram apenas provedores da família. O espaço privado era um território feminino onde à mulher cabia cuidar da prole. Hoje, a mulher trabalha fora e assume mais compromissos, por isso aceita a ajuda do parceiro em casa. O resultado mais direto disso é a ampliação do papel paterno na educação infantil. Para Ramos (2005), o homem, hoje, defende a vontade de ter filhos, sente-se incluso na gravidez e quer apoiar diretamente a criação das crianças.

No entender da autora, curiosamente, o desafio maior é o da mulher de permitir que o homem entre no espaço que tradicionalmente era seu domínio. Aquelas que não impõem

resistência têm a chance de ganhar um supercompanheiro. O que faz a mudança ser benéfica para todos.

A professora e psicóloga Rosane Mantilla (2003) coordena um programa de doutorado sobre paternidade, na PUC-SP, e no *site* www.aleitamentomaterno.com.br apresentou os resultados de seus estudos sobre o perfil de centenas de pais, vindos de diversas classes sociais, ao longo da última década. Na entrevista ao *site*, Mantilla considera que o homem está confuso porque o antigo modelo paterno não se encaixa nessas novas necessidades, porém o cuidado com o filho passou a ter um valor importante para a satisfação do pai. Segundo a coordenadora, pesquisas realizadas nos Estados Unidos mostram que filhos criados com pouco contato com os pais têm três vezes mais chances de ir mal na escola, se envolver com drogas e sofrer de depressão. Alarmados com esses dados, muitos homens começam a rever suas posturas. Alguns vestem o uniforme do pai participante, que ajuda no parto, que troca fralda e leva os filhos à escola. Outros entram na pele do paizão amigo, que toma cerveja com o filho e deixa a filha dormir com o namorado em casa.

2.3.2 - O pensamento do homem, pai atual

Na reportagem *Amizade tem limite*, de Marinho (2005), veiculada na *Revista do Jornal O Globo*, fica claro observar que a mulher conquistou espaço no mercado de trabalho, passou a falar de igual para igual com o homem, o número de divórcios cresceu e as críticas ao modelo paternalista se intensificaram. O psicólogo Sócrates Nolasco, professor da UFRJ e autor ao qual já nos referimos neste estudo, foi um dos entrevistados. Pai de Luísa, de quinze anos, e de Flora, de cinco, aponta que os pais, hoje, estão mais preocupados com a segurança do que com a autoridade *antes havia uma referência do que era ser pai. Na década de 60, os homens jovens dessa geração ficaram apenas observando as transformações nas vidas das mulheres e não acompanharam essas mudanças. Hoje se sentem meio perdidos no papel de pais, e os seus filhos ficaram sem um modelo. Essa liberalidade pode ser muito danosa.*

A psicanalista e terapeuta de família Miriam Felzenswalb (2003), autora da tese *Paternogênese*, que trata dos efeitos da exclusão do pai no desenvolvimento da personalidade e na dinâmica familiar, defendida no Instituto de Medicina Social da UERJ, considera que a ausência do pai é mais grave para o filho do que o excesso de sua presença. Miriam afirma que o papel do pai na família ainda está sob tensão:

Ao perder seu papel de provedor, ele ainda não conseguiu forjar um outro modelo de participação na vida familiar. Mas sua ausência é gravíssima. A quebra do vínculo afetivo com o pai promove sentimentos de abandono, de rejeição e culpa, colocando em risco a formação de novos vínculos, comprometendo futuras relações contaminadas pela insegurança (FELZENSWALB, 2003:52).

Felzenswalb garante que o mais importante é o pai saber que sempre terá pelo menos três importantes papéis na vida do filho: o de protetor, o de orientador e o de modelo. Pontua que no relacionamento entre pai e filho o mais difícil é saber a hora certa de entrar e sair, ou seja, entender em que momento é preciso se afastar um pouco para avaliar melhor a situação. O pai precisa ser um diferencial na vida do filho. Ele é o representante do *não*, e, em maior escala, do mundo.

A inscrição social do ser humano é realizada na plenitude do exercício da função paterna. A falência desse exercício traz um afrouxar da Lei, o que nos remete à concepção de que uma Lei existe para ser respeitada.

Meireles e Sento Sé (2005), na reportagem *Não é o Vovô: a vida de homens que são pais de meia-idade*, veiculada na *Revista Domingo do Jornal do Brasil*, e que encaram a paternidade numa idade em que, há um século, a maior parte dos homens já era avô, entrevistam o músico Pepeu Gomes, de cinquenta e seis anos, que é, como se diz, um pai-avô.

Segundo o músico, a paternidade na meia-idade não se assemelha em quase nada com aquela dos anos inseqüentes da juventude, quando, de filho, de repente, virou pai. Hoje se julga mais consciente de que uma nova vida depende dele. Narra que enfrentou algumas situações inusitadas: a música *Masculino e feminino* foi escrita quando se viu, sozinho, a conversar com a filha sobre menstruação, já que a sua mulher não estava em casa. Admite também que *se tivesse tido sempre a cabeça de hoje, teria gritado menos com as crianças e falado mais de Deus. Hoje, felizmente, acho que os pais estão mais próximos dos filhos, pontua.*

2.3.3 - A lei e os desejos do pai atual

Mantilla (2003) entende que o homem, até quando se separa, mostra-se mais preocupado - o número de pedidos de guarda paterna dos filhos pulou de cinco por cento para vinte e cinco por cento nos últimos anos.

À respeito de guarda compartilhada, o psicanalista e fotógrafo José Inácio Parente (2006), no *site* www.pai.com.br, defende que toda criança tem o direito e a necessidade de conhecer o seu pai e partilhar com ele de seu cotidiano, vendo e sentindo sua visão de mundo, seu dia-a-dia, sua maneira de ver o amor e a vida. Segundo Parente, os homens têm conquistado cada vez mais espaços legítimos na família e na educação das crianças, porque está surgindo uma maior consciência do exercício da função paterna na formação da personalidade dos filhos. Entende ainda que a luta pela guarda compartilhada deve ser simultânea à mudança de nossa cultura, e que essa se dará através da educação.

Em seu *site* www.aleitamento.com., o pediatra Marcus Renato de Carvalho propôs, em 2005, a Campanha de Valorização do Cuidado Paterno. Essa campanha incentiva os pais a buscar e achar caminhos para entrar mais na vida dos filhos, como ele também busca entrar na vida das filhas Clara e Sophie. O pediatra considera que *há muitos ambientes que são historicamente femininos, e que os pais acabam não freqüentando, como a escola e a sala de parto*. Observa que é preciso acabar com isso e costuma exigir a presença masculina junto da mãe nas consultas de seus pequenos clientes. Segundo o entrevistado, na França, por exemplo, já é obrigatório que as escolas enviem para a casa dos pais, quando são separados, todas as circulares relativas à vida dos filhos no colégio. *Se não for assim, muitas vezes o pai acaba ficando alheio*. A campanha de valorização do cuidado paterno escolheu, em seu terceiro ano, o tema “Pai, pode entrar!”, com o objetivo de estimular os homens a freqüentar ambientes ainda hoje restritos às mães, como a sala de parto, as reuniões na escola, o consultório do médico e a brigarem juntos pela aprovação, no Congresso Nacional, da lei que institui a guarda compartilhada dos filhos.

Na reportagem *Pais e filhos na era do DNA*, publicada na *Revista Época*, Ruth de Aquino (2006) defende que, de acordo com o novo Código Civil em seu artigo 1.593, a paternidade sócio-afetiva é mais reconhecida do que a paternidade biológica e em alguns casos a legislação dá ao pai afetivo o direito de impedir que conste, na certidão de nascimento da criança, o nome do pai biológico. Um direito adquirido por Lei e que é estendido e visível a todos que recorrerem a ela.

Parece que essa concepção já era entendida da mesma maneira na Roma Antiga, conforme já pontuamos no capítulo primeiro deste trabalho. Aquino (2006) considera, ainda, que já existem casos de jurisprudência nos Tribunais gaúchos que compreendem que um registro de nascimento deve atentar mais para a verdade afetiva do que para a verdade biológica, ou seja, o homem que acompanhou a gestação, que assistiu ao parto, [...] e que é

reconhecido pela criança e pela sociedade como pai, é mais considerado do que aquele que apenas forneceu o esperma, sem desejar a paternidade. Uma conquista legal que dá ao homem a oportunidade de lutar por esse direito, se quiser.

Por outro lado, a paternidade de adoção, por pessoas que querem ser pais mesmo sendo homossexuais, também tem sido tratada pela mídia, como demonstra Gomes da Silva (2005), na revista científica *Diálogos da Psicologia*. Segundo a matéria, o conceito de família na atualidade, não pode e nem deve mais se sustentar nos modelos de família hierárquica, patriarcal e burguesa, visto que essa não é mais resultante de um acordo cujos destinos dos cônjuges dependiam dos interesses de suas famílias. *Se, há décadas, a procriação era a finalidade da união de um casal, a pílula anticoncepcional e a fertilização “in vitro” também estão aí para desmistificar esse corolário ensejado pela Igreja Católica*, afirma Gomes da Silva.

Na reportagem, Gomes da Silva (2005), destaca que a família tradicional se desprivatizou desde a segunda metade do século passado, implodida por mudanças sociais. Hoje o modelo de família vigente está cada vez mais longe do modelo clássico formado por um pai poderoso, uma mãe subserviente, dona de casa e com muitos filhos. De acordo com a pesquisa realizada pelo Datafolha, em setembro de 1998, havia mais de três milhões de mães solteiras, seis milhões de pais separados ou viúvos com filhos e dois milhões de solteiros com mais de 40 anos, que moravam com os pais. Ou seja, a família está se redefinindo, evidenciando-se cada vez mais novas organizações familiares tais como as famílias monoparentais, homoparentais ou tentaculares, para usar o termo da psicanalista Maria Rita Kehl (2003). No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já expôs as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, onde quarenta e sete por cento dos domicílios se organizam na ausência de uma das figuras parentais e onde noventa por cento das uniões, sem papel passado, sofreu um considerável aumento nos últimos dez anos. *O que entendo por família é a confirmação do casal em permanecer unido, envidando esforços morais para a sua continuidade através dos filhos, não importando se esses vieram de modo natural ou com a adoção. Em alguns casos, filhos adotivos recebem muito mais amor de seus pais do que filhos consangüíneos, e vice-versa. O que importa daí em diante é o investimento dos pais na criação e educação dessa criança. Tanto homo quanto heterossexuais podem se candidatar ao papel fundacional de pai ou mãe, legitimados pela ordem jurídica de um país*, pontua Gomes da Silva.

2.3.4 - O pai como exemplo

Na reportagem *Pai deve dar exemplo?* publicada na *Revista O GLOBO*, Clébicar (2006) observa que se para educar uma criança houvesse uma receita a ser seguida, pelo menos dois itens estariam na lista: o modelo e o discurso. E questiona o que teria mais valor: a palavra ou o exemplo? Essa questão atinge, sobretudo, a figura masculina que representa a lei para a criança e norteia o comportamento dos filhos, porque os pais são sempre modelos e referências tanto no discurso quanto no exemplo.

Um pai entrevistado por Clébicar comenta: *Meu principal esforço é em relação à leitura. Na minha casa isso nunca foi incentivado, mas eu sei como é importante. E, como acredito que nessa hora o que funciona é o exemplo, eu me esforço para ler mais.* Também aponta resultados: *Meus filhos me pedem para ler histórias.*

Nessa mesma matéria, a psicóloga especializada em educação, Regina Cortez pontua que as crianças constroem a identidade a partir de um modelo, mas só dar bons exemplos não basta e é aí que a palavra encontra o seu espaço, desde que seguida de um comportamento. As famílias que têm mais sucesso na educação dos filhos são as que conseguem manter os limites no discurso e na prática.

O psicanalista Flávio Gikovate observa, nessa reportagem, que a confiança no pai não pode ser abalada: *O exemplo é tudo o que se tem para oferecer. É fundamental que o pai tenha lisura, seja confiável. O pai não deve ser mentiroso, pois quando o filho descobre, tem a sensação de que não pode confiar em ninguém mais.* Alerta também que um comportamento negativo tem efeitos nefastos na vida do filho.

2.3.5 - A paternidade nas telas de cinema

Parece que o declínio da paternidade denunciado em *A gaia ciência* (1881-1882) por Nietzsche está sendo revisto em vários segmentos da mídia como aponta a sétima arte. Há alguns filmes que tratam da relação pai-filho como *Kramer versus Kramer* (1979), onde Dustin Hoffman é um pai divorciado que cuida do filho pequeno e luta em tribunal para ficar com a sua guarda. O filme mostra que ser pai traz à tona uma gama de emoções, para muitos, ainda "coisa de mulher". Ser pai convoca a afetividade, coisa difícil do homem lidar. Nesse exercício de paternidade, o pai conseguiu lidar bem com suas emoções, baseado exclusivamente na preocupação e no desejo de estar junto do filho e de que o filho cresça

saudável psíquica e fisicamente. Este filme apontou o início da mudança masculina no que se refere ao desejo de ter a guarda do filho, em caso de separação do casal.

Por sua vez *Kolya*, “o melhor filme estrangeiro” (República Checa) de 1996, direção de Jan Sverák, tem uma outra abordagem e conta a história de Louka, um solteirão convicto de 55 anos que, precisando de dinheiro, aceita casar-se com uma moça russa, para que ela obtenha a cidadania checa. O país estava na iminência da Revolução de Veludo, que daria origem à República Checa. A moça, após casar-se, foge para o Ocidente, deixando Kolya, seu filhinho de 5 anos aos cuidados do “marido”. Louka, temendo ser descoberto na questão do casamento por interesse, cuida do menino e se afeiçoa a ele. O menino resiste um pouco no início, mas cede aos afetos do homem que tão bem cuida dele, respeitando suas saudades e satisfazendo seus mais profundos desejos. Kolya se aproxima cada vez mais de Louka e o chama de pai. Louka pratica atos considerados ilegais para impedir que o menino vá parar em um orfanato russo, fugindo com ele e entregando-o à mãe no Ocidente. O menino Kolya não pretende se afastar do novo pai, mas vai com a mãe, não antes da promessa de rever o pai um dia, na busca do pertencimento do que pode haver de mais simbólico, ao nível de referência paterna. Na realidade, o pai podia até ter morrido ou partido e, ainda assim, funcionar como pai, como funcionou para Kolya. Louka, *pai* por tão pouco tempo, vivenciou com muita intensidade esse sentimento paterno e feliz, e termina se envolvendo com uma antiga namorada que, em breve, lhe dará seu primeiro filho biológico.

Ou ainda a busca pela figura paterna como o filme *Caráter*, dirigido por Mike Van Diem (1997), onde alguns tipos de adversidade e a privação de afeto parecem ser os únicos ingredientes da relação entre um pai muito distante física e afetivamente e o filho. A criança surgiu de uma relação de apenas uma noite do patrão com a empregada, que, ao descobrir que estava grávida, resolveu sair do emprego. O pai não assumiu o filho e quando decidiu fazê-lo, o orgulho da mãe não o permitiu. Mãe e filho passaram por muitas privações, mas o menino cresceu sabendo da existência do pai, que o acompanhava de longe. Travaram, à distância, um duelo silencioso, cheio de ressentimentos, do qual, em alguma medida, o filho saiu vitorioso, apesar de apenas o pai deter o poder do dinheiro. O filme nos passa a idéia de que o pai desejava formar o caráter do filho, objetivo que parece ter sido conseguido. O filho cresceu sendo forjado pelo pai e, aprendendo no dia-a-dia, a retirar de dentro de si energia para enfrentar o seu dever. E, à despeito de tudo e de todos resistiu, ao invés de se sentir subjugado, lutando para alcançar seu objetivo, fosse qual fosse o tamanho do seu sonho. Pensamos que esse pai conseguiu forjar o caráter desejado no filho, pelo estabelecimento da

força do poder financeiro, ao provocar no menino, uma enorme necessidade de superação. Apesar de não ter lutado para ganhar o amor do filho e de ter a consciência de não tê-lo conquistado, o pai, ainda assim se dá por satisfeito, com o ser humano no qual o filho se tornou, pois o menino muito estudioso, conseguiu graduar-se em Direito. Subentende-se que o pai alcançara então o que se propusera e entendendo que a sua vida não tinha mais sentido, suicidou-se ao final do filme libertando, de certa maneira, o filho de uma batalha calculada e silenciosa.

Numa outra esfera, na questão de sair da pobreza e de promover uma vida melhor para a sua família, no filme brasileiro, dirigido por Breno Silveira (2005), *Dois filhos de Francisco* (uma história real), o pai tem uma figura e um papel importantíssimos. É através dele que os seus dois filhos, ainda meninos, são incentivados a cantar e a tocar, e encaminhados à vida artística. É em busca do sucesso dos filhos, que o pai larga a roça e vai para a cidade com o objetivo de realizar seus próprios sonhos. Os filhos obedecem ao pai de maneira cega e, apesar dos vários percalços, finalmente, acontece a tão sonhada glória: tornam-se uma dupla famosa.

Um bom exemplo de pai contemporâneo e *diligente* vem do filme *Menina dos Olhos*, da *Miramax International*, direção de View Askew (2004), onde o pai, Ollie Trinke é um homem casado, bem sucedido no emprego e que parece ter tudo o que sempre quis. Sua vida desmorona após sua esposa morrer no parto de sua filha Gertie. Saem de Nova Iorque e vão morar no interior, com o pai dele, avô da menina. Há uma passagem de tempo no filme e Gertie aparece, já com sete anos. A relação entre eles parece ter se desenvolvido, baseada em muito amor, diálogo e respeito. Ollie entende que deve dedicar todo o seu tempo e atenção à sua filha e por esse motivo não arruma namorada nesses sete anos. No entanto, desejava voltar para Nova Iorque e deixar seu *empreguinho* do interior, pois queria de volta a sua vida de luxo. Porém, Gertie era feliz e não queria sair de onde se acostumara a viver. Mesmo assim, Ollie continuou buscando emprego em Nova York, até que um dia conseguiu uma entrevista, o que criou um clima desagradável entre pai e filha. Porém, o pai estava obstinado e não pretendia perder esse emprego por nada. Ollie aguardava ser atendido, quando começou a conversar com uma pessoa que estava ao seu lado. A conversa girava sobre filhos e sua importância para os pais. A pessoa que conversava com Ollie, era um ator famoso e lhe contava de como os seus filhos ficavam tristes, quando ele viajava para fazer as gravações de seus filmes e, de como, às vezes, se sentia chateado por ser famoso e não ter tempo para eles. Ollie ouvia atentamente as palavras do seu interlocutor e, após refletir um pouco, chegou à

conclusão de que a filha dele era a coisa mais importante de sua vida e que o que mais desejava era continuar a educar e cuidar de sua filhinha, pois na verdade isso o fazia muito feliz. Desistiu do emprego, mesmo antes de ser chamado para a entrevista, e foi correndo para a cidadezinha onde a filha já nem o esperava mais, para fazer parte de uma peça de teatro, na escola. Ollie, após a peça, contou para Gertie a sua decisão de morar lá mesmo, e não mais voltar para Nova Iorque. Gertie, radiante quis saber por quê. - *Por que você é o que fiz de melhor na vida!* Disse Ollie, feliz.

Pensamos que os filmes e seus protagonistas representam a sociedade, são sensores das alterações que se processam na cultura e buscam, de certa forma, recuperar o prestígio do papel do pai no exercício da função paterna. Percebemos, também, como a mídia é porta-voz e interventora do que acontece em nosso cotidiano, pela maneira como aponta as variadas e atuais facetas da sociedade, colaborando para o nosso entendimento sobre o pai contemporâneo.

Se, por um lado, a mídia hoje pontua as transformações do homem-pai, por outro, aponta mudanças também e que são passíveis de reflexão - entre o bem e o mal -, se atentarmos para a preocupação de Kupfer (2000) que observa: se a marca do atual consiste em inventar o novo, o que impossibilita a transmissão de uma tradição, o que podem fazer os pais se vêm nos meios de comunicação, todos os dias, formas novas para educar as crianças? Para essa autora, a psicanálise, nesse caso, “pode vir a ser um instrumento, pelo qual seja possível resgatar o exercício da paternidade de sua ação educativa, por intermédio da sustentação de sua falta para ser” (KUPFER, 2000:71).

Roudinesco (2003:26), historiadora e psicanalista, nos abre passagem para o próximo capítulo afirmando que: o pai não é um pai procriador, senão na medida em que é um pai pela fala. O lugar atribuído ao verbo tem como efeito ao mesmo tempo reunir e cindir as duas funções da paternidade (*pater* e *genitor*), a da nomeação e a da transmissão do sangue ou da raça.

É através da doação do nome, e pelo viés da visibilidade de uma semelhança, que o pai se torna na Idade Média um corpo imortal. [...] prolonga, no nome que será carregado por seus descendentes, a lembrança de seus ancestrais, que igualmente perpetuaram a memória da imagem original de Deus pai (ROUDINESCO, 2003:26).

Capítulo 3

O pai e a psicanálise

De todas as imagens (*imagos*) de uma infância que, via de regra, não é mais recordada, nenhuma é mais importante para um jovem ou um homem que a do pai (FREUD, 1914-1996:249).

Finalizamos o capítulo anterior pontuando a importância do nome e da descendência do pai para o filho e iniciamos este com a citação da importância, para o filho, da figura do pai. Na verdade é sobre essa relação e o que se refere às suas subjetividades que tratamos neste capítulo. Ao introduzirmos a contribuição da psicanálise no desenvolvimento de nossas idéias, trouxemos algumas reflexões que consideramos necessárias para apontar a importância do pai na manutenção dos laços familiares e também sociais.

3.1 - O mito de “Totem e tabu”

Segundo Enriquez (1991), é preciso tomar Freud ao pé da letra. Assim como a exploração dos sonhos é a via real para o conhecimento do inconsciente, a compreensão dos fenômenos tabus e totêmicos constitui a via real para a exploração do vínculo social (ENRIQUEZ, 1991:28).

Assim Freud descreve o mito de *Totem e tabu*:

Certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram o pai, colocando assim um fim à horda patriarcal. Unidos, tiveram a coragem de fazê-lo e foram bem sucedidos no que lhes teria sido impossível fazer individualmente. [...] O violento pai primevo fora sem dúvida o temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos: e, pelo ato de devorá-lo, realizavam a identificação com ele, cada um deles adquirindo uma parte de sua força. A refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria assim uma repetição, e uma comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e da religião (FREUD, 1913/1996:145).

A fábula da Horda Primitiva é uma criação de Freud. Não existe a menor evidência factual de que as coisas tenham realmente acontecido dessa maneira. Assim como a teoria do complexo de Édipo expressa desejos comuns a toda a humanidade, o mito da horda primitiva constitui uma versão mais primitiva de Édipo. Os dois são míticos, isto é, modelos para se pensar o real.

Freud (1913) supõe que a tumultuosa malta dos irmãos estava cheia dos mesmos sentimentos contraditórios que percebemos em ação no ambivalente complexo-pai: odiavam o pai, que representava um obstáculo enorme ao seu anseio de poder e às aspirações sexuais; mas amavam-no e também o admiravam. Daí que o complexo de culpa emergiu, juntamente, com o remorso sentido por todo o grupo.

O pai morto tornou-se mais forte do que o fora vivo. O que até então era interdito por sua existência real foi doravante proibido pelos filhos: anularam o próprio ato, proibindo a morte do totem, o substituto do pai; e renunciaram aos seus frutos, abrindo mão da reivindicação às mulheres, que agora tinham sido libertadas. Para Freud (1913), do sentimento de culpa filial emergiram os dois tabus fundamentais do totemismo, que correspondem aos dois desejos recalcados do complexo de Édipo: o incesto e o parricídio.

Talvez seus descendentes ainda hoje se matassem uns aos outros sem inibição, não fosse o fato de entre aqueles atos homicidas ter ocorrido um – a morte do pai primitivo – que evocou uma reação emocional irresistível. Foi dele que surgiu o mandamento: “Não matarás. Sob o totemismo, esse mandamento estava restrito ao substituto paterno, mas posteriormente foi estendido às outras pessoas, embora ainda hoje não seja universalmente obedecido” (FREUD, 1929/1996:51).

Freud (1913/1996) defende que o pai primevo constituiu a imagem original de Deus, o modelo a partir do qual as gerações posteriores deram forma à figura de Deus. Daí a explicação religiosa ser correta. Deus realmente desempenhou um papel na gênese daquela proibição: foi Sua influência, e não uma compreensão interna (*insight*) de necessidade social que a criou.

Veschi (1996) entende que o pai originário situa-se antes de todo e qualquer pai. É o pai do qual dependem todos os outros e sustenta todos os outros. Foi e é necessário para todos os outros existirem, sem ter, ele mesmo, existido ou existir. Trata-se do “pai zero”. Um mito criado por Freud e que, enquanto mito, busca tocar uma realidade nunca acontecida, mas que se faz acontecer. Isto nos permite entender que mesmo se o pai tiver morrido, continuará vivo dentro de nós, interditando e frustrando.

O pai originário é encontrado no imaginário de cada um, na medida em que, para alguma coisa existir em nós, é preciso sua expressão estar articulada a um elemento simbólico. Por isso a representação do pai originário alinhava aquilo que o pai é, ao começar a existir para o sujeito, devendo, ao longo da instauração de sua função, vir a transformar, para viabilizar-se como sujeito.

Segundo Veschi, cada pai, singularmente, precisa dar corpo e sentido tanto ao pai originário (*Urvater*) – sustentando sua presença problemática no espaço de vida originário dos filhos – quanto às condições de sua morte – tornar-se desnecessário – para possibilitar o acesso à ordem da fratria e da lei. Isso só se torna possível naqueles homens onde tal acontecimento se deu, ou seja, onde a morte daquela figura poderosa e ilimitada do pai originário se consumou. Isso deve ocorrer com cada sujeito, para que ele ocupe a função paterna. E insiste:

Para esta travessia viabilizar-se é essencial ao pai estar no seu lugar, para sustentar a afirmação do confronto dos filhos. Se fôssemos pensar uma “ética do pai” teríamos de situá-la neste ponto de encontro, entre a sua possibilidade de vir a ser desnecessário e a sua afirmação – seu “estar aí” – para fazer espaço de afirmação pelo confronto (real, imaginário e simbólico) dos filhos. Os filhos *são* onde o *Urvater* acaba (VESCHI,1996:6).

Segundo Crespo (2003), no final de *Totem e tabu* e depois em o *Moisés e o Monoteísmo*, Freud postula que a História da humanidade estaria imersa numa espécie de ciranda infernal, alimentada por uma inextinguível compulsão à repetição. Para a autora, “mata-se o pai, anseia-se pelo pai, ressuscita-se o pai num ideal exorbitante (herdeiro simbólico da onipotência do pai primevo). Mata-se o ‘grande homem’ que encarna aquele ideal, e tudo recomeça” (CRESPO, 2003:37).

Freud (1913) estabelece no texto *Totem e tabu* uma fronteira mítica na relação entre pai e filho e admite ter tido a necessidade de criar um mito para dar conta de um início, como faziam os antigos gregos. Afinal, quando não havia ainda ciência, os mitos tentavam explicar o inexplicável. Para Freud, o violento pai primevo fora, sem dúvida, o temido e invejado modelo de cada um dos componentes da irmandade e, pelo ato de devorá-lo, os filhos identificaram-se com o pai, cada um adquirindo uma parte de sua força.

This (1987:154) refere-se ao mito da horda original como um sintoma que não cessa de reaparecer, de geração em geração, na literatura analítica, os filhos repetindo servilmente

as palavras dos pais. Para Bolle de Bal (2001), assiste-se então a uma dupla identificação psíquica inconsciente: o pai forte e benevolente, objeto de amor, torna-se parte constituinte do Ideal do Ego, enquanto o pai odiado e atacado fica interiorizado no *supereu*.

Garcia de Araújo (2001) observa que na nova sociedade dos irmãos, que marca o nascimento da civilização, os “atos fortes” cometidos ora pelo pai (incesto), ora pelos filhos (assassinato e canibalismo), se tornam as interdições sociais fundamentais da cultura (p.20). O autor considera que esse tipo de “revolta contra o pai” descrita em *Totem e tabu* aconteceu na Revolução Francesa e em tantas outras contestações, radicalmente revolucionárias ou não, aos regimes fortes (p.27).

Segundo Julien (1997), é através da linguagem que surge o pai simbólico - o pai morto -, o pai primevo, da dívida simbólica, impagável.

A necessidade de pai irá transformar-se, pela correlação entre Deus e pai, numa necessidade da religião. É como se a religião pudesse restaurar o sentimento oceânico que, para Freud, estaria relacionado à restauração do narcisismo ilimitado. Tal tentativa de restauração tem suas bases na antiga crença da proteção do pai. A criança confia na proteção do pai, mas também o teme; ambivalência que é a mesma do homem frente a Deus (JULIEN, 1997:22).

A psicanálise, como já dissemos, sobretudo a de inspiração lacaniana, entende que a criança já nasce inscrita na linguagem. A estrutura de linguagem que antecede a uma criança determina o seu lugar no discurso e a partir dessa alteridade o homem pode se constituir como sujeito. Embora a criança já tenha sido significada antes de nascer, quando encontra seu lugar na família, a ela é dado um nome. A criança se tornará sujeito a partir da operação da metáfora paterna (que é simbólica) e de seu mecanismo, o recalque originário, que se desenvolve com base numa substituição significante, onde um significante novo tomará o lugar do significante originário do desejo da mãe, que, recalcado, vai se tornar inconsciente, significando a renúncia da criança ao seu primeiro objeto de desejo. Hurstel (1999:71) acrescenta que a criança é mergulhada, mesmo muito antes de nascer, nos significantes da língua. Ela é aí “inscrita”: são as descobertas da antropologia histórica, da etnografia e da psicanálise que colocam o acento nessa relação de inscrição.

Ainda para Hurstel (1999), a criança tem que descobrir um lugar que lhe é reservado muito antes do nascimento e tem que se inserir num conjunto de redes significantes que vão determinar sua identidade na qualidade de membro da sociedade e de sua família (p.72).

Essa matriz significativa inicial é a ruptura do acasalamento que se dá na díade mãe e filho e que permite à criança se iniciar nas convenções sociais e nas exigências de um discurso.

3.2 - *A função paterna e sua importância*

Miller (1997) observa que em relação à função paterna, Lacan teve uma dupla postura: primeiro despertou-a e exaltou-a, porém, à medida em que a foi definindo, relativizou-a através de uma logificação: fundiu-a com a lingüística, apelando para o nome *metáfora paterna* (p.425).

Para Lacan (1957-1958), a metáfora paterna concerne à função do pai, que tem seu lugar na história da análise. Está no centro da questão do Édipo, e é aí presentificada. Para Lacan, o pai é uma metáfora: um significante que surge no lugar de outro significante, o significante materno. Nisso está o pilar essencial da intervenção do pai no complexo de Édipo (p.180).

Segundo as autoras Cláudia Henschel de Lima e Vera Aragon (2006), a elaboração da metáfora paterna permitiu localizar a relevância do pai na constituição do sujeito, no contexto de uma época na qual a psicanálise se concentrava na constituição subjetiva da mãe. O retorno a Freud devolveu ao *pai freudiano* sua operatividade clínica, demonstrando não só a importância que a mãe dá à palavra do pai, mas também à relevância do desejo do pai na constituição do sujeito.

A função paterna funda e preserva a civilização e neutraliza a barbárie (segregação e a violência), fatores provocados, em parte, pelo declínio no exercício dessa função, ou seja, do limite e da lei. Seu exercício salva a criança e a mãe de patologias mais sérias. “A frustração da pulsão, do desejo, é referida pela criança ao terceiro objeto que lhe é designado normalmente como obstáculo para sua satisfação: a saber, ao progenitor do mesmo sexo” (LACAN, 1990:42).

Para Hurstel (1999), Lacan definiu a função paterna como uma função simbólica que chama de função do Nome-do-pai. Ela propicia um modo inicial de estruturação do sujeito em sua relação com a linguagem e a fala (e não em primeiro lugar com a sociedade e a família). Para essa autora...

Esse modo inicial de estruturação do sujeito – que Freud chamou de Édipo – é inaugurado por um corte simbólico, corte do laço primordial real e imaginário que une a criança à sua mãe. É pela evocação (no sentido de

chamada) do nome do pai, como representante da lei do parentesco e da interdição do incesto que o ordena, que se opera esse corte para toda criança (HURSTEL, 1999:16).

Crespo (2003) defende que sempre se pode ressaltar que cada pai vem ocupar um lugar simbólico já instaurado. São as regras culturais da filiação que facultam a cada pai o acesso à mulher interdita aos filhos. Baseando-se no pensamento de Lacan, a autora continua:

O que Lacan parece indicar é a necessidade dessa lei, com sua carga de violência implícita, obter uma certa “efetividade” e legitimidade aos olhos de cada novo filho de homem. Autorizar-se “pai” com base numa lei já existente, fazer-se o representante de sua autoridade, só seria possível de um certo lugar “real”, não só simbólico – isto é, um lugar apoiado pelo desejo (CRESPO, 2003:152).

Segundo Aberastury (1991), é pressuposto da teoria psicanalítica o papel estruturante do pai, a partir da instauração do complexo de Édipo. Na trama familiar, o sujeito se constrói e sai do estado de natureza para ingressar na cultura. A autora considera que Freud ao elaborar o conceito do complexo de Édipo, inconscientemente, deformara o texto do dramaturgo grego Sófocles, quando deixou de destacar na figura de Laio, pai de Édipo, o papel que desempenhou no cumprimento do destino do filho. "Com efeito, Freud tomou em conta somente a situação do menino frente a seus pais e elidiu – ou reprimiu – o que os pais sentem e atuam em relação a seus filhos” (ABERASTURY, 1991:43).

Vera Pollo (1996) entende que, no nível simbólico, a função paterna deve “entrar no jogo para ganhar”, mas no nível imaginário, apoiando-se em Lacan, no seminário de número 4 “é conveniente que haja um bom pai”. Para isso, faz-se mister mitificá-lo à equivalência de Deus. “A função do pai é ser um mito, responsável pelo desejo do sujeito, esse ‘duro desejo de desejar’, expressão que Lacan busca em Paul Eluard” (LACAN apud POLLO, 1996:81). Então, se a primeira frustração é realizada pela mãe simbólica, para Freud o responsável pela castração é o pai real, sendo o pai imaginário o responsável pela privação.

A partir dos anos 1955-56, Lacan traz uma teoria estrutural da função paterna que fornece uma base sólida para a distinção imagem/função: “Essa teoria provoca uma ruptura epistemológica ao fornecer novos fundamentos para uma reflexão sobre a paternidade e permite pensá-la de outra forma em suas características contemporâneas” (HURSTEL, 1999:60).

Lacan propôs, em 1963, formalizar uma clínica para além do Pai, que ousasse ir mais longe do que Freud. Para Mello de Lima (2006), na verdade seu desconforto, expresso três anos antes, ligava-se ao ...

erro das interpretações que vigoravam em torno do mito freudiano do Édipo pela vertente da rivalidade sexual, razão pela qual Lacan o retomou, no primeiro ensino, através da dimensão significante. A proposta dos Nomes-do-Pai foi suspensa, certamente adiada devido às questões político-institucionais que conhecemos. Nos seminários que se seguiram, Lacan nada mais fez do que retomar essa pluralização (MELLO DE LIMA, 2006:242).

Na idéia da função do pai, estão engendrados também o biológico, o social e o subjetivo. Para Felzenswalb (2003:53), “A função paterna não se limita à realização de uma função intangível, uma instância de interdição e de castração. A função paterna é contribuição capital ao bom desenvolvimento psicológico, assim como à gênese da lei oral e da culpabilidade”.

3.2.1 - O complexo de Édipo

Para Freud, a idéia de paternidade constitui um salto cultural histórico importante, sendo o pai, um produto da convenção cultural. Segundo Julien (1987), foi num novo contexto cultural, no final do século XIX, que a psicanálise pôde nascer, permitindo a Freud...

fazer sua descoberta do Édipo tornada possível nisso: num tempo em que a imagem começa a perder sua consistência social, pode aparecer em sua pureza outra coisa, ou seja, o que está no coração da paternidade, a função paterna que não é a imago (JULIEN, 1987:155).

A relação de total dependência do filho com a mãe é uma necessidade vital nos primeiros dias de vida, mas é necessário que a mãe direcione o seu interesse para além de seu bebê. Que a mãe volte a exercer a sua função de mulher, inserindo um terceiro elemento, na relação dual entre mãe e filho: o pai. É importante que o pai esteja atento e não abdique de seu lugar, pois só assim a transmissão da lei será possível ao filho. É o pai, apresentado simbolicamente pela mãe, que assim o faz ao incluí-lo no relacionamento com o filho, que possibilita à criança ingressar no mundo da linguagem, do simbólico e da cultura. Para Freud (1910), é evidente para a criança, que está crescendo no círculo familiar, o fato de que a mãe,

ao pertencer ao pai, torna-se parte inseparável da essência da mãe, e que a terceira pessoa injuriada não é outra senão o próprio pai.

Para Lacan (1990:42), por volta do quarto ano de vida, a criança se fixa num desejo sexual ao progenitor de sexo oposto. Essa pulsão fornece a base do complexo de Édipo, criado por Freud e que é extraído do pai simbólico. A frustração dessa pulsão forma o seu nó. “A força mais decisiva de seus efeitos psíquicos se deve ao fato de que, com efeito, a imago do pai concentra a função de repressão com a de sublimação; mas este é o resultado de uma determinação social: a da família paternalista” (LACAN, 1990:55).

O complexo de castração, decorrente do Complexo de Édipo, é estabelecido pelo pai que proíbe, frustra, para o bem da criança que aprenderá a ouvir o *não* e conhecerá limites. A partir de então, ela fará identificações que a levarão a viver sua própria vida, a identificar-se sexualmente e a buscar seus ideais. Para Nolasco (1993:83), “gravita uma oposição entre o filho homem e seu pai, um duelo psíquico que tem expressão nas características violentas e guerreiras que os homens assumiram tão bem. As guerras expressam também o esforço dos filhos em defesa da mãe-pátria contra a tirania do outro pai”.

A inscrição no registro do simbólico se dará nos três tempos do Édipo. No primeiro tempo, a criança mantém com a mãe uma relação quase fusional, que a permite supor ser seu objeto de desejo. “O que a criança busca como desejo de desejo é poder satisfazer o desejo da mãe” LACAN (1957-58/1999:197). A natureza do objeto fálico, com a qual a criança se identifica, confere um caráter imaginário a esta relação, uma vez que pressupõe a ausência da instância mediadora (pai). Contudo, apesar de não contar com a intervenção do pai, a relação se dá pela identificação fálica da criança como objeto de desejo da mãe. Esta elisão à mediação da castração e a identificação de objeto fálico coloca-a numa posição dialética em ser ou não ser o falo.

É no segundo tempo do Édipo, para Lacan (1957-58/1999:199) “que se produz o que faz com que aquilo que retorna à criança seja, pura e simplesmente, a lei do pai, tal como imaginariamente concebida pelo sujeito como privadora da mãe”. Parte justamente da dialetização de ser ou não ser o falo introduzindo a dimensão paterna, que intervirá na relação mãe-criança-falo, sob a forma de privação. O pai é aquele que interdita e a sua entrada na relação intersubjetiva mãe-criança é vivida pela criança como uma frustração. A criança é introduzida no registro da castração pela entrada em cena da dimensão paterna e passa a se interrogar sobre ser ou não ser o falo. A criança, deslocando o falo para o lugar da instância paterna, depara-se com a lei do pai, fundada no pressuposto de que a própria mãe depende

dessa lei. Para responder às demandas da criança, é preciso que através da mãe este desejo passe necessariamente pela lei de desejo do Outro (o pai). A criança significa, então, o desejo da mãe como submetido à lei do desejo do Outro.

Em terceiro lugar, Lacan entende que o pai se revela como *aquele que tem*. “É a saída favorável na medida em que a identificação com o pai é feita nesse terceiro tempo, no qual ele intervém como *aquele que tem o falo*. Essa identificação chama-se *Ideal do eu*” (LACAN, 1957-58/1999:200). A criança ameaçada em seus investimentos libidinais descobre que a mãe nutre um desejo em relação ao desejo do pai. O que se torna estruturante é o fato de o falo voltar ao pai, seu lugar de origem, pela preferência da mãe, que desencadeará a passagem do *ser* ao *ter* e que determinará a instalação da metáfora paterna.

A dialética do *ser* e *ter* põe em jogo as identificações. O menino se inscreverá na lógica identificatória, a partir do momento em que renuncia a *ser* o falo e engaja-se na dialética de *ter*, identificando-se com o pai que é suposto *ter*. A menina se identifica com a mãe, deparando-se com a dialética do *ter* a partir do *não ter*. Ela, como a mãe, não tem, mas sabe onde encontrá-lo.

Para Lacan (1957-58/1999:171), “o complexo de Édipo tem uma função normativa, não simplesmente na estrutura moral do sujeito nem em suas relações com a realidade, mas quanto à assunção de seu sexo”.

A questão da genitalização é dupla, portanto. Há, por um lado, um salto que comporta uma evolução, uma maturação. Por outro, há no Édipo a assunção do próprio sexo pelo sujeito [...] aquilo que faz com que o homem assumo o tipo viril e com que a mulher assumo um certo tipo feminino, se reconheça como mulher, identifique-se com suas funções de mulher. A virilidade e a feminização são dois termos que traduzem o que é, essencialmente, a função do Édipo. Encontramo-nos, aí, no nível em que o Édipo está diretamente ligado à função do Ideal do eu – ele não tem outro sentido (LACAN, 1957-1958/1999:171).

Acreditamos que é no âmago dos sentimentos paternos de cada homem e na teia de relações que eles estabelecem com o complexo-pai (o pai real ou imaginário), que é possível a construção e reconstrução da subjetividade de pai. “O pai como função simbólica encontra sua eficiência e sua lógica no campo de uma subjetividade estruturada pela linguagem. O que Freud chama de ‘complexo de Édipo’ dá conta dessa estrutura do sujeito e da função do pai nesse contexto” (HURSTEL, 1999:61).

A presença do pai ou de uma figura paterna é muito importante para o bom desenvolvimento da criança. Tanto é que na ausência do pai biológico cabe a mãe administrar

a ausência do pai. “O pai está ali para permitir a passagem e o acesso ao mundo simbólico: pôr junto, trinificar. Não é um *ou* outro, é ao mesmo tempo *um* e *outro*. Só a dimensão simbólica permite à criança não pertencer exclusivamente a um ou a outro” (THIS, 1987:176).

Então, entendemos que, em nível simbólico, é o pai quem deve romper o vínculo simbiótico e necessário inicial mãe-filho. A mãe, pelo discurso, vai inconscientemente autorizar (ou não), este pai como um terceiro na relação, que será, a partir daí, o representante da lei contra o incesto. A criança, então, ingressará na cultura e na linguagem. E, segundo Nolasco (1993:83), esse pai “sob a ótica do filho, é um pai opositor, um Outro que incomoda, inquieta e ameaça o vínculo com essa mãe. Na dimensão psicológica, desenha-se aí o primeiro duelo pela hegemonia do poder”.

Freud (1924), em seu estudo *A dissolução do complexo de Édipo*, explica que esse complexo revela sua importância como o fenômeno central do período sexual da primeira infância. Após isso, se efetua sua dissolução, sucumbe à regressão e é seguido pelo período de latência (p.193).

Assim, o complexo de Édipo permite a um menino colocar-se no lugar do pai e ter relações com a mãe, e a uma menina assumir o lugar da mãe e ser amada pelo pai.

Se a satisfação do amor no campo do complexo de Édipo deve custar à criança o pênis, está fadado a surgir um conflito entre seu interesse narcísico nessa parte de seu corpo e a catexia libidinal de seus objetos parentais. Nesse conflito triunfa normalmente a primeira dessas forças: o ego da criança volta as costas ao complexo de Édipo (FREUD, 1924-1996:196).

Freud (1924/1996) considera que o complexo de Édipo para uma menina é mais simples, e, não passa de assumir o lugar da mãe e adotar atitude feminina para com o pai. O desejo de ter um filho com o seu pai, é abandonado, assim como a vontade de possuir um pênis, quando percebe que seus desejos não se realizam. Nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, enquanto nas meninas ele se faz possível e é introduzido através do complexo de castração. Essa contradição inibe e limita a masculinidade e incentiva a feminilidade.

Segundo Lacan (1990), a função paterna designa um modo inicial de estruturação do sujeito em sua relação com a linguagem. Esse modo se caracteriza por um corte simbólico do

laço primordial que une a criança à mãe. Uma frustração que a criança sofre, decorrente de uma repressão educativa que tem por finalidade impedir a satisfação de uma pulsão.

E, através desse processo, o progenitor do mesmo sexo aparece para a criança como o agente da interdição sexual e como o exemplo de sua transgressão. A tensão será constituída por um lado, por um recalçamento da tendência sexual que permanecerá latente – dando lugar a interesses neutros, favoráveis às aquisições educativas – até a puberdade; por outro lado, pela sublimação da imagem parental que perpetuará na consciência um ideal representativo (LACAN, 1990:43).

Para Lacan (1990), esse duplo processo permanece inscrito no psiquismo em duas instâncias permanentes: a que recalca se chama *supereu*, a que sublima, o ideal do eu. Elas representam o acabamento da crise edipiana.

3.2.2 - O supereu

Utilizamos o termo *supereu*, em lugar de superego, porque *supereu* nos pareceu ser a tradução mais adequada do alemão, língua materna de Freud, em que pese o termo superego ser mais conhecido.

Segundo Freud (1913), o *supereu* da criança não se forma à imagem dos pais, mas sim à imagem do *supereu* deles; abriga o mesmo conteúdo, torna-se o representante da tradição, de todos os juízos de valor que subsistem através das gerações.

Lacan (1957-1958) considera que o complexo de Édipo tem uma função essencial de normalização. No entanto, algumas observações demonstraram-lhe que o drama edipiano nem sempre desempenha o papel essencial, cabendo este, por exemplo, à relação exclusiva do filho com a mãe. Para Lacan, a idéia da neurose sem Édipo é correlata do conjunto das perguntas formuladas sobre o que se denominou de *supereu* materno.

No momento em que foi levantada a questão da neurose sem Édipo, Freud já havia formulado que o *supereu* era de origem paterna. Houve então quem se interrogasse: será que o *supereu* é mesmo unicamente de origem paterna? Não haverá neurose, por trás do *supereu* paterno, um *supereu* materno ainda mais exigente, mais opressivo, mais devastador, mais insistente? (LACAN, 1957-58/1999:167).

O *supereu* é uma instância protetora, pois retém do pai o caráter da interdição, viabilizando as substituições simbólicas do objeto interdito e o acesso ao ideal do eu. Para

Lagnado (2006), assume sua faceta cruel, enquanto resquício do pai totêmico influenciado pela pulsão de morte: uma voz imperativa que faz sofrer o sujeito por sentir-se subjugado e impotente em alcançar seus ideais. Segundo a autora, o *supereu* tem sua origem a partir do complexo de Édipo, mas, ao reagir às arcaicas escolhas objetais, sofre das angústias de perda e desamparo frente às ameaças de abandono.

Pellegrino (1986) considera o *supereu* o herdeiro do complexo de Édipo, porque o menino, para evitar a injúria narcísica que seria a perda do pênis-falo, desiste de sua paixão incestuosa, capitula diante da lei do pai, que interdita o incesto e, identifica-se com tal interdição. A resolução do complexo de Édipo implica na identificação com o objeto da interdição (p.313). Enquanto para This (1987:209) “ao descrever o complexo de Édipo, Freud nos mostrou que toda *estruturação simbólica* se realiza “normalmente” pela via de um conflito imaginário (rivalidade, desejo de morte)”.

Miller (1997) não pensa o *supereu* somente como um mestre feio e sério que diz “tem que trabalhar”. Para ele, o *supereu* é um ser amável... o *supereu* é uma alcova. Não somente tem função punitiva como também função de doçura, não é apenas uma figura obscena e feroz (MILLER, 1997:169). Varia, a cada momento, pela necessidade amorosa do sujeito.

Segundo Lacan (1990), não é o momento do desejo que erige o objeto em sua nova realidade, mas o da defesa narcísica do sujeito. A forma radical das contrapulsões, que se revelam por constituírem o núcleo mais arcaico do *supereu* e por representarem a repressão maciça, se reparte com o progresso ...

pelo qual o sujeito realiza a instância repressiva na autoridade do adulto e não se poderia compreender de outra forma esse fato, aparentemente contrário à teoria de que o rigor com o qual o *supereu* inibe as funções do sujeito tende a se estabelecer em razão inversa das severidades reais da educação (LACAN, 1990:51).

3.2.3 - O sentimento de ambivalência

Para Freud (1913-1996), na função de proteção, a mãe é logo substituída pelo pai mais forte, que retém essa posição pelo resto da infância. Mas a atitude da criança para com o pai é matizada por uma ambivalência peculiar. O próprio pai constitui um perigo para a criança, talvez por causa do relacionamento anterior dele com a mãe. Assim, a criança o teme tanto quanto anseia por ele e o admira. As indicações dessa ambivalência na atitude para com o pai estão profundamente impressas em toda religião, tal como foi demonstrado no mito de *Totem e tabu* (p.32).

O pai representa a possibilidade do equilíbrio regulador da capacidade de a criança investir no mundo real. Seu contorno se dá no processo de desenvolvimento, de acordo com a etapa da infância. Sua atuação na fase inicial da vida é decisiva na resolução de conflitos em dois momentos importantes: o primeiro, entre seis e doze meses, quando a criança se vê inserida no triângulo edípico, denominado organização genital precoce. O segundo momento é marcado pela entrada na adolescência, quando a maturação genital obriga a criança a definir seu papel na procriação. A totalidade de suas experiências com os pais e com o mundo externo, neste momento, tende a orientar uma forma especial de desejar e, mais tarde, de conceber e se relacionar com um filho.

Freud (1914) explica que para a criança, num primeiro momento, o próprio Deus é apenas uma exaltação da imagem do pai. Cedo, porém, o pai é identificado como o perturbador máximo da vida pulsional dela: torna-se um modelo a ser imitado, mas também a ser eliminado, para tomar o seu lugar. Daí em diante, os impulsos afetuosos e hostis para com ele persistem lado a lado, muitas vezes até o fim da vida, sem que nenhum deles seja capaz de anular o outro. É nessa existência simultânea de sentimentos contrários que reside o caráter essencial daquilo que Freud dá o nome de ambivalência emocional (p.249).

A ambivalência, para Freud, está nas atitudes dos sujeitos que desejam e odeiam o que é proibido. A proibição habita a consciência e o desejo é de nível inconsciente. Mas, apesar de inconscientemente o desejo ser grande, o medo é maior e os paralisa.

A ambivalência afetiva em relação ao pai é uma das facetas da relação pai e filho. Amor e ódio estão presentes nessa relação e foi a partir dessa ambivalência que surgiu o desejo de assassinato do pai primevo. Essa situação foi precursora do complexo de Édipo, já que as conseqüências do ato são o *supereu* e a lei de interdição do incesto.

Por conta dessa ambivalência, acontece, na segunda metade da infância, uma mudança na relação do menino com o pai. Ele faz descobertas que colocam em dúvida o que pensava sobre o pai: descobre que o pai não é o mais forte, o mais rico e poderoso dos homens, e o critica, além de se irritar com ele, cobrando do pai esse desapontamento. Desliga-se do pai, se aliando a qualquer coisa que o contrarie.

3.2.4 - A sensação de desamparo e a necessidade de proteção

O que expusemos sobre ambivalência emocional, porém, não diminui os anseios do filho por um pai e pela necessidade de proteção. “É a defesa contra o desamparo infantil que

empresta suas feições características à reação do adulto ao desamparo que ele tem de reconhecer – reação que é, exatamente, a formação da religião” (FREUD, 1913/1996:33). Por esse motivo entende-se porque:

a impressão terrificante de desamparo na infância despertou a necessidade de proteção que foi proporcionada pelo pai; [...] à existência de um pai, dessa vez, porém, um pai mais poderoso. Assim o governo benevolente de uma Providência divina mitiga nosso temor dos perigos da vida; o estabelecimento de uma ordem moral mundial assegura a realização das exigências de justiça, que com tanta freqüência permaneceram irrealizadas na civilização humana; e o prolongamento da existência terrena numa vida futura fornece a estrutura local e temporal em que essas realizações de desejo se efetuarão (FREUD, 1929/1996:39).

Freud aponta vínculos de união entre o complexo paterno e o desamparo e a necessidade de proteção do homem. Essas vinculações não são difíceis de encontrar: consistem na relação do desamparo da criança com o desamparo do adulto.

[...] A libido segue os caminhos das necessidades narcísicas e liga-se aos objetos que asseguram a satisfação dessas necessidades. Desta maneira, a mãe, que satisfaz a fome da criança, torna-se seu primeiro objeto amoroso, e, certamente, também sua primeira proteção contra os perigos indefinidos que a ameaçam no mundo externo – sua primeira proteção contra a ansiedade, podemos dizer (FREUD, 1913/1996:32).

Julien (1997) compactua com Freud ao reforçar que o desamparo primário faz com que, através da linguagem, possa surgir o pai simbólico. Para o autor, a necessidade de *pai* dá-se por se entender que o pai é aquele ao qual se permite amar ou odiar. Em outras palavras, o pai é aquele que pode encarnar tanto um agente savífico quanto um agente de terror ao qual se teme por ele ser aquele que veicula a lei e a castração.

É essa dupla vertente do pai que põe o sujeito num torvelinho de incertezas e angústia. É a tentativa do sujeito de fazer dessa função paterna uma única, ou seja, de tornar esse pai uno, que o homem cria um Deus e assim uma religião (JULIEN, 1997:30).

Freud (1939/1996) considera que, na História da civilização romana, o pai mais uma vez tornou-se a cabeça da família, mas de modo algum era tão absoluto quanto o pai da horda primeva o fora. O animal totêmico foi substituído por um deus, numa série de transições. Inicialmente, o deus em forma humana que portava uma cabeça de animal, depois o deus matava o animal e portava-lhe o nome (p.147).

Essas idéias religiosas, para Freud (1913/1996), surgiram da mesma necessidade de que se originaram todas as outras realizações da civilização, ou seja, da necessidade de defesa contra a força superior da natureza. É natural ao homem personificar tudo o que deseja compreender, a fim de controlá-lo pela dominação psíquica, como preparação para a dominação física. A isso foi acrescentado outro motivo: o impulso para retificar as deficiências da civilização.

O fundamento na razão e nas normas para legitimar as desigualdades e supostamente para produzir igualdade, segundo Birman (2001), conduziu ao mal-estar na modernidade. Para este autor, a morte do pai, versão freudiana da morte de Deus, implica na inexistência de um legislador que regularia o mundo por um código interpretativo, sendo este substituído pelas normas e pela razão científica. O resultado disso foi a construção da subjetividade centrada no desamparo (p.23). Mais uma vez retomamos a pergunta recorrente: Onde está a lei? Onde está o pai?

3.2.5 - Os Nomes-do-pai

De acordo com Roudinesco e Plon, no Dicionário de Psicanálise (1998:541), o termo Nome-do-pai foi criado por Jacques Lacan em 1953 e conceituado em 1956, para designar o significante da função paterna. A função paterna é o exercício de uma nomeação que permite à criança adquirir sua identidade.

As identificações, por parte da criança, com um sexo ou com outro, passam necessariamente primeiro pelos pais. Como já pontuamos, para que um menino possa resolver seu conflito edípico de alguma maneira, ele precisa de um homem, na função de pai, que lhe barre o caminho da mãe e o convide a não ficar tão frustrado, e lhe sirva como modelo. Quando esse menino passa a ser um homem e se torna pai, This (1987) identifica esta passagem com a experiência afetiva do homem, cuja inquietação o levou a indagar a respeito dos sonhos e sentimentos que surgem na espera do nascimento do filho.

O nascimento do filho desperta no homem desejos inconscientes e fantasias relacionadas à morte e a situações ligadas à resolução de conflitos parentais. É por isso que, ainda que desejado pelo homem, feliz em ser pai, o nascimento se anuncia e é vivido num clima emocional que varia segundo o tempo e os indivíduos; cada homem reage à sua maneira (THIS, 1987:96).

O autor critica a tendência comum, entre nós, de promover abusivamente o imaginário do "bom pai", figura ideal a ser assumida por todos os homens em instância de paternidade. A criança que nasce tem necessidade de seu pai e de sua mãe, com quem deverá conviver. Ao promover o ideal de parentalidade (bons pais ou pais perfeitos), corremos o risco de esmagar os seres humanos sob o peso do imaginário que afoga toda vida e todo desejo. O pai "imaginário" não é o pai "real", felizmente (THIS, 1987:96).

O pai simbólico, de Lacan, é aquele que exerce a função paterna de maneira a permitir à criança o acesso ao simbólico. A criança passa a utilizar-se desse acesso, da maneira que melhor convier a seu desejo. Em outras palavras “o pai simbólico é dado ao filho *pela mãe*, na medida em que ela o designa como *aquele que conta para ela*, aquele a quem ama e deseja” (THIS, 1987:200). Em algumas situações, o pai torna-se apenas uma referência simbólica numa terra aparentemente sem lei. Não é tão necessário *o pai da realidade* para que a criança se estruture, mas alguém que sustente esta função.

Julien (1997) aborda em *O Manto de Noé* as três dimensões da paternidade instauradas: pela mãe, pela criança e, por fim, por um homem que ocupa o lugar do pai real, mas estas três dimensões permitem responder à questão de ter tido um pai e não à questão do ser-pai. Como já assinalamos, o exercício da função importa mais do que o *status* sexual ou legal da pessoa que o cumpre: alguém em Nome-do-pai deverá preencher essa função. Para haver o desenvolvimento do pai, no entanto, o homem tem que “sentir” o filho, e deve haver ressonância dentro dele. Nesse contexto, o discurso social sustenta a dimensão ser-pai e, para Julien (1997), apenas substitui a resposta à pergunta “o que é ser um pai?” por: *o que é, para um filho/filha, ter um pai? O que é que faz com que um sujeito diga que tem ou teve um pai?* (p.51). Assim este autor discrimina as instâncias da paternidade:

1. *O pai como nome* – originalmente, para a criança, o pai é instaurado como Nome *pela* mãe. Para a criança, não para a sociedade. É a mãe quem inscreve um lugar na ordem simbólica, lugar vazio, que, em seguida, algum homem poderá ocupar à sua maneira. Quer dizer, a mãe instaura um lugar em posição para a criança, neste lugar de inscrição, nesta estrutura que Freud denomina de “inconsciente”, e Lacan “O grande Outro”, ou seja, a ordem simbólica, onde pai tem *ou* não seu lugar.

Para Julien (1997), o pai real poderá ser tudo o que queira ser: forte ou fraco, presente ou ausente, gentil ou tirano, trabalhador ou negligente, fiel à sua esposa ou infiel. Sem o significante Nome-do-pai (por chamar o filho para seu nome, o pai intervém junto a este como privador da mãe, dando origem ao ideal do eu na criança), a palavra deste para o filho

não tem nenhum efeito. “Mas aquilo sobre o que queremos insistir, diria Lacan, é do valor que a mãe atribui à palavra do pai, à sua autoridade. O lugar que ela reserva ao Nome-do-pai na posição da lei”. Só há verdadeira autoridade paterna quando esta for recebida de uma mulher (p.55).

Com a linguagem, o pai abre o caminho para a vida simbólica, permite a passagem através de um corte humanizante: a castração simbólica. E a “presença do pai” só permite o nascimento simbólico na medida em que “o pai é o Ato”, o guardião dos limites (THIS, 1987:205). Faz falta uma lei, uma ordem simbólica, a intervenção da ordem da palavra, ou seja, o pai. Não do pai natural e sim daquele a quem se chama pai. Essa ordem está fundada na existência de um Nome-do-pai. Especifica-se assim a noção de função, já que o pai é equiparado à ordem da palavra. Palavra que não tem que vir de um agente determinado, por exemplo, o pai biológico; pode vir de qualquer um que exerça a função da palavra ordenadora. “Com o Nome-do-pai sem a força de antes e a conseqüente identificação com o seu resíduo, o *supereu*, o sujeito é exigido em ser si mesmo, ser igual ao ideal, quer dizer, o eu ideal deve se igualar ao Ideal do eu” (VIOLA, 2006:19).

Segundo Lacan, é o Nome-do-pai inscrito na mãe que permite que se origine no filho o que se chama autoridade paterna. Como dissemos, não importa se a imago é forte ou débil, presente ou ausente, tirânica ou gentil. Para que o pai ocupe um lugar, é necessário que este exista na estrutura. “Isso mostra a importância da separação mãe-filho para que haja função paterna e a estruturação de um sujeito. Na abertura criada pela mãe, a voz do pai se faz ouvir, desde que ele assuma essa função, que o sentido da paternidade lhe tenha sido transmitido (HURSTEL, 1999:173). Segundo a autora, a autoridade da palavra do pai é operante em duas vias. Na primeira via: no que é reconhecida pela mãe; na segunda via: no que é assumida pelo pai (p.173).

Prosseguindo com as idéias de Julien (1997), cujo primeiro ponto foi o *pai como nome*, teremos agora o *pai como imagem* e em seguida, como *homem de uma mulher*.

2. *O pai como imagem* – se o pai como Nome vem da mãe, o pai como imagem vem da criança. No momento do declínio do complexo de Édipo e da interiorização do *supereu*, na idade dos cinco ou seis anos o menino ou menina, *apagam* o pai real. Desdobra-o, ao recobri-lo por um pai imaginário. A criança, então, cria uma imagem paterna de forte *status*. É preciso que o pai encarne uma parte dessa autoridade, cuja origem é mais de natureza política e religiosa do que familiar. Que haja um pai na condição de potência é a única causa

de privação da mãe (p.56). O pai imaginário é o pai como é visto pela criança. É imaginário porque a percepção da criança molda a figura de seu pai de acordo com a sua subjetivação.

3. *o homem de uma mulher* – o real do pai. O pai real é o agente da castração, quando instaura para a criança um anteparo. O real é o impossível de demonstrar, através de um saber, a verdade de seu gozo. O pai real é aquele que, instaurado para a criança o luto do pai imaginário, lhe permite não procurá-lo em outro lugar fora da família. O pai real, para Lacan, equivale ao que Freud (1913) construiu no mito de *Totem e Tabu* e diz respeito ao pai terrível, como *Cronus*, que devora seus próprios filhos para seu gozo. Parece que toda criança se depara alguma vez em sua existência com esse pai real, que ela teme, por creditar-lhe o poder de castrá-la.

Segundo Recalcati (2006:152), quando o movimento de separação não é tornado possível por causa de uma não-operatividade da função paterna, verifica-se [...] uma colagem imaginária que exclui o Outro como princípio separativo, conduzindo a dialética da sublimação para uma “estagnação”.

A psicanálise, segundo Julien (1997), nada tem a dizer quanto ao declínio do ser-pai. Ao contrário, ela está diretamente relacionada com a possibilidade dada a cada um, de dizer, *a posteriori*, em que medida teve ou não um pai (p.65). Porém, Recalcati (2006:151) salienta que foi o próprio Freud quem solidificou a referência ao pai, no Édipo, exatamente no contexto histórico e cultural da decomposição da realidade social. Este autor entende que a Psicanálise

contribui, por um lado, ao declínio do ideal do pai, das suas versões idealizantes; mas por outro, a centralidade atribuída ao Édipo como complexo nuclear das neuroses, não acabaria por reabilitar exatamente esse Ideal na sua função normativa? (RECALCATI, 2006:152).

Em nossa sociedade, os dirigentes encontram-se muitas vezes tão sem rumo que valem mais uma vez, as recorrentes perguntas: onde está o pai, onde está a lei, onde está o limite? Sendo o Nome-do-pai o significante da lei, o agente da castração que funda o desejo e, por conseguinte, o sujeito, talvez possamos dizer que o homem contemporâneo está em busca deste significante que o apoiará por ocasião de um acontecimento. Talvez por isso as experiências no campo da clonagem estejam exercendo tanto fascínio (MANSO DE BARROS, 1999).

Para Felzenszwalb (2003), a eficácia do pai não está ligada nem à duração, nem às modalidades da presença física junto à criança, mas sim ao fato de que ele ocupa o lugar de representante e de defensor da lei (p.47).

A questão do ser-pai, segundo Fuks (2006), é importante na medida em que o pai tem uma função social, além da cultural, e que não pode e não deve ser coisificada. O pátrio poder, onde o filho é um objeto para o pai, não se aplica mais. Hoje, a função social dentro do direito de família é clara no que diz respeito ao suporte filial. A função paterna é a de dar limites, ser o esteio e oferecer os recursos necessários à provisão dos filhos, inclusive afetivamente. Seu papel é o de facilitar e conduzir o desenvolvimento deles, de maneira a permitir amenizar os percalços do mal-estar da civilização que, passados os 150 anos do nascimento de Freud, abrem, em nossa cultura, outras formas de mal-estar, que não desenvolveremos neste trabalho, mas que nos causam estranheza, tais como: a delinquência, a toxicomania, a indiferença e o terrorismo, entre outros.

3.3 - Conexão entre Educação e Psicanálise

Joel Birman (2001:11), em seu texto *Subjetividade, contemporaneidade e Educação*, supõe que a psicanálise e os demais saberes sobre o psíquico se inscrevem de fato e de direito no campo da educação, na medida em que a subjetividade é uma das dimensões constitutivas deste. Para este autor, a subjetividade se inscreve necessariamente nos registros *ético, estético, político e cognitivo*.

E pode-se já entrever que o mal-estar que estaria no fundamento do psiquismo, seria justamente decorrente desta conflitualidade que constitui a subjetividade na modernidade, dilacerada que aquela seria entre os pólos narcísico e alteritário. A inconsistência ontológica da subjetividade moderna adviria desta fratura fundamental e que evidencia, ao mesmo tempo, o dilaceramento que perpassa o espaço social na modernidade (BIRMAN, 2001:13).

Entendemos que, em nossos dias, a educação é conhecedora da importância das influências emocionais no processo de aprendizagem, onde cada pequeno sujeito deve vivenciar o livre jogo das crianças através da linguagem, da experimentação e da liberdade. “Talvez por isso tenhamos a nítida impressão de que as crianças atuais são mais inteligentes do que fomos nós mesmos” (JERUSALINSKY, 1999:12). Isso se deve à influência da psicanálise, mesmo que os educadores não atribuam a ela esse valor. Afinal, o inconsciente

determina pela via da linguagem tudo o que fazemos e falamos, já que introduz o imprevisível no previsível que caracteriza a prática educativa.

Em 1936, Lacan apontava um declínio da figura do pai, visto todas as formas tradicionais de autoridade encontrarem-se em crise. A indisciplina, assim como a violência, seja nas ruas ou nas instituições educacionais, estariam relacionadas à diminuição do respeito aos valores éticos e morais em geral, devido ao enfraquecimento da Igreja, do Estado e da Família, importantes para a formação dos indivíduos. A educação busca na escola, portanto, a autoridade para resolver essas questões. E, em que pese a questão do declínio do papel do pai, a nossa defesa é de que a função paterna se mantém e é tão necessária como sempre foi e mais ainda em nossos dias.

A função paterna tem um papel fundamental na educação, posto que dá o norte e é o ponto de ancoragem dos sujeitos. Atualmente, o papel do pai é muito necessário e importante na educação em relação à transmissão de valores éticos, morais para a formação do caráter dos filhos. É através da educação que os pais reproduzem nos filhos as suas matrizes de identidade. “Se à época de Freud o laço social tinha na família e na função paterna uma forma organizadora do gozo, na cultura contemporânea, o centro do cenário social corresponde ao que podemos chamar de os imperativos do consumo” (VINCENT, 2006:30). Ou seja, o declínio do exercício da função paterna fragiliza o sujeito que para *ser* necessita *ter* e com isso acha que vai sentir menos angústia e também resolver seus problemas. A queda dos ideais e da tradição são efeitos do declínio do Nome-do-pai. Antes, a tradição era passada através da autoridade do pai; atualmente, as bases não são mais sustentadas por ele. É aos discursos da ciência que os indivíduos prestam homenagem. Para Costa (2006), o sujeito, já atormentado por conflitos emocionais e desafios existenciais representado pelo mito de Édipo, sucumbe à velocidade da cultura contemporânea, à fragmentação, à globalização, ao *fast-food*. Para ele, esse ser humano cai no *não-existir*, por conta das patologias da contemporaneidade, como o vazio, as adições e o *não-ser*. Hoje, existe um número maior de novos *Hamlets* e novos *Narcisos* que necessitam exhibir-se para defenderem-se do buraco negro do *não-ser*.

É importante considerar o tipo de formação que os pais tiveram de seus pais para formarem seus próprios filhos, pois a sociedade contemporânea necessita cada vez mais de sujeitos autônomos e reflexivos. Para que esses filhos possam caminhar para a frente e transitar entre a fantasia e realidade, é preciso que tanto as frustrações quanto os limites estejam presentes na educação deles. Supomos que, para bem reger suas subjetividades, é

necessário que pais e filhos tenham bem organizadas suas estruturas internas. Carinho, amor e limites são fundamentais para a organização interna dos sujeitos e sua saúde psíquica.

Diante das complexas relações interpessoais e familiares dentro da nossa sociedade, existe uma preocupação no que se refere ao desenvolvimento das crianças, em virtude das crises familiares contemporâneas. O pressuposto defendido é que uma criança amparada pela família, recebendo afeto dos pais e tendo suas necessidades básicas garantidas, crescerá de maneira sadia e feliz e, provavelmente, permanecerá longe de engrossar as estatísticas de violência, vícios e tráfico.

Para Freud (1933), a criança é educada no sentido de conhecer seus deveres sociais, mediante um sistema de recompensas carinhosas e de punições; é-lhe ensinado que sua segurança na vida depende de que seus pais a amem e de que eles possam acreditar que a criança os ama. É o pai quem transmite ao filho as marcas para uma inscrição psíquica no que se refere à filiação, à identidade e ao sexo. E, além disso, Felzenswalb (2003:40) entende que para um pai se envolver na educação do filho é necessário que acredite em valores mais igualitários sobre mulheres e papéis de gênero e, sobretudo, esteja consciente da importância do seu papel para o desenvolvimento da criança.

Ensinar é uma questão sustentada nos significantes paternos que formam aquele que ensina e aquele que aprende em uma posição de desejo frente à linguagem. Um busca preencher uma falta no outro. No entanto, a maior dificuldade está em que uma criança deve absorver toda uma cultura que já encontra estabelecida ao nascer, além de aprender a controlar as suas pulsões e se “adaptar” à família e à sociedade. Seu desenvolvimento se dará na relação com esses meios e caberá à educação formar esse pequeno ser que aprende.

Para os psicanalistas, há um ponto comum entre a psicanálise, a ciência, a educação, os pais e a escola: a permanência da pulsão/compulsão em buscar o objeto. Na ciência e na educação se crê encontrar o objeto, mas se na psicanálise este está definitivamente perdido, ela também aponta a falta e permite a continuidade do desejar. A escola procura preencher a falta e na busca por esse preenchimento propõe cada vez mais atividades gerando tensões. No entanto, deve priorizar o sujeito e, ao fazer isso, entender que o objeto a ser conhecido é transmitido pelo educador de uma forma que, às vezes, não é a mesma que o sujeito irá receber. Deve entender também que ao transmitir algo ao outro, o inconsciente do educador e do aluno estão presentes nessa relação, em ambas as ações e em ambas as falas, e que esse fato deve ser levado em conta nas situações educativas.

Segundo Catherine Millot (2001), Freud aborda o problema da educação por entender que a profilaxia das neuroses está nas mãos do educador, que pode ser influenciado pelo ensino da psicanálise. Sendo assim, a educação deve conciliar o desenvolvimento da criança, em direção à civilização, com a manutenção de sua capacidade de ser feliz (p.11).

Freud (1913), no texto *O interesse científico da Psicanálise*, em especial na parte relacionada ao *Interesse educacional da Psicanálise*, pontua que a psicanálise trouxe à luz os desejos, as estruturas de pensamento e os processos de desenvolvimento da infância: pelo alto valor da sexualidade em suas manifestações físicas e mentais (p.191).

Para Molina (1999), a criança aprende dependendo da posição psíquica singular que assume perante a interdição da sua sexualidade. A autora considera que existe um processo de subjetivação que se inicia no oferecimento, da mãe ao bebê, dos objetos para satisfazê-lo e que pulsionaliza o corpo da criança. A função paterna deve atuar como reguladora dessa relação mãe-filho, “para que a criança torne-se capaz de transitar pelos objetos e filiações que a cultura oferece em substituição ao ideal imaginário de completude impossível, dispondo da liberdade de criação e da ressignificação da palavra, necessárias à aventura do conhecimento” (MOLINA, 1999:116).

Simbolicamente, para a autora, a mãe oferece ao bebê o objeto da pulsão, que contém a potência para que a criança construa o conhecimento a partir da cadeia significante: processo mental que montará as seqüências e as combinatórias nas ações, pensamentos e palavras. Esquemas afiançadores discursivos da subjetivação e da cognição (p.118).

Freud (1927) é assertivo ao apontar que se as novas gerações forem educadas com bondade, ensinadas a ter uma opinião elevada da razão e experimentarem os benefícios da civilização numa idade precoce terão atitude diferente para com ela. E mais:

Sentirão como posse sua e estarão prontas, em seu benefício, a efetuar os sacrifícios referentes ao trabalho e à satisfação pulsional que forem necessários para sua preservação. Estarão aptas a fazê-lo sem coerção e pouco diferirão dos líderes. Se até agora nenhuma cultura produziu massas humanas de tal qualidade, isso se deve ao fato de nenhuma cultura haver ainda imaginado regulamentos que assim influenciem os homens, particularmente a partir da infância (FREUD, 1927-1996:18).

Por outro lado, coloca em discussão de onde virão esses líderes superiores, que atuarão como educadores nas gerações futuras. A grandiosidade do plano e sua importância

para o futuro da civilização humana não podem ser discutidas. "É algo firmemente baseado na descoberta psicológica segundo a qual o homem se acha aparelhado com as mais variadas disposições pulsionais, cujo curso é determinado pelas experiências da primeira infância" (FREUD, 1927-1996:18).

3.3.1 - A força das pulsões

Como vimos, a partir de Freud (1996) e Lacan (1990), se tornou possível ampliar o sentido da educação inicial de um sujeito, concebendo-a como um discurso social, transmissor das marcas do desejo. O sujeito e seus objetos não nascem prontos com o bebê. A subjetividade se constitui na relação com o Outro, denominação lacaniana para o lugar da linguagem e do simbólico. Os sujeitos da relação educativa são seres humanos, fruto de um processo e também síntese das relações sociais e históricas. Na verdade, expressam o encontro da subjetividade com a objetividade, e são eles que criam as representações, as normas e os valores que instauram a educação.

Leandro Lajonquière (1999:31) aponta que Freud acreditava que as crianças experimentam os mesmos conflitos pelos quais passaram seus ancestrais no decorrer do progresso da sociedade relativos à conciliação das exigências sexuais egoístas com as renúncias impostas pela própria civilização, onde a ontogênese repete a filogênese.

Parafraseando Millot (2001), entendemos que, se o fundamento da civilização está na maleabilidade das pulsões perversas e o meio social as encaminha para os fins culturais, a civilização é repressiva. Mas, se as pulsões sexuais são as que se acham na fonte do trabalho cultural e se satisfazem enquanto se sublimam, não se pode dizer que exista oposição radical entre sexo e civilização.

As contribuições da teoria freudiana sobre o inconsciente e sua relação com a sexualidade modificaram as noções existentes no tocante à criança, sobretudo no que se refere à educação. "As interferências da educação na construção da subjetividade implicam na abordagem da concepção psicanalítica a respeito da constituição do psiquismo e, conseqüentemente, da relação desta com o próprio ato educativo" (OLIVEIRA, 2005).

A educação torna-se necessária, pois possibilita ao ser humano o aprendizado do controle de suas pulsões. Para Freud, a educação de sua época tinha o objetivo de "inibir, suprimir e proibir a colocação em prática de todos os impulsos, sem restrição" (FREUD, 1933b/1996). Para Manso de Barros (2005), se a educação deveria inibir, ficam claros os

motivos pelos quais Freud dispôs-se, inicialmente, contra o processo educativo de sua época, já que a repressão da satisfação dos impulsos redundava, em muitos casos, em neuroses.

É fato que não podemos ignorar a relação da educação com a força pulsional. Do aumento da violência trazido pela pós-modernidade, deduzimos que a sociedade não detém meios de controle eficazes para o adiamento da satisfação da pulsão de morte “sobretudo ao não possibilitar a educação (controle, domesticação, culturalização) da pulsão. Diante desse quadro supomos ser legítimo afirmar que há algo profundamente equivocado na forma ou no conteúdo do que vem sendo transmitido às gerações” (MANSO DE BARROS, 2005). E é nesse sentido, no fato de proporcionar aos seus filhos uma educação baseada na aceitação de limites através da castração, que entendemos como o papel do pai, no exercício da função paterna, pode fazer a diferença na educação e no processo civilizatório.

O processo educativo capacita o ser humano a tolerar o desconforto do mal-estar com o objetivo de transformá-lo em aprendizagem. O processo de pensamento se dá no intervalo de tempo entre o estímulo e a descarga pulsional, rumo à satisfação. Segundo Manso de Barros (2005), “essa sensação de desconforto é o preço que devemos pagar pela fruição de todas as grandes vantagens que obtemos da vida em civilização, fator necessário para uma existência confortável em termos de aquisições culturais”.

Entendemos, então, que a criança deve aprender a controlar suas pulsões e esse controle ela obtém através da educação que a aparelha para suportar o desconforto advindo da não-satisfação do prazer. Se a educação falha, por excesso de repressão ou por falta de limites educativos, a psicanálise propicia o recurso da pós-educação. Para Manso de Barros (2005), a psicanálise é um dos produtos mais sofisticados da cultura, justamente porque a terapia psicanalítica possibilita aos seres humanos aumentar seu limiar de tolerância à frustração, pois trabalha com a elaboração do pensamento e da carga energética das palavras.

Como já pontuamos, é tarefa da educação impor restrições à satisfação pulsional, e, por ser uma conquista da civilização, a psicanálise limitará o gozo para abrir as portas da subjetividade ao desejo. Porém, como sabemos que cada um é um e, portanto, ninguém é igual ao outro, entendemos por que educar e psicanalisar são tarefas impossíveis: não há uma regra de educação ou de psicanálise que atenda a todos de maneira universal e que respeite a individualidade de cada sujeito.

Porém, em que pese o entendimento de Freud de que educar é uma tarefa impossível, nos aventuramos a pensar que, como o sujeito se constitui no campo do Outro, a criança que conviver com um pai-educador, que além de exercer a função paterna, a exerça baseada no

afeto e dentro de valores éticos e morais, do respeito ao outro e a si mesmo, terá grande possibilidade de vir a ser, um ser desejante sim, e poder, de maneira física e psiquicamente saudável, vivenciar suas demandas dentro das contradições que a vida apresenta na contemporaneidade. É um fato que a atualidade carrega consigo os avanços da ciência, e traz também, segundo Santos (1991), o indivíduo em torno de um só eixo, em suas três apoteoses – consumista, hedonista, narcisista -, além do aumento da violência cotidiana.

As primeiras renúncias pulsionais já envolvem um fator psicológico, igualmente importante, para todas as outras renúncias pulsionais. Não é verdade que a mente humana não tenha passado por qualquer desenvolvimento desde os tempos primitivos e que, em contraste com os avanços da ciência e da tecnologia, seja hoje a mesma que era nos primórdios da História. O fortalecimento do *supereu* constitui uma vantagem cultural muito preciosa no campo psicológico. Toda criança apresenta esse processo de transformação e é só por esse meio que ela se torna um ser moral e social.

3.3.2 - Os efeitos do narcisismo na educação

Em seu texto *Introdução ao narcisismo* (1914), Freud observa que no terreno da libido o homem se mostra incapaz de renunciar aos gozos que teve na infância. Não quer renunciar ao que via como perfeito e, como não pode conservar isso, por conta do desenvolvimento de seu juízo, busca conquistar tudo, novamente, sob a forma do Eu ideal.

Para Freud, a atitude de pais afetuosos para com os filhos é uma reprodução de seu próprio narcisismo. Dominados emocionalmente pelo estigma narcisista, atribuem, de maneira compulsiva, todas as perfeições ao filho, além de ocultar também as suas deficiências. Às crianças será dado tudo o que eles, pais, não tiveram, e nada lhes acontecerá contra as suas vontades. “Sua Majestade o Bebê, como outrora nós mesmos nos imaginávamos. [...] o menino se tornará um grande homem e um herói, em lugar do pai, e a menina se casará com um príncipe, como compensação para sua mãe” (FREUD, 1914-1996:98).

Dessa forma, o pai projeta seu ideal substituindo o narcisismo infantil, onde ele mesmo era seu próprio ideal. Esse esforço de recuperação da satisfação favorece o recalque, que pode vir em forma de frustração ou de sublimação. O recalque acontece quando certas finalidades pulsionais são apresentadas à consciência envergonhando o Eu perante seu ideal. O que o indivíduo tolera em si, e elabora conscientemente, é abominado por outros impulsos

antes que cheguem à consciência. “A produção de um ideal eleva [...] as exigências do Eu e favorece, acima de tudo, o recalque” (FREUD, 1914/1996:81).

Para Crespo (2003), essa falta de satisfação provocaria um excesso permanente de tensão, pressionando o sujeito. O esforço para zerar a pressão da pulsão insatisfeita o arrastaria a um além do princípio do prazer e, no lugar de conformar-se, o sujeito se veria arrastado a transgredi-la (p.30). Talvez a permissividade dos pais em relação aos filhos - efeito da superproteção amorosa e do narcisismo -, tenham gerado, como produto, a barbárie atual.

Ainda segundo Crespo (2003), os dois grupos de pulsões para Freud: *Eros* e *pulsão de morte*, se opõem, combinam e se limitam mutuamente. *Eros* buscaria restaurar a “agregação” originária e a *pulsão de morte* procuraria recuperar a situação primeva, mas jamais conseguiriam restaurar um todo livre de tensão (31).

Parece que somente Eros pode modificar a relação com a lei, no tocante a fazê-la produtiva para o homem. Afinal, entendemos estar na relação amorosa, do pai com o filho, o prazer de viver dentro da lei, para um novo direcionamento da pulsão, em algo positivo para a sociedade e para os indivíduos. Na verdade, para que o subordinação ao interdito seja eficaz e para ser inscrito socialmente, é necessário que o filho sinta-se amado e respeitado. Por outro lado, uma lei tem que ter potência de interdição e de punição, mas, apesar disso, o pai pode exercer a sua autoridade com amor e afeto. Os psicanalistas trabalham em cima da enunciação de que o amor é um dos principais motores da educação, já que preserva a satisfação narcísica. A criança busca, no amor dos pais, a proteção para os perigos na hora da tensão, por não conseguir satisfazer os seus desejos.

Ou seja, a lei do pai vem provar que, para viver em sociedade, muitos *nãos* devem ser ditos e aceitos. Várias satisfações devem ser adiadas em nome do princípio da realidade e não do princípio do prazer. O *supereu* exige o gozo, mas impõe barreiras contra o desejo. O homem contemporâneo pode dar conta da morte de Deus? A ausência dele gera a falta de Lei. O pai seria uma garantia contra essa instância.

Langaro (1999) entende que a conquista do saber se dá pela identificação com o Ideal-do-eu, quando o sujeito transcende a agressividade constitutiva da primeira individuação subjetiva. Essa identificação com o pai só é possível se tiver sido preparada pela identificação primária que estruturou o sujeito como rival de si mesmo – a experiência especular que Lacan situou entre o ‘complexo de desmame’ e o ‘complexo de intrusão’ (p.71). A criança, no complexo de intrusão, no estado de prematuridade psicofisiológica, é

objeto de captação pelo reflexo especular onde apreende seu próprio corpo, contribuindo para a formação do Eu, instalando-se aí a experiência da intrusão, que Lacan chama de ‘inclusão narcísica’. É através do Ideal-do-eu que o primeiro recalçamento é realizado e o Eu se apresenta dividido (p.71).

Para Millot (2001), não se trata apenas de reprimir as experiências incômodas, de forçar o abandono do princípio do prazer, mas propor à criança um modelo para satisfazê-la. A ponte que é estabelecida está vinculada à castração feita pela instituição que educa, e o desprazer gerado é fomentado pela educação. De toda maneira, o pai é o primeiro educador para o mundo, e, como a educação perpassa pelo afeto, é formando vínculo com o seu filho que o pai tem chance de ser bem sucedido no que ele quiser lhe transmitir, expandindo a sua capacidade intelectual, sem limitar-lhe a ação.

Freud (1925/1996) considera que o poder de sugestão conferido pelo amor que a criança sente por aquele que o educa nos deve pôr em guarda contra um provável abuso de poder, que consistiria na modelação da criança. Esse poder é produto da identificação primitiva com a pessoa que cumpre o papel de “pai”. É a partir daí que a criança fica sob o domínio do princípio da realidade.

É no distanciamento entre o pai e os demais membros do núcleo familiar que se denuncia a fragilidade do vínculo estabelecido entre pai e filho, e entendemos situarem-se na falta dessa identificação, os decorrentes vazios sentidos pelo homem. Portanto, objetivamos entender as questões do pai, tendo como eixo a identidade masculina culturalmente determinada, colocando em perspectiva suas experiências contemporâneas da paternidade. Dentro do atual contexto, o homem-pai está sendo encorajado a um maior envolvimento e investimento nos planos afetivo e pessoal, e, para a compreensão de suas subjetividades, daremos voz, no capítulo seguinte aos pais entrevistados, para que eles mesmos, de maneira clara e fiel, nos falem sobre suas referências paternas e maternas.

Capítulo 4

Narrativas de pais contemporâneos

“Pai”, esta palavra o representa, o evoca, o chama. Não há pai, senão com a palavra, a partir das palavras. Sem palavra, haveria genitores, grandes machos copuladores, mas ninguém poderia dizer-se “pai”, “filho”. A paternidade está, pois, ligada ao fato de falar (THIS, 1987:194).

Da descoberta da relação entre o ato sexual e a procriação, há cinco milênios atrás, passando pela ascensão da função paterna, e sua correspondência na religião, até o provável declínio, “confundido com a idéia da morte de Deus” percebida por Nietzsche (1881-82/1987), à tentativa de resgate de sua importância fundamental na constituição das identidades e subjetividades do sujeito, chegamos ao início do século XXI clamando por um pai.

O pai contemporâneo, assim como a humanidade, encontram-se no caleidoscópio da ciência, ou seja, em transformação. Para Morin (2000:105) “há a liberdade de escolher uma mãe de aluguel e num futuro próximo, a liberdade de escolha do sexo, dos traços morfológicos e das aptidões da criança e o risco de normalização biológica do ser humano”. Essas são algumas das transformações a que o Homem precisa se adaptar.

As aplicações de novas tecnologias penetram profundamente na vida de todos e têm efeitos imprevisíveis. Crespo (2003) entende que o sujeito contemporâneo não está totalmente convencido de que o progresso da Ciência vá conduzi-lo, de maneira inelutável, ao melhor dos mundos possíveis, pois “as metáforas elaboradas pelas culturas humanas são passadas às novas gerações contrariando os mais caros ideais modernos, ou seja, normas que derivam da tradição e da autoridade, e não do entendimento ou de um acordo democrático” (p.264). A paternidade é uma maneira especial de ser homem, cuja função é insubstituível na vida do indivíduo e da sociedade. [...] Os danos causados à alma da criança pela falta do encontro com o pai nos deveriam ensinar algo de melhor (JURITSCH, 1970:8).

É para contribuir na compreensão da paternidade de ontem e particularmente na de hoje, reavivando a imagem paterna e reforçando o papel do homem na relação pai e filho, em

relação à sua importância para a sociedade, que propomos este estudo. Buscamos o homem em transformação, em evolução, não privilegiando o homem machista, que ainda vive abraçado aos estereótipos, tão em moda no passado.

Badinter (1993) aponta que, as oportunidades e restrições que os homens encontram para exercer seu papel são moldadas por processos sociais. Para a autora, até hoje, os pais que proporcionam aos filhos uma imagem de homem reconciliado, ainda são exceções, por conta de uma virilidade ancestral, pela dificuldade em aceitar uma temida feminilidade e inventar outra masculinidade, compatível com ela.

4.1 - Pai diligente, um modelo de pai contemporâneo

O pai *diligente*, em nosso entendimento, é aquele que funde a função paterna com o seu papel de pai, cuidando e educando o(s) filho(s), numa relação de cumplicidade, responsabilidade, limites e afetos, *sem* a presença da mãe da criança, como já pontuamos no início desta dissertação.

Felzenszwalb (2003:33) considera que como “a cultura da paternidade e a conduta dos pais mudam de acordo com transformações sociais e políticas, a paternidade está se tornando um papel voluntário, que requer maior grau de determinação”. É da paternidade voluntária que trataremos neste capítulo, pois só quando um homem *adota* e cria um vínculo com o filho, ele torna-se pai desse filho. O pai não é mãe: o seu cheiro, a sua voz mais grossa, a pele que arranha por causa da barba, as brincadeiras mais abrutalhadas ao se divertir com os filhos, o diferencia e o identifica. Afirma, no menino, sua identidade e desenvolve a consciência de que pertencendo ao sexo masculino, um dia também, se tornará pai. À menina, abre as portas da feminilidade, e valoriza o lugar de pai que o homem escolhido por ela, ocupará como seu par, ao dar início a uma nova geração.

Pensamos que no caso dos pais *diligentes*, entrevistados por nós, o papel paterno defendido por eles é matizado, o tempo todo, pela vontade plena do ato de cuidar e de educar e, não apenas, pelo fato de serem pais biológicos. Percebemos que essas disposições parentais são alimentadas no contato com o filho, e manifestadas pelo afeto, não sendo a necessidade do filho, ter um responsável, o que mais conta. É com base nos testemunhos desses pais que daremos lugar aos fatos subjetivos e sociais, que formam a sua identidade de pai, no exercício da função paterna.

Pontuando os sabores e dissabores do ser-pai e incorporando às suas falas as conquistas e as dificuldades da paternidade contemporânea, estes pais *diligentes* deram respostas às nossas questões proporcionando-nos, um maior entendimento das subjetividades envolvidas no trajeto individual de cada um deles, no ato de se tornarem pais.

Como dissemos, na introdução deste estudo, foram entrevistados oito pais, mediante a formalização da participação livre e consentida a fim de garantir condições éticas necessárias ao trabalho. Em que pese as oito entrevistas que realizamos terem respondido às nossas questões, nos limitaremos a apresentar apenas três delas, nesta dissertação. Nosso tipo de amostra foi intencional e circunscrito no perfil de homem/pai, que hoje cuida e educa seu(s) filho(s) sozinho, sem a ajuda da mãe da criança. Tal escolha de nossa parte correspondeu a deixar de lado outras situações contemporâneas de paternidade, tais como: pais em situação de família recomposta; pais jovens em união livre; pais impactados pelas transformações econômicas e que perderam seu emprego; pais na reprodução medicamente assistida por serem estéreis; pais em regime de adoção hetero ou homossexual; pais em experiência de guarda compartilhada com a mãe de seu filho etc. No recorte dado por nós, cabe a seguinte idéia: “esse grupo reduzido formado pela família moderna (e hoje, contemporânea) não se apresenta, como uma simplificação, mas antes como uma contração da instituição familiar” (LACAN, 1990:15).

Consideramos importante abordar a maneira como se constitui a identidade de pai em relação às referências paternas/maternas e as modalidades de acordo com as quais esse homem está, em uma relação que se pode qualificar de singular, por não estar vivendo uma relação conjugal.

Os nomes de nossos pais *diligentes* foram alterados por questões éticas. Os denominamos *Mauro*, pai de dois meninos; *Juca*, pai de uma moça e *Gelvan*, pai de um menino. Desenvolvemos algumas análises interpostas entre os fragmentos de suas narrativas, com o objetivo de auxiliar na reflexão e esclarecimento do que foi dito.

4.2 - Narrativas

As narrativas, como aponta Mont’Alverne (1999), possibilitam evocar a experiência humana de forma significativa; favorecem a reflexão sobre os relatos; organizam a percepção, o pensamento, a memória e a ação (p.121). A análise das mesmas, foi pautada em

Bauer, M. (1991) que trata da entrevista e da análise narrativa, seguindo os pensamentos de Schütze, (1977) e Bruner (1990).

4.2.1 - *Primeira narrativa:* Mauro – separado - 43 anos – pai de dois meninos de 4 e 6 anos de idade. *Eu adoro ser pai. A minha relação com os meus filhos é uma relação de muito afago.*

Assim começa a narrativa de Mauro que nos permite seguir um itinerário particular, no que refere à sua identificação com o seu próprio pai: o nome, a figura, os atributos de pai. Filho único de um cirurgião dentista e de uma professora, Mauro é separado da mulher e pai de dois meninos, de quatro e seis anos. Tem quarenta e três anos, é professor de ensino superior e suas lembranças da infância são cheias de uma grande intimidade familiar, o que para ele é sinônimo de felicidade. Seu único ressentimento é ter sido filho único.

Percebemos que, para Mauro, a paternidade se funda no desejo que se manifesta não somente num ato de palavra, mas na maneira de *ser pai*, como seu pai o fora. “É nos modos ligados a atos de palavra que se engajam aqueles que, hoje, assumem o encargo de pai, mesmo os que se encontram em condições específicas de exercício da função de pai” (HURSTEL, 1999:145).

Mauro sente-se particularmente à vontade, para falar de seu pai, amigo e bom companheiro, com quem conversava sobre todos os assuntos. Por isso, considera a morte do pai, a sua maior perda. “A identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. [...] um menino mostrará interesse especial pelo pai [...] e podemos simplesmente dizer que toma o pai como seu ideal” (FREUD, 1921/1996:115). Parece que a identificação de Mauro com seu pai tem o aspecto do modelo a ser seguido, mas, Mauro aponta, no entanto, que ser pai, hoje, é mais difícil do que o foi para o seu pai, considerando as mudanças históricas, sociais e econômicas. Para ele, o mundo hoje é outro, as necessidades são outras, o investimento é muito maior, seja no âmbito cultural ou financeiro e, neste sentido, *a doação que você tem que fazer para o filho hoje é muito maior do que na minha época de filho. Para mim, ser pai hoje é um sacerdócio.*

Concebendo a paternidade como uma grande responsabilidade, Mauro deseja ser para seus filhos o que seu pai fora para si, mas, se cobra demais. Para exercer o *sacerdócio e entregar-se à doação*, compreende as dificuldades e responsabilidades que advém desse ofício. “A educação desloca o corpo da mãe para o corpo social, com a possibilidade de habitar o coletivo e compartilhar dos valores de uma determinada época e cultura. Este

deslocamento é obra daquele que encarna a função paterna. Trata-se de uma missão de pai” (STOLZMANN e RICKES, 1999:45).

Cuidar e prover são questões já esquematizadas na vida de Mauro. Parece que ele tem consciência de que, assim como Montgomery (2005:62), “filhos não são apenas uma benção: custam caro em trabalho, dinheiro, esforço, paciência e tempo. O peso das responsabilidades econômicas e psicológicas de sustentar e educar filhos põe à prova, cotidianamente, a personalidade do indivíduo”.

Mauro narra que seu pai esteve sempre muito presente em sua vida e, a seu pedido, promoveu os ritos de sua iniciação masculina. Se essa iniciação o levou à sua primeira relação sexual, reforçando a sua masculinidade, trouxe com ela também uma perda, uma mutilação, pelo corte que estabeleceu com a mãe. Mas esse parece ser um dos papéis do pai e, Corneau (1997:155) traduz bem esse instante: a iniciação tem por objetivo reforçar o ego masculino e consolidá-lo; a mutilação exprime a submissão ao princípio masculino. [...] A dor da mutilação exprime a dor do iniciado quando é cortado o vínculo que o une a sua mãe.

Talvez esse rito seja necessário, uma vez que, a não confirmação do estatuto de varão por um pai, cria, nos meninos, uma insegurança em relação a sua sexualidade. Corneau (1997:110) entende da seguinte forma essa questão: “isso os leva a buscar constantemente nos olhos das mulheres um espelho de sua virilidade. As mulheres da revista que folheia, o interpelam e devolvem-lhe uma imagem de si mesmo poderosa e fortalecida”.

Mauro, assim como o seu pai, também deseja estar presente o tempo todo na vida dos filhos, porém, se ressentido pela falta de tempo. Mas, isso é natural, pois como aponta Corso (1999:152), “pais muito ocupados sentem-se em eterna dívida com seus filhos.[...] as ausências reais de que os pais tanto se culpam remetem a outra falta, que é a da inconsistência que cada pai suspeita existir, no exercício da sua função. Apesar da jornada de trabalho, Mauro procura sempre ir ao colégio, às festinhas e tudo o mais que considera como atribuições de pai e mãe. *Se tivesse acontecido com o meu pai o que aconteceu comigo, se separar, ele teria feito a mesma coisa. Eu me espelho muito nele*, pontua com orgulho.

Sempre que Mauro se remete às atribuições dos pais, reporta-se às lembranças do seu pai, demonstrando a importância da referência paterna na sua educação.

E como é o pai Mauro? *Eu sou pai, não é? Então eu não procuro ser mãe, eu procuro só o meu papel de pai e é um lance de muita sedução, muita amizade, muito carinho. Eu os beijo a toda hora, os abraço, digo que os amo a todo o momento, porque pela carência que*

eles ficaram da mãe ter saído (a mãe foi embora do Brasil), eu acredito que é uma responsabilidade dobrada você demonstrar amor por seus filhos.

Suprir a carência que os filhos têm da presença da mãe... Responsabilidade dobrada? Se não há a intenção de ser mãe, como afirmou, por que a responsabilidade é dobrada? Poderá mesmo dar amor por ele e pela mãe? Uma coisa é certa, para Mauro é fundamental tapar esse “buraco”. E, independentemente da presença ou ausência da mãe, o pai pode e deve ser amoroso.

[...] os pais maternam tão bem quanto as mães, ou quase como as mães. Esta afirmação é confirmada pela observação de pais solteiros ou daqueles que, embora casados, têm o principal papel maternal. O pai pode, como a mãe, estabelecer uma verdadeira relação simbiótica com seu bebê. Com a condição de saber adormecer a sua masculinidade tradicional. O puro macho, o mais duro dos duros, é essencialmente inapto para a paternidade (BADINTER, 1993:179).

Para Mauro, ser amoroso e carinhoso com seus filhos, não compromete a sua masculinidade. Uma coisa não exclui a outra quando se trata de amor pelos filhos, e a relação poder ser assim, *uma relação de muito afago*, como diz.

Por outro lado, demonstra não ter muita paciência com a intromissão alheia, em sua vida. Já colocou a própria mãe para fora de sua casa algumas vezes, pelo fato de não tolerar intromissão. Sua falta de compreensão, nesse aspecto, nos leva a pensar se a presença masculina, tão marcante de seu pai, em sua vida, o impede de acatar sugestões ou idéias femininas. Afinal, as figuras de mãe e de esposa seriam desnecessárias para ele?

Espelha-se, com certeza, na educação que recebeu dos pais: retidão de conduta, da verdade e de gostar que as coisas sejam feitas de uma maneira honesta. E é exatamente o que procura passar para os seus filhos. Parece que, apenas numa coisa, é diferente: *eu os deixo serem mais “malandros” do que eu fui. Porque você tem a necessidade hoje de ser mais “malandro”, de saber se virar de uma forma diferente. O meu pai não deixava. Outro dia, meu filho mais velho estava numa festa do colégio e tinha uma fila grande para brincar. Eu vi que ele furou a fila. Deixei ele ir, mas depois falei: você sabe que o que você fez está errado. Não vou dizer para você, que você tem que agir sempre de maneira certa. Você vai ter que saber o momento de fazer a coisa certa ou não. Agora, se fosse o meu pai me tiraria da fila e diria: volta, entendeu? O meu papo é mais um pouco de “malandro carioca” na formação.*

Freud (1914), em *Sobre o narcisismo: uma introdução*, pontua que os pais transferem para o filho suas frustrações e seus desejos não realizados. Quanto de potência e de gozo são

dirigidos aos filhos, neutralizando a função e capacidade de pôr limites dos pais - como dizer *não*, a alguém tão especial? Nesse aspecto, entendemos que Freud parece dizer que é muito difícil para o pai dizer *não* ao filho, pois seria como dizer *não* a si mesmo.

Claro que Mauro, com essa atitude, ajuda o filho a construir sua estrutura interna e, nos passa uma conotação de atualidade, ao se preocupar em não repetir o padrão de comportamento inflexível do pai. Ele percebe que, atualmente, a “malandragem” está presente no cotidiano das pessoas e a mídia aponta isso, a todo momento, em qualquer esfera social. Sua conduta demonstra uma contextualização histórica que nos parece ser uma preocupação do pai contemporâneo e, que, certamente, não foi o que aprendeu e apreendeu com o pai. Consideramos que Mauro introjetou os atributos que seu pai lhe passou de retidão de conduta, de verdade, honestidade, enfim de formação moral, mas talvez seja interessante o alerta:

a conduta paterna desempenha um papel essencial na formação do caráter. Pais que se orgulham de sua esperteza em enganar as pessoas, burlar a ordem social, mediante ações condenáveis, implantam, por meio de processos psicológicos normais, determinadas tendências em seus filhos. Se a ordem é “levar vantagem” em tudo, teremos gerações de “espertos em levar vantagens” (MONTGOMERY, 2005:62).

O que entendemos de sua fala é que, ao ensinar o filho a se defender, pensa não está ferindo a ética. Ou seja, não é o mesmo que não lhe ensinar o que é ético. Compreendemos que sua presença de espírito nessa situação vai permitir que o menino tenha acesso, como sugere Corneau (1997:27) à agressividade (afirmação de si e capacidade de defender-se), à sexualidade, ao sentido de exploração, assim como ao *logos*, compreendido como aptidão para a abstração e a objetivação”.

Outro momento ético que encontramos em Mauro, está em não deixar que se apague, para seus filhos, a memória da figura da mãe. Sua ex-mulher mora fora do Brasil, fala com os filhos apenas por telefone e, nessas ocasiões, diz que foi embora porque o Mauro, pai deles, assim quis. *Na verdade, não é nada disso. É um jogo e você tem que ser muito inteligente, muito astuto, para não destruir a figura da mãe, não é? Não acho que seja uma coisa correta, digna, mas assim é complicado, bem difícil, e bem exaustivo. Fico muito à vontade para falar de separação. Minha mulher era cirurgiã dentista, mas se drogava e eu tive que ser pai em vários momentos, não só dos meus filhos, mas também dela. Você passa por uma postura de mudança perante a vida. Quando você entende que tem que fazer essa mudança, fica mais fácil.* Nessa questão, observamos a manifestação afetiva e inteligente de um pai

diligente e cuidadoso, posto que percebe a importância de preservar a imagem materna, para a saúde psíquica de seus filhos.

Mauro entende ser referência para eles e faz questão totalmente disso. Denota carinho e manifesta afeto na relação, comportamento nada típico dos estereótipos masculinos. *Tenho orgulho daquilo que sou, como homem, como chefe de família e como pai.* Esse orgulho nos parece ter sido herdado do pai de Mauro e da referência marcante que o mesmo foi em sua vida.

Em relação à importância do papel do pai na vida dos filhos, Mauro considera que tanto o papel do pai quanto o papel da mãe são importantes. Ele acha que se estivesse ausente como a mãe está, o papel dela seria o mesmo que o seu, de continuar a formação dos filhos, dando-lhes uma formação *digna e decente*. Mas entende que tem, atualmente, uma responsabilidade duplicada e cita o fato de que até fazer mamadeira de madrugada é importante, pois como aponta Badinter (1993:178), “a *maternagem* não tem sexo. Para evitar as armadilhas da linguagem, os americanos usam a palavra *nurturing*, que significa alimentar física e afetivamente. Ambos os termos têm a vantagem de apagar as distinções sexuais”.

Tudo, no entendimento de Mauro, o faz uma referência única na vida dos filhos, e ele passa a ser um marco. Mas observa: *tem que trabalhar isso com muito cuidado dentro de você para não se atropelar*. Pensamos que Mauro faz referência ao exercício da função paterna na questão de ser o esteio e ancoragem dos filhos e, apesar de sentir sua responsabilidade duplicada, não superdimensiona o seu papel de pai. Considera ambos, pai e mãe, necessários para a formação dos filhos. Mostra-se mais uma vez cuidadoso em não “atropelar” a figura do Outro, isto é, da mãe.

Para o nosso pai *diligente*, a importância do papel do pai é muito reforçada. *Existem momentos em que um pai passa a ser filho quando fica doente, como aconteceu com o meu pai antes de morrer e que foi a maior tristeza da minha vida. Porém, lhe dediquei nesses momentos, todo o carinho que ele sempre me dedicou.* Mauro descreve a paternidade atual como um aspecto de evolução. *A coisa evoluiu de uma forma legal, de uma forma bacana. Acho que evoluiu de uma forma positiva, porque o pai, hoje, salvo algum problema de saúde, vive bastante, e pega o filho em três momentos: infância, adolescência e fase adulta. Então, eu acho, que é mais rica a convivência com o filho. Acho que é muito legal.* Provavelmente, baseando-se na experiência que teve com a doença do seu pai, Mauro deve se perguntar, de quanto tempo disporá como pai, - já que os avanços da medicina propiciam um aumento na duração e na qualidade de vida -, no que se refere ao seu desejo de conviver com os filhos de

modo a vê-los crescidos e bem formados. Supomos que Mauro encara a experiência da paternidade de forma responsável, priorizando o processo em relação ao resultado. Para Badinter (1993:189), “as virtudes masculinas não se adquirem facilmente, mas se afirmam em termos de esforços e exigências e se chamam autodomínio, [...] gosto pelo risco, resistência à opressão. São condições da criação, mas também da dignidade”.

Questionado sobre o que acha que está mudando em relação à paternidade nos últimos tempos, observa: *Em princípio acho que não está mudando não. Acho que a comunicação está melhor, os recursos são mais avançados e você tem que andar mais junto do seu filho, em termos de evolução do estado da arte, então, por exemplo, você tem que entender o videogame do seu filho, entender a atenção concentrada dele na televisão. Acho que é mais uma adaptação nossa, em termos evolutivos do ser humano. Acho que não mudou não, o papel do pai continua sendo o mesmo.*

A narração de Mauro nos remete à contextualização de que, para cada época, uma maneira de ser pai. Parece que o papel do pai não muda, mas sim o contexto histórico. A questão da vivência dos filhos ser observada mais de perto pelo pai, é mediada por acontecimentos, fatos, avanços históricos e tecnológicos. Seria uma questão de adaptação, como ele mesmo aponta. Cada pai no seu tempo, como demonstrou Mauro em ação com o filho, na situação da festa narrada no início. Em relação à convivência pai e filho, Montgomery (2005:63) enfatiza que “o tempo que os pais perdem lendo dez livros acerca de educação deveria ser gasto na companhia de seus filhos e aprendendo com eles. Uma semana junto com as crianças vale mais do que qualquer protocolo educacional”. Mauro assumiu a responsabilidade de cuidar e educar os filhos, sozinho. Sua mulher foi embora do Brasil, deixando os filhos com ele. Para qualquer que seja o tipo de situação, Badinter (1993) entende que, atualmente, “os pais ‘de transição’ foram convocados a se ocupar dos filhos, pois as mães entraram para o mercado de trabalho. O homem começa sua carreira paterna com o nascimento do filho, e nos primeiros meses do bebê, ele é um pai-mãe, para poder satisfazer as necessidades do bebê” (BADINTER, 1993).

O ingresso da mulher, no mundo público, e todas as mudanças pelas quais a sociedade está passando na contemporaneidade, no entender de Mauro, *foi uma vitória, não da mulher, mas da sociedade. Acho que foi a necessidade de correr junto. A sociedade necessitava de que não tivesse só um varão na família, mas dois varões. Para você ter o luxo que tem hoje, é preciso isso.* Percebemos que, Mauro estabelece uma equivalência, um equilíbrio aos níveis

econômico, afetivo e social, para os dois gêneros, aspecto que vem se desenvolvendo nos homens, de maneira lenta e gradual, em nossa sociedade.

Mas, no entanto, pontua que a inserção da mulher no mercado de trabalho significou uma tolerância menor nos relacionamentos, porém não sabe dizer ainda, se é positiva ou negativa. Mauro considera que, antigamente, as pessoas criavam relações que continuavam por continuar e que, hoje em dia, se uma relação dura é porque foi muito bem consolidada. *No aspecto evolutivo, o segundo casamento deve ser um casamento mais legal, porque você já justificou todas aquelas questões do pai e da mãe; a primeira mulher é a mãe. Acho que foi muito positivo, nesse aspecto, a entrada da mulher no mundo do trabalho. Evoluiu na relação também.*

Eu adoro ser pai, estou doido para casar de novo. E a mulher tem que ter sido casada, ter filhos. Eu quero que tenha consciência de onde está se metendo. Freud admite, baseado na escuta de mulheres em *O tabu da virgindade* (1918[1917]/1996), que o segundo casamento, quase sempre é melhor sucedido que o primeiro, sobretudo, porque até o início do século XX, o primeiro marido era o homem que desvirginava a esposa, isto é, a fazia sangrar e, com isso, atraía sentimentos de vingança.

Num segundo casamento, Mauro pensa acertar e vê a “*experiência de vida*” da futura esposa e “*mãe*” de seus filhos como uma garantia para que tudo dê certo. Todos devemos sonhar em realizar nossos desejos mais profundos, e, para Pellegrino (1986:321), o sonho é centelha que salta do desejo e é através dela que acendem-se as fogueiras, nas quais o rosto do mundo se ilumina. O sonho, levado aos ombros da realidade, que o simboliza, é o projeto profundo do homem e a teleologia da história.

Ainda para o autor, o sonho vivido, enraizado no real, que o suporta, vai ser a matriz da utopia, o eixo das grandes transformações que fazem a grandeza do processo civilizatório (p.321).

Mauro carrega a imago do pai. É um homem que quer ser *o pai* para seus filhos e também um pai de família, como seu pai fora. Demonstra que sua motivação em querer exercer, da melhor maneira, a função paterna com os filhos, tem a ver com a sua história pessoal, ou seja, a relação que teve com seu pai.

4.2.2 - Segunda narrativa: Juca – 53 anos – divorciado - pai de uma moça de 23 anos.

Pais assumam o seu lado materno, pois as mulheres já assumiram o lado provedor e ganham tão bem quanto os homens, sem necessariamente, serem machistas.

Esse é um alerta de *homem para homem* que Juca, de cinquenta e três anos, professor universitário, quer passar a outros pais. É um pai apaixonante e apaixonado de uma moça de vinte e três anos, a qual considera a melhor *obra* de sua vida. É divorciado e cria a filha desde os quatro anos de idade.

Foi meu desejo ser pai, sempre quis ter filhos. Desde o início do casamento já pensava nisso. Na verdade, quando minha mulher engravidou foi um susto para nós dois, porque não estávamos, naquele momento, esperando isso, mas foi um susto super positivo, super alegre.

Juca nos passa um desejo latente de ser pai, papel que abraça de maneira plena e absoluta. Para ele, ser pai é trocar, dar e receber amor, carinho, atenção; é dividir as coisas negativas no sentido de diminuir os pesos nas passagens complicadas que se tem na vida, e de adicionar coisas alegres e compartilhá-las. Para Juritsch (1970:88), “nessa relação está estabelecida uma relação de origem que abarca todo o homem, é ontológica. O pai ao fundar a origem realiza uma afirmação na ordem do ser, que está no início de sua paternidade”. Juca tem a expectativa de ser *o pai* para a sua filha, mas, pelo seu discurso, espera um retorno de toda essa doação. Ou seja, entende a relação pai e filho como uma relação recursiva, onde o pai dá, para o filho, e o filho retorna para o pai.

A paternidade pertence à ordem da cultura e por isso não pode deduzir-se simplesmente da geração, considerada como um fator biológico. *Ser pai não é só gerar. A geração de um filho, que acho uma discussão legal, e que não interessa aqui, não passa pela minha visão de ser pai. Posso até não ser pai biológico, mas se estou compartilhando e criando, e ajudando a criar e a me criar também, me considero como pai*, diz Juca. E tem toda razão, pois segundo os pensadores franceses Delumeau e Roche (1990): o filho torna-se filho *do pai*, quando o pai o assume de fato. Não há necessidade de o homem ser o pai biológico e sim, de que seja desejo do homem, que aquela criança seja seu filho.

Em relação às suas referências paternas e maternas, Juca defende a idéia de que, pelo fato de sua mãe ter nascido em 1915 e, por ser o caçula, foi criado de uma maneira repressora por ela, dentro de uma formação machista, apesar de conviver apenas com mulheres: mãe e irmãs. Ao se casar com o seu pai, sua mãe já tinha duas filhas do primeiro casamento. *Tive com a minha mãe um relacionamento intensíssimo, porque meus pais eram separados e eu era muito pequeno. O motivo da separação é que meu pai não queria ter filhos, quando ela*

engravidou. O pai de Juca não aceitou a paternidade. Sabemos o quanto é importante, para o desenvolvimento pleno do filho, essa aceitação pelo pai, como aponta Juritsch (1970:89): a paternidade sempre inclui a responsabilidade pela vida projetada na existência. É essencial para a paternidade plena, a tarefa de realizar esta união entre a origem e a aceitação, para encontrar a sua plenitude.

Apesar disso, sentimos em Juca ‘uma doce vingança’ ao dizer: *Eu fui o estopim da separação dos dois, mas não tenho nenhuma culpa em relação a isso. Minha mãe teve um papel chave porque ela largou o amor da vida dela pelo filho, que sou eu, e está acabado*.

Terá, Juca, com esse tipo de referência paterna - do pai não querer ter filhos - conseguido se superar, ou seja, romper e reagir? Ele defende a idéia de que sempre quis ser pai. Sublimará a frustração de não ter tido a presença do pai e de ser sabedor de que seu pai, não queria ter filhos? Será que tem a ver com o que Lacan afirma - é a mãe quem legitima o papel do pai, dando voz ao pai, apesar de sua ausência? Nos parece que a mãe de Juca conseguiu trabalhar isso muito bem dentro dele. Seja como for, parece-nos que, Juca introjetou o que Corneau (1997:186) nos aponta “Paternizar-se: o luto do pai ideal e o perdão do pai real. O filho adulto deve admitir o enterro de seus ideais de paternagem. No luto, ele aprenderá a paternizar-se e a preencher seu vazio com criatividade”.

Sabemos, no entanto, que a sede de uma presença paterna permanece inscrita em nós. Admitimos que há o desejo profundo pelo reconhecimento de um pai ao filho. Porém, às vezes, exigimos de nossos pais aquilo que eles não nos podem dar. Sobre isso, Corneau (1997:186) mais uma vez, aponta: “passar de filho a homem, significa parar de lamentar-se e de chamar esse pai ideal, para deixar-se chamar pelo próprio ideal. A tarefa daqueles a quem o pai faltou é tornarem-se os pais que eles desejaram ter”.

Meu pai se distanciou. Ele teve um papel muito limitado na minha vida. Mas a minha mãe teve um cuidado enorme em relação a isso. Ela sempre dizia que meu pai era um homem maravilhoso. Foi abandonada, mas sempre passou pra mim, uma imagem positiva dele. Um aspecto excepcional da minha mãe. Além disso, era mãezona, matriarca até debaixo d`água,, até ela morrer, dentro de casa, com todos à sua volta e com muita dignidade. Minha mãe foi uma figura muito marcante na minha vida e meu pai uma figura muito distante, não era apagada, mas muito distante.

Registramos que a mãe de Juca exerceu a função paterna, no lugar desse pai distante, e também não permitiu que a figura do pai fosse apagada. Foi ela, provavelmente, quem promoveu o desejo no filho de vida e não de morte. Freud (1910/1996:178) em *Um tipo*

especial de escolha de objeto feita pelos homens defende que, no que diz respeito à mãe, o mais importante é, geralmente, o sentido da ternura. A mãe deu à criança a vida, e não é fácil encontrar um substituto de igual valor para essa dádiva sem par.

Como bom pai que deseja ser, Juca problematiza a experiência da filha ter ficado separada da mãe, e entende que alguma coisa, nesses casos, sempre lhe deve ser dita. Pensamos que, tudo o que ele deve ter dito à filha, sobre essa delicada questão, deu sentido à ela, do seu papel de pai, nesse determinado contexto. Para Hurstel (1999:177), “as relações dos pais com os filhos, caracterizam-se não só pela exigência de uma relação de presença, mas também, pela que constitui a essência da função paterna do ponto de vista da psicanálise; tomar a palavra em nome de sua função, intervir pelo filho”.

No que se refere ao amor que dedica à filha, Juca considera: *jamais me senti tão amado por alguém, como pela minha mãe, e tenho certeza de que minha filha também sabe que é amada por mim. Assim, no sentido do amor absoluto.* De forma diversa do que foi sentido e vivenciado, em relação ao seu pai, pois Juca não se sentiu amado por ele e teve ocasião para testar isso: *Se eu vi meu pai antes dos meus 25 anos, três vezes na minha vida, foi muito. Mandeí convite pro meu casamento, conheci meus irmãos, porque ele casou de novo, e teve três filhos. Ele teve um papel muito limitado na minha vida.* Será que o desejo de Juca de ser pai está “inconscientemente” ligado ao desejo de ser um pai completamente diferente do que fora o seu? Pensamos que sim, pois Juca pensa em agir de maneira diferente da que o seu pai agiu com ele.

Em outro momento da narrativa, parece repetir o padrão de comportamento da mãe quando da separação, ao optar pelo filho e abrir mão do casamento. O final do segundo casamento de Juca ocorreu pela impossibilidade de convivência. Quando percebeu que, a relação entre a sua segunda mulher e a sua filha não estava boa e, que as duas, não iriam conviver de forma harmônica, mesmo ela (a esposa) sendo uma pessoa a quem ele amava muito, abriu mão do relacionamento. *Não tinha alternativa, não tinha como dizer pra minha filha, aos doze anos de idade, que fosse morar onde quisesse. Mesmo que eu tivesse, não faria isso. Minha filha sempre soube e tenho certeza disso, de que mesmo errando com ela, erro porque a amo. E eu também tive essa certeza com a minha mãe.*

Repetindo o “padrão da vida” da mãe, Juca abre mão do amor, pela filha. Será que não irá se cobrar e cobrá-la depois? Sua referência à questão do erro, nos parece estar ligada ao tripé: amor-perdão-culpa ou culpa-perdão-amor. No caso de Juca supomos que o amor a que ele se refere é aquele sentimento incondicional de dedicação absoluta ao desejar apenas o

bem da filha, que vem em primeiro lugar na sua vida; em relação ao perdão, pensamos que talvez sinta essa necessidade por não ter dado à filha, a mãe que achava ser a certa para ela. Sobre a culpa, consideramos que, se a sente, talvez seja em função de uma censura interna, que aponta que, apesar de se saber um bom pai, não seja tanto quanto gostaria, para a felicidade da filha. Talvez seja uma superação dos sentimentos do filho Juca, de ontem, pelos sentimentos do pai Juca, de hoje.

Juca vê diferença na educação que dá e deu à sua filha, em relação às referências que teve. Sua mãe sempre foi uma pessoa muito rígida e houve uma época em que se afastou dela, quando adolescente. A mãe trabalhava muito para manter a família e, os dois, conversavam pouco. Voltou a ter mais contato com a mãe, quando casou e teve sua filha, porém sempre se sentiu muito amado e protegido por ela. *Com a minha filha, não. Sempre estive em contato com ela. Nem passou pela minha cabeça que ela ficasse aqui, quando fui morar nos Estados Unidos. Lá, o fato de estar sem família, nos aproximou mais ainda. A diferença fundamental é que com a minha mãe não estive presente na vida dela, enquanto adolescente e adulto. E até agora, eu e minha filha, não tivemos nenhum espaço de separação.*

Nos parece que Juca sentiu, na adolescência, tanto a falta paterna (pela total ausência), quanto a falta materna (pelas circunstâncias de trabalho da mãe). No entanto, a ausência da mãe, ele conseguiu justificar de alguma maneira. Pressupomos que há aqui uma idealização da mãe, pois se de um lado ele se ressentia do seu papel de provedora da família, por outro, sempre a viu, como uma figura afetiva e amorosa. Em relação às experiências e referências maternas, buscamos corroborar em Pellegrino (1986:324), “fomos expulsos do paraíso – e temos que simbolizá-lo, numa tarefa sem termo.[...] Em termos de experiência individual, ou pessoal, quanto mais rico e matizado for o paraíso criado em nós pelo amor materno, mais ricas e matizadas serão nossas possibilidades de simbolizá-lo”.

Juca imprime um tom dramático quando comenta que houve uma situação muito interessante quando teve de voltar dos Estados Unidos e, a filha não queria, por estar muito ambientada lá. *Conversando com as minhas irmãs, ela aventou até a possibilidade de ficar com a mãe, por uns meses, enquanto eu me reorganizasse e me reestruturasse. Eu estava arrumando as nossas coisas para voltar, quando recebi seu e-mail, e não sabia ainda, avaliar como deveria me comportar com essa reação madura dela. No dia seguinte, mandei um e-mail, dizendo que eu achava muito bonita a reação madura dela, mas que a minha vida não tinha sentido nenhum sem ela, e que eu me sentiria muito mais forte, com ela presente. A*

apresentação do sincero desejo dos pais, aos filhos, fazem os mesmos sentirem-se amados. E isso faz toda a diferença na construção de um sujeito desejante. Pellegrino (1986:324) considera: “não nos esqueçamos que o símbolo implica a perda da coisa simbolizada, para um resgate noutra nível. Quanto mais temos o que perder, mais ganharemos”.

Prova disso é que sua filha lhe disse que gostaria de ter ouvido isso da mãe dela, por ocasião de ter decidido ir morar com o Juca. Na verdade, sua filha desejava e esperava que a mãe dela lhe dissesse que gostaria que ela ficasse com ela, por ocasião da separação. Porém, não foi o que aconteceu e, provavelmente, a filha de Juca e ele mesmo tiveram de “trabalhar” muito essa realidade. No entanto, deduzimos que a filha parece ter encontrado, no seu pai Juca, o esteio necessário para sustentar e dar conta da ausência da mãe. “Para os filhos encontrarem seus pais e mais rapidamente se apresentarem inteiros diante da vida, devem ter nos pais, um ponto de referência, para que possam reconhecer-se a si próprios. Os filhos devem libertar-se por eles mesmos “(GADOTTI, 2003:38).

Juca nos expõe como aconteceu. *Por ocasião de nossa separação, a mãe de minha filha, de uma maneira muito democrática, aceitou que a nossa filha viesse morar comigo, dizendo que ia respeitar a vontade dela. Nesse sentido (na questão dos Estados Unidos), eu já não respeitei: queria que ela ficasse comigo. Ela se sentiu mais amada do que nunca. Teria sido muito frustrante pra mim, se ela não ficasse comigo. São coisas que vêm acontecendo nas nossas vidas que têm mostrado que existem fundações muito fortes, pois somos muito ligados. Torço pela felicidade dela e ela torce pela minha felicidade. Nós temos um espaço nessa relação pai-filha. Existe uma relação bem resolvida.*

Definindo a maneira “democrática” de se posicionar da mãe de sua filha, estará Juca destituindo de afeto, essa ação/reação? Será que, por conta de suas vivências e frustrações, ele defende que mãe não abandona filho, filho não abandona mãe e, conseqüentemente, pai não abandona filha, filha não abandona pai? Nesse aspecto, Juca para não sofrer sentimento de rejeição, já cobra o preço de sua dedicação?

Comenta que existem fundações muito fortes e que é uma relação bem resolvida a que mantém com a sua filha. Parece ter se preparado, de várias formas, para encarnar a paternidade: *para criar a minha filha eu tive que ler muito sobre isso. Era a minha missão. O nascimento da minha filha trouxe uma quantidade enorme de emoções. Me chama de “pãe” porque é uma mistura de pai e mãe.* Esse amor de um pelo outro vem de encontro ao que pensa Montgomery (2005:66), “as manifestações das boas identificações da genuína qualidade paternal podem se iniciar com o primeiro sorriso que o pai dirige ao seu bebê, ao

embalá-lo com segurança e amor, ao dar-lhe banho ou mamadeira, estabelecendo desde cedo laços afetivos”.

O nascimento de minha filha revolucionou minha vida... Foi a descoberta do feminino. A levava ao ginecologista pra saber como fazer, para se proteger. Quando era pequena e acordava, eu também acordava, dava mamadeira, me vestia e ia trabalhar. Descobri esse lado prazeroso, meio obrigação: eu a acordava para dar mamadeira. Eu morria de inveja, eu não tinha leite e ela se incomodava porque tinha cabelo no peito, mas eu não tinha preocupação que isso a afetasse. Juca ainda estava casado com a mãe de sua filha.

Badinter (1986:115) confirma as sensações de Juca como pai, no momento em que, a paternidade mobiliza em muitos homens uma defensiva fantasmática na qual “primeiro encontramos a inveja do homem em relação às capacidades da mulher de gestar, parir, amamentar”. Por outro lado, Pellegrino (1986) considera que a inveja fálica de homens e mulheres, pode deslocar-se para qualquer coisa que tenha significado fálico (por exemplo, o seio materno que Juca não tem), isto é: qualquer coisa que implique plena expansão narcísica e pleno sentimento de completude.

Juca admite, em relação a questão da vida sexual da filha, que a “primeira vez” dela foi muito mais fácil do que na teoria.. *Eu disse para ela que não é só a primeira vez que deve ser bacana e que, qualquer vez, deve ser feita de maneira gostosa, bacana: o antes e o depois.* A filha ficou muito feliz, pela forma sensível com que isso foi passado para ela. *No início, senti ciúme, mas depois foi um alívio, não tenho nada com postura homossexual, mas no momento que eu a criei, é bom que se case e seja muito feliz.* Aqui, aparecem os estereótipos machistas, mas também o desejo de perpetuar sua história nos netos.

Em relação ao sentimento que a filha tem por ele, Juca aponta que é um sentimento muito forte de amor, de amizade, de respeito. Percebe que ela o admira e também às conquistas profissionais que tem feito. Deseja que ela seja feliz, e apesar de não querer que vá embora, sabe que é normal que vá. *Não importa onde ela esteja. Eu a admiro muito também. Ela é uma garota com muitas qualidades, que não vejo por aí, e é super estudiosa. Sei também que ela faz besteira, sei que erra, mas não interfiro nas decisões que ela toma. Mas se ela precisar eu vou atrás dela e acho que isso ficou mais forte agora. Não só porque a gerei, mas pelo que a gente construiu, uma base sólida daqui pra frente.*

Juca demonstra aqui um forte sentimento de posse ao colocar os aspectos “não só porque a gerei” e ao dizer que “não quero que ela vá embora não, mas sei que é normal que vá”.

Uma de suas preocupações é a de servir de exemplo e de suporte, para a filha, como a mãe foi para ele. *Acho que tem uma coisa interessante que a minha mãe me passou: se quiser mostrar uma coisa para a pessoa, faça! As coisas boas que a minha filha tem hoje, não são só de mim, mas de todos os exemplos que ela recebeu. Da mãe dela, da minha segunda mulher que também ajudou a educar a minha filha e da namorada que tenho há cinco anos. O fato de ela perceber também que tem o espaço dela porque a casa não é minha, a casa é nossa. Ela me protege da mesma maneira que sempre a protegi em relação a isso.* Reafirma a sua relação com a mãe e confirma que a paternidade se dá no convívio e no contato, pois é no dia-a-dia que ela se constrói.

Juca fala para a filha que ela tem *uma história de avô, de avó, de bisavô, e que são raízes dessa árvore, fruto de muito amor, de um casamento muito bacana, mas que não deu certo.* Pontua que a filha não causou a sua separação *e que ela foi criada numa base de carinho e afeto.* Defende que existe uma base familiar com a qual a filha sabe que pode contar.

Atualmente, casais se separarem parece ser uma situação normal, e, quando para isso não tem outro jeito, mas existe o desejo de que tudo dê certo, Gadotti (2003:37) admite “a separação conjugal pode ser uma saudável saída para fazer brotar mais fundo o amor, [...] Muitas vezes, numa separação, pais e filhos descobrem o que a proximidade escondia: quanto eles precisam uns dos outros”.

Juca pondera que quando se separou, pela primeira vez, se a filha não tivesse apontado o desejo de ir morar com ele, não saberia dizer o que teria sido a sua vida. Nessa época, era um executivo e ganhava muito bem e entendia que tinha condições de ficar com ela. Comenta que, além do prazer em estar com a filha, aprende também todos os dias com ela. Juca acredita que, por isso, o modo que enxerga, a ex-mulher agora, é diferente e admite que com a vivência que tem hoje, não teria havido separação. *Vejo o mundo de maneira diferenciada hoje e acho que não dei valor ao mais importante. Sinto-me confortável, pois se eu perder o emprego, não vou me sentir humilhado. Tenho muito mais aspectos femininos dominantes, do que antes de ter minha filha.*

Juca descreve os investimentos feitos, inclusive de recursos, na educação de sua filha: *o que era possível foi feito: Cultura Inglesa a vida inteira, além de fazer balé. Tudo isso tem*

*um investimento que, às vezes, você não sabe como pagar. Abdi quei de muitas coisas pessoais para que ela tivesse bons colégios, não estava preocupado em adquirir imóveis ou em juntar dinheiro. E, sim, em deixar uma boa educação acadêmica para ela. Atrasei condomínio de apartamento, para não deixar de pagar o colégio dela, sem que ela percebesse. Minha mãe também teve muito cuidado com isso. Será que não pontuar para a filha as dificuldades é uma boa atitude? Quando narra que abdicou de muitas coisas, como retorno, Juca também não desejará que a filha abdique de coisas ao seu favor? Uma tarefa dos pais em relação à educação na contemporaneidade é criar pessoas para ter um entendimento pleno do mundo. No entanto, como aponta Rita Kehl (2003), educar é assumir riscos ante a geração seguinte. Parece que Juca assumiu o encargo de cuidar da filha e prefere correr o risco de errar, do que o de a abandonar. Abandonar a filha, não está de maneira alguma, nos planos desse pai *diligente*.*

Juca, como *filho*, introjetou a imago da mãe e fez das referências dela, o sustentáculo para o seu exercício na função paterna, com a filha. Como *filho*, sublimou todos os sentimentos ambivalentes em relação ao seu próprio pai e como *pai*, parece exercer a paternidade, com muita responsabilidade e afeto. De todas as maneiras, tentou compensar, para si mesmo e também em relação à filha, a ausência de seu próprio pai.

4.2.3 - Terceira narrativa – Gelvan - 45 anos – pai de um menino de 8 anos.

Há necessidade do pai estar mais próximo dos filhos. Eu acho que se tiver que errar, que seja por excesso, não por omissão.

Essa certeza, Gelvan, profissional liberal bem sucedido e verbalmente bem articulado, tem em relação ao seu papel de pai no exercício da função paterna. Pai de um menino de oito anos, cuja mãe faleceu na maternidade, foi impedido de ter, por intermédio *dela*, a “autorização” que Lacan (1987) aponta como necessária, visto que é a mãe quem diz ao filho, através da palavra, que aquele homem é o seu pai. Foi preciso, então, que Gelvan se apresentasse, ele mesmo ao filho, como seu pai de fato e de direito. Essa apresentação se sustentou pela linguagem. Em relação a essa questão, Stolzmann e Rickes (1999:45) consideram que “ser pai implica um reposicionamento frente à linguagem. Ser pai não é igual a não sê-lo e, uma vez que se é, se será para sempre. Trata-se de um significante que marca uma posição frente ao mundo, diz de um determinado lugar”.

Seu luto pela morte da mulher, mãe de seu filho, na sala de parto, nos parece ser ainda uma mágoa profunda, embora muda. Imaginamos esse pai passando pela situação de levar o

filho, nos braços, direto da maternidade, para entrar novamente em casa, sem a pessoa que amava e que nunca mais veria.

No início de nossa conversa, Gelvan contou que vem de uma família de origem humilde e quando vieram morar no Rio de Janeiro, tinha 12 anos de idade. A vida da família girava em torno do trabalho e ele, desde essa idade, já trabalhava para ajudar financeiramente. Sua mãe fazia comida para fora e ele entregava marmita; seu pai era instrutor de auto-escola e, *dentro dessa situação, a gente foi tendo uma relação de vida bastante pautada em fraternidade, na união familiar, com as dificuldades naturais de adolescente e pais, dentro de uma certa lógica, pois embora os meus pais sejam de origem humilde e uma cultura bastante restrita, dentro de uma ponderação, a gente conseguiu passos de entendimento.* Entendemos essa *lógica* a que Gelvan se refere, como uma lógica afetiva – onde a união faz a força – dentro de uma organização familiar, pautada na subsistência da família.

Chegou à faculdade aos 18 anos com a *imensa* dificuldade que os pais tiveram para pagar seus estudos em odontologia. Após um certo tempo de formado, passou a dar aos pais uma boa estrutura de vida, condição que dá até hoje. Hoje, os seus pais são seus dependentes e criam dois netos de sua irmã que faleceu na década de 90. *São como se fosse uma família única, tanto no aspecto emocional quanto no aspecto financeiro. A gente procura, então, dar um encaminhamento a esse modo de vida.*

A lição de casa, introjetada como modelo familiar, é a mesma, já que essa relação mostra-se cíclica: reciprocidade e fraternidade – é dando que se recebe. Gelvan demonstra ter um pertencimento familiar muito grande e o desejo de que a família se mantenha unida, através da figura central do pai, que é seu esteio, no exercício da função paterna. *Essa relação é perfeita e a convivência é bastante contínua. Meu pai apesar de ter 70 anos de idade, ainda é bastante respeitado, não deixando que a parte financeira transija nas suas vontades, nas suas ordens, na sua maneira de ser, e a gente procura manter essa unidade familiar, seguindo esse caminho. Em síntese, é isso.*

Para Gelvan, seu pai é uma pessoa muito simplória e meio distante porque a cultura é uma coisa que separa muito os mundos. Como teve oportunidades, que o pai não teve, mesmo sentindo dificuldade, seu entendimento foi o de sempre ir, em direção ao pai, e não o pai, em direção a ele. Tudo que aprendeu com o pai, em forma de valores éticos e morais, tenta passar para o filho: ter uma vida austera, saber respeitar as condições humanas de um modo geral e aqueles que tem uma situação menos provida. *A gente tenta, dentro de uma*

determinada lógica, dar a ele como filho, essa mesma diretriz, embora de outra forma porque são mundos muito distantes.

Sua filosofia de como levar a vida é de que a sua experiência familiar, como filho, deu “certo”, então vai tentar fazer com que a de pai, também dê. Para Gelvan, o fato de seu pai, não ter tido uma cultura privilegiada não o destituiu de honra e de ética, valores que absorveu e que pretende passar para seu filho. Reconhece no pai, um homem de moral e ética elevadas, um modelo de homem correto que respeita as pessoas e que deve servir de exemplo para as gerações seguintes.

O afeto que nutre sua relação com o pai, passa pela manifestação da autoridade, mas entende que isso, não serve para as crianças de hoje. No entanto, vive uma sensação de conflito: pensa que precisa ser mais afetuoso, mas teme perder o controle, caso demonstre muito afeto. Entende, no entanto, que o autoritarismo é destituído de afeto, mas a autoridade não. O que sustenta o discurso de Gelvan, talvez seja “a identificação com essa denominação pela evocação àquele que a portou antes dele. Ser pai é ter tido um pai. É a identificação com o nome desse pai que se transmite de geração em geração” (HURSTEL, 1999: 152).

Tento ser uma referência para o meu filho, tal como meu pai o é para mim, mas eu admito que há uma dificuldade muito grande nessa interlocução. Na verdade, tudo se compõe em gênio, porque nada é exatamente como a gente quer, a mesma relação que eu tenho com o meu pai, não vai ser a mesma relação que eu tenho com meu filho, porque a minha índole é diferente, o meu gênio, a minha postura é diferente da que ele tem. Meu filho tem o gênio da vontade, muito maior. Ele impõe mais do que aceita, fala mais do que ouve, somos dois seres humanos diferentes.

Gelvan ao apontar que ele e o filho são seres humanos diferentes está, talvez, nos dizendo que aceita essas diferenças, apesar de suas dificuldades e que, sem romper com o modelo que introjetou de seu pai, em alguns aspectos, o relativiza, como em relação à imposição de limites. Argumenta que até seu filho chegar a uma idade, onde tenha maturidade para saber até que ponto pode questionar as regras, terá que passar por toda uma fase de embate com ele. *Então, é uma relação de amor muito grande, mas também é uma relação muito dura de doutrina, de convivência. Como eu o criei sozinho, eu poderia ter tido uma sorte de ter uma criança mais fácil de negociar, mas ao contrário: o destino me deu uma criança mais difícil, embora seja um ser humano excelente, maravilhoso, mas é uma pessoa muito complicada de se lidar no dia-a-dia..*

Montgomery (2005:65) nos lembra que “um pai terno, amoroso, vigoroso e firme, que mostra seu lado meigo e dependente afetivo, fugindo do estereótipo do “pai super-homem”, reforçará em seu filho homem a aceitação de seus próprios sentimentos de ternura”.

Percebemos o conflito entre o que foi apreendido e vivenciado por Gelvan e as exigências que a contemporaneidade aponta para um novo modelo de pai. Por outro lado, sua preocupação em acertar é tão grande, que não se descuida em momento algum. Está sempre “armado” para organizar, ordenar, resolver. Temos a compreensão de que não será pelo autoritarismo, mas sim pelo respeito, afeto e diálogo, que conseguirá levar melhor a convivência com seu filho.

Aos poucos, Gelvan tenta *transformar* o filho fazendo-o entender que o mundo não está para ele, e sim ele é que está para o mundo. A diferença marcante entre a relação que teve com o seu pai, e na que vivencia com o seu filho, parece que está na falta de aceitação de que hoje as coisas são diferentes, e na falta de tolerância para entender que as crianças atuais, sofrem muito mais estímulos do que antigamente, interagindo com muito mais pessoas, além de terem acesso a informações do mundo inteiro, sobre todos os assuntos, em segundos, se assim o desejarem. Pensamos que ser pai, também é permitir que a relação afetiva com seu filho seja uma forma de desenvolvimento para si mesmo e entender a criança de hoje como um ser diferente da de ontem, já seria um avanço nessa relação.

Gelvan sustenta, uma formação moral identificatória intensa com a sua referência paterna, e, por conta dela, tenta estabelecer uma diretriz de respeito, de doutrina, de regras, de transformação com o filho. Quando fala em ser um pai *doutrinador*, entendemos que essa palavra expressa o conflito entre tudo o que aprendeu, ou seja, a formação moral e ética, e seu questionamento quanto a ser afetivo e tão duro com o filho, objetivando colocá-lo no mesmo caminho que trilhou. Ser um pai *doutrinador e transformador*, o eximirá de trocar carinho e afeto com o filho?

Outrossim, entendemos que Gelvan não destitui a doutrina de seu pai de afeto, até porque retirou e aprendeu o que é afeto, da educação que recebeu do pai. *Tento ser o melhor pai possível, mas eu sei que ainda falta muito para caminhar em relação a essa situação. Eu acho que, a cada dia, você tem que se superar, porque os filhos também se superam a cada dia em colocar você em questões complicadas, em tomar atitudes que você não sabe como vai se comportar e que decisão tomar. A minha superação é de acordo com as necessidades dele.*

Admite que, ao cuidar do filho, sem o apoio da referência materna, ainda não ter uma conclusão do que isso pode vir a se refletir no filho, porque o menino está com apenas oito anos e só terá uma maior consciência, quando tiver atingido um pouco mais de maturidade e já possuir uma formação moral, psicológica e de idéias do mundo. *Atualmente, ainda acho que estou correndo muito atrás, porque ele é uma criança difícil de lidar, nesse sentido. Almejo que, no futuro, eu consiga atingir os meus objetivos, mas no momento, estou sendo apenas um pai doutrinador.* Vislumbramos, apesar de tudo, na narrativa desse pai, uma certa admiração por ver o filho com personalidade própria, com sonhos, desejos e ideais.

Gelvan terá sublimado o fato de sua mulher ter falecido e do filho sequer ter conhecido a mãe? O quanto é preciso, pai e filho estarem “maduros” para expressarem e manifestarem a falta da mãe/esposa? Será que esse pai *diligente*, com a sua dor, não tenta fazer com que o filho nem perceba a sua própria? Será que é pela ausência do discurso, que está sendo colocada a presença da mãe de seu filho?

Gelvan considera como uma necessidade imposta pelo destino, o fato de cuidar e educar o filho sem a presença da mãe. Mas, percebe que, dentro de uma situação generalizada, homem e mulher hoje em dia, estão se vendo obrigados a dividir as tarefas meio a meio, dividindo também as questões do lar e da educação dos filhos. *Já foi o tempo onde qualquer coisa que o filho fizesse se dizia: vou falar com o seu pai, ali era a última fronteira. Acho que o pai de hoje, ainda que tenha uma família constituída dentro do padrão normal, se obriga a levar o filho para a escola, comparece às reuniões de pais e tenta interagir com o filho na educação do dia-a-dia, além de dizer o **não** constante em determinadas situações. Eu interajo um pouco mais porque eu sou sozinho, mas hoje em dia, os pais não são muito diferentes em termos de postura.*

Para Gelvan, o pai nunca perdeu a importância. Para ele, a sociedade sempre evoluiu na sua cultura, e o que deixou de existir foi aquele pai com padrões colocados, aquele pai que saía de casa para ganhar dinheiro e sustentar os filhos e, por conta disso, não tinha tempo para lidar no dia-a-dia deles. Essas mudanças trouxeram uma participação maior do pai, no cotidiano dos filhos, e uma conscientização maior de sua importância para que os filhos venham a ser menos comprometidos psíquicamente. *Antigamente, os pais tinham um domínio emocional e psicológico muito grande sobre os filhos, não importando a presença deles. Mesmo na ausência, esse domínio permanecia. Hoje em dia, os pais estão mais humanizados e sentindo necessidade de uma presença física mais constante.* Porém, sabemos que a integração da história pessoal de cada pai, como também seu comportamento, devem ser

entendidos como expressão de uma identidade parental, mesmo dentro de uma nova contextualização.

Se, de um lado, Gelvan é um pai doutrinador, no sentido de transformar o menino no filho que gostaria que fosse, por outro, para o filho, a sensação de segurança que Gelvan lhe transmite é bastante estruturante para a sua formação. Não podemos, no entanto, desconsiderar que o desenvolvimento de um menino pode ser marcado por conflitos e angústias, conforme aponta Montgomery (2005: 65): “Um pai rígido e punitivo ativará no menino característica defensiva, estimulando-o a reprimir a sua ternura, inibindo a sua qualidade paternal, que o habilitaria a exercer as funções de provedor e protetor com humanidade e amor”.

Gelvan defende que, um pai precisa estar ao lado do filho para dar uma diretriz, para apontar o que é bom e o que é ruim, na sociedade, pois, caso contrário, não conseguirá criá-lo dentro da *linha* do respeito e da boa convivência. Gadotti (2003) define a relação de pais e filhos como uma relação dialética - de unidade e de oposição - ao mesmo tempo. Segundo o autor, se esta relação se reduzir à oposição, ferirá a liberdade do filho e acentuará o autoritarismo do pai. Se ficar na pura unidade, esgota-se a autoridade do pai e o filho se sente abandonado, *sem pai*. No primeiro caso temos uma paternidade baseada no autoritarismo e no segundo temos uma paternidade ausente, que não é o caso deste pai *diligente*.

Gelvan acredita que, hoje em dia, a sociedade cria informações e hábitos muito diferentes e o pai pode acabar se perdendo. *Então, eu acho que o que mudou foi apenas a necessidade que cada pai tem de estar mais próximo dos filhos. A importância é a mesma, mas de forma diferente. Ser pai, para ele, passa por questões de responsabilidade, de formação e de transformação. Você tem um filho e esse ser humano vem para a sua responsabilidade independente da sua situação, mas acho que o objetivo que você tem é formar o ser humano que foi destinado a você formar. Então, a minha relação com a paternidade é transformar o meu filho em um ser humano viável.*

Tornar o filho em um ser *humano viável* parece ser o que esse pai *diligente* mais deseja, retomando ao seu passado, enquanto filho, posto que seu pai, provavelmente, teria tido a mesma intenção. Em relação a isso Felzenszwalb (2003:40) pontua: “as hipóteses consideradas são de que os pais ou copiam o modelo de envolvimento vivido com seus próprios pais, seja ele intenso ou distante, ou tentam compensar a falta de envolvimento deles”. No caso de Gelvan, o que nos parece adequado sugerir é que, em que pese toda a

modernidade de hoje em dia, o que está latente nele é o modelo que teve do seu pai: antiquado talvez, mas o qual entende como o mais correto.

Da relação afetiva, entre Gelvan e seu pai, apreendemos que se de um lado não havia aconchego corporal, de outro havia a sensação de segurança (a mesma que ele tenta dar ao filho), a certeza do caminho a seguir. Portanto, considera e entende a imposição de limites como demonstração de amor.

Pertence à figura do pai, entre outras coisas, compreender as evoluções da sociedade e as diferenças entre o mundo da família e o mundo social. Corneau (1997) afirma que não é porque um pai cuida, corporalmente de seu filho, que ele é um pai-mãe, ele é simplesmente um pai; ele dá uma realidade a esse substantivo que permanecia quase sem sentido. Cada um dos progenitores tem uma dupla função: função de referência corporal para a criança do mesmo sexo, e, função de lugar do desejo, para a criança do sexo oposto

Gelvan argumenta que, na sociedade atual, a presença *física* do pai se torna cada vez mais importante no convívio, na relação e, que no futuro, isso vai se tornar mais importante ainda. *Visto que toda essa quantidade de informações que entram pela sua porta, através dos meios de comunicação, na verdade são informações que se não tiver alguém para filtrar e para orientar, você acaba criando um filho dentro daquilo que de repente não é o seu caráter.* Por causa desses aspectos, Boff (2005) define que não há só aconchego, mas também trabalho, não só bondade, mas também conflito, não apenas ganhos, mas também perdas; cabe ao pai mostrar que em tudo há limite. Operar essa dinâmica é atender ao princípio antropológico do pai, sem o que ele está prejudicando seu filho, talvez de forma permanente.

Ou seja, para impor a sua *doutrina*, a sua personalidade, aquilo que conhece como vida, Gelvan quer estar muito próximo do filho, para que ele não tenha essa imposição através de outros meios de comunicação, mais abstratos que podem preterir o que pensa como o melhor para a educação dele. *A única maneira de fazer com que seus conceitos estejam vivos é estar presente, doutrinando, trazendo o que você acha que é certo e errado para o dia-a-dia dele. Porque seu filho é uma fita a ser gravada e se você não tiver cuidado quando você chegar ali para gravar o que quer gravar, ele já não terá mais espaço.* Quando Gelvan tece o comentário de que o filho é uma fita a ser gravada, estará ele se esquecendo que muita coisa já está gravada, mas que muito mais há ainda, a ser gravado, quando se nasce? Tudo vai depender muito de como a relação, pai e filho, será conduzida em relação aos limites impostos e às trocas de afeto. Para Hurstel (1999:153), “desde as primeiras palavras, a identidade paterna, o tornar-se pai, encontra suas raízes no passado, na linhagem e

na família de origem, por inserção na ordem das gerações, e pela transmissão do nome de família”.

O que acontece, muitas vezes, é que, como aponta Gadotti (2003:25): “existem muitos pais que, absorvidos inteiramente pela profissão, acabam se distanciando dos filhos, mesmo morando sob o mesmo teto. Um dia, acordam e se espantam ao verem seus filhos já crescidos”. É dessa situação que Gelvan, quer escapar, pois não quer correr o risco de ouvir o filho dizer que não entende mais, como certos, os seus conceitos. Para ele, esse é o maior risco: perder a identidade de pai com o seu próprio filho e, este crescer, não tendo nada da identidade com o pai.

Em outra escala, os pais se projetam nos filhos, tentando realizar, através deles, seus próprios desejos. “Mais que nunca, os filhos, hoje numericamente reduzidos, carregam sobre seus ombros as tarefas de realizar os sonhos dos pais: de ser o maior e o melhor. Espera-se dele que seja, [...] algo simples como um presidente e assim por diante” (CORSO, 1999:150). Talvez, por isso, Gelvan queira tanto doutrinar o filho, querendo fazer dele um *ser* muito melhor do que, ele mesmo, se entende como tal.

Para este pai *diligente*, nenhuma criança gosta de ter de passar pelo *sentimento de educar*, que reafirmamos, envolve dor pela imposição de limites. *No final de semana a criança gosta de ir ao shopping e então, o pai, para não perder a relação da boa convivência, deixa de querer dar limites na educação e, nesse aspecto, a criança pode perder a identidade do pai. Então, eu acho que em termos de filosofia, se não tiver esse contato físico mais constante, o filho perde a identidade imediata do pai, como eu tenho as referências do meu: ética, costumes, pois embora ele seja bem simplório, você sabe que aquilo é caráter. Mas, se você não convive no dia-a-dia, não consegue passar para o seu filho. Pensamos, que a preocupação de Gelvan faz sentido, pois a realidade atual mostra que os valores morais estão ficando cada vez mais relativos em nossa sociedade.*

Em relação à emancipação feminina, Gelvan aponta como uma necessidade, o fato de a mulher se tornar uma peça fundamental, na estrutura financeira da família, tal qual o homem. Entende, por conta disso, que o pai se vê obrigado a interagir mais com o filho, a não ser que o filho seja criado em creche – vê de manhã e pega à noite -, o que infelizmente é a situação de muitos pais. *Então, é lógico que à medida que a mulher passa a ter o papel também de mantenedora do lar, fica um espaço dentro de casa e o marido tem que interagir com esse espaço. Então, é como falei, ele vai levar o filho na escola, pegar e sai mais cedo do trabalho para poder ir à reunião de professores, o que obriga o pai a estar mais presente.*

Criar filhos, é uma coisa muito difícil para este pai *diligente*, porque a criança de hoje tem uma surpresa diferente a cada dia. *A gente acha que nosso filho é mais vilão do que a média dos outros e, na verdade, descobre que todos são pequenos vilões, e que enfrentamos os mesmos problemas.* Gelvan pensa que, o que não pode deixar de existir, é o lado fraterno na relação pai e filho: ao mesmo tempo que dá castigo, que briga e até que dá umas palmadas, há de ter um momento de conversa, de dar beijos, e de ficar na mesma vibração que o filho. *Para que a criança possa perceber que existem os dois lados do pai.*

E, da mesma forma, em que tem situações em que briga e contesta, porque o filho está irascível naquele dia, também abre mão de suas regras. *Para não deixar minha persistência ultrapassar a realidade humana e humanizar a convivência, às vezes, abro concessões. Mas não há uma fórmula de bolo: às vezes, acho que estou errando muito, às vezes, acho que estou acertando. Então, se tiver que errar, que seja por excesso, não por omissão.* Montgomery (2005:111) defende que “quando as diferenças, entre a geração dos pais e dos filhos, são vividas com o coração aberto para trocas entre os dois indivíduos, essas divergências podem resultar em desenvolvimento positivo para ambos”. Gelvan aposta que dando certo ou não, com a sua maneira de educar, sempre terá a sensação do dever cumprido.

Para Gelvan, o ser humano é como uma plantinha, vai germinando e chega uma hora em que se abre e aí, *o que você plantou, se tiver a sorte de ter germinado dentro daquela postura, daquela semente moral, vai doutrinar e levar aquilo para a vida inteira. Eu acho que vai ser o grande pilar da vida dele. Se não germinar, não foi porque não se plantou e, aí, se dá o destino: cada ser humano veio para trilhar o seu caminho, não é a gente que vai mudar. Se a coisa não seguir como você quer, eu tentei. A tristeza maior é quando você joga a bandeira, desiste. Eu acho que ser pai e mãe é isso: a obrigação de você estar sempre atento e doutrinando.* Esta semente, em nosso entendimento, parece ser fruto da boa conduta e do respeito que Gelvan retirou das referências paternas e maternas que carrega com ele.

Gelvan, certamente, traz em si a imago do pai e faz uso de suas referências paternas - aspecto que parece ser o mais relevante de sua história pessoal -, na educação do filho. Pretende criar seu filho, dentro dos valores morais e éticos apreendidos com o seu pai, mas sofre, no entanto, ao tentar se adequar às mudanças desses novos tempos.

Pensamos que ele, talvez, possa ceder um pouco e aproveitar essa máxima: “às vezes há que se endurecer, *pero sin perder la ternura jamás*” – assim já dizia o médico argentino Che Guevara.

Considerações finais

O que é ser pai hoje?

Antes, para a criança, o pai não era mais do que voz se fazendo ouvir através do corpo da mãe. Posto que o futuro da criatura não pode advir senão pela fala que produz todo ser ao dizer-se, para se expressar, a criança deve expor-se atravessando os lábios maternos, boca de vida, vindo romper o silêncio, grito de carne lançado por uma mãe que fica sem voz. Nesse instante de exílio, o pai acolhe o ser que desfalece e, sustentando seu alento, lhe fala: dura prova de não ser na passagem mais do que grito de apelo. A voz do pai assegura aquele que se introduz, quando, dado a ver, deve, para viver, dar-se a ouvir (THIS,1987:247).

As idéias de Freud, em *O mal-estar na cultura* (1929), estão mais presentes que nunca nessa atual época de crises, quando o homem, já fragmentado, sofre vários tipos de ruptura, estranhamentos e desconfortos quanto a saber o que *é* e o que *quer ser*. O sujeito contemporâneo está às voltas com o Ideal do pai. Freud se deu conta de que, em que pese a importância dos progressos da ciência, o que ela nos traz de conforto nos tira em tranquilidade. Se a invenção do telefone nos permite falar com quem amamos em um instante, a invenção da aviação nos distancia, do mesmo modo, deles. Além disso, inventou-se a bomba atômica, trazendo em seu bojo o poder da desintegração mundial. Há *overdose* de tecnologia e é tanta a informação que o homem mal consegue introjetá-la: mal se realiza uma, surge outra, e tudo o mais gira em torno das mais recentes descobertas científicas. A sensação de desamparo é grande e estamos freqüentemente buscando alguém para nos proteger. A humanidade tem que coexistir com o mal-estar na civilização. Quem irá nos salvar? Onde está o pai?

Chegando às considerações finais desta dissertação, lembramos que este estudo buscou iluminar nosso entendimento sobre a paternidade e as atribuições de papéis que se impõem, aos homens, na contemporaneidade. Até bem pouco tempo, o lugar do pai estava em segundo plano em relação aos filhos. A indiferença e a distância simbolizavam o modelo

do pai provedor, emanado de poder e de autoridade. Pouco se pensou na importância do papel do pai no desenvolvimento dos filhos e também nos prejuízos para os mesmos e para a sociedade, quando de sua ausência. Hoje, felizmente, a importância do pai vem sendo discutida, auxiliada pela pesquisa psicanalítica, nos bojos dos anseios de Freud pelo pai e com a sua recuperação por Lacan, possibilitando um maior conhecimento das subjetividades masculinas.

A ausência do estabelecimento de leis e limites mais consistentes na formação dos sujeitos e o ingresso feminino no espaço público mostraram aos homens a necessidade de ocuparem mais o espaço privado, apontando a idéia de que os mesmos também são capazes de participar e de assumir os cuidados na criação dos filhos. As mulheres continuam cobrando da sociedade uma existência de mais valia, igual a dos homens, e atualmente há uma abertura para o pai e uma autorização social para o homem exercer seu papel de forma plena. Estes, por sua vez, ameaçados em seu patriarcado e nos valores em que foram educados, rendem-se aos poucos às solicitações femininas e entregam-se aos prazeres de deixar aflorar sua sensibilidade, na relação com os filhos, com todas as vantagens da participação mais efetiva no desenvolvimento dos mesmos.

Apesar de o homem estar acostumado a vestir diversas armaduras em diferentes ocasiões, hoje, no século XXI, sente na pele a mudança de paradigma, com o declínio da dominação masculina e a conquista da igualdade de direitos, obtida pela luta das mulheres nas décadas de 1960 a 1980. No entanto, em meio às contradições da humanidade, à globalização e ao capitalismo que modela as suas subjetividades, o homem há que sustentar o lugar de pai em prol do desenvolvimento da mulher, dos filhos e dele mesmo. A leitura das experiências narradas pelos pais *diligentes* permitiram-nos pensar que a paternidade contemporânea tem uma nova feição.

Ao longo deste trabalho, fizemos diversas indagações à respeito da paternidade, as quais tentamos responder agora. Em que pese todas as respostas estarem relacionadas umas às outras, optamos por seguir a seqüência das perguntas inseridas na introdução de nosso estudo. Na verdade, e ordem conferida, não significa que alguma pergunta e sua conseqüente resposta tenha prioridade sobre outra, pois todas têm o mesmo peso e versam sobre uma mesma questão: a importância do pai na contemporaneidade.

1. É importante um pai? Podemos afirmar que sim, posto ser o pai a figura masculina mais importante na vida dos filhos, na representação de um porto seguro, no exercício da autoridade e no dizer o que é certo e o que é errado, além de demarcar as

diferenças. A presença do pai é determinante nos processos de interiorização da lei, e tem papel fundamental na construção da identidade e da subjetividade da criança. Como já pontuou Coulanges (2004), em nosso percurso histórico, desde a Antigüidade, o pai não é somente o homem forte protegendo os seus e com autoridade para fazer-se obedecer. O *pai* é, além disso, o continuador dos antepassados e o tronco dos descendentes.

2. Qual a diferença entre pai e genitor? Genitor é aquele que gera e que não necessariamente deve ser chamado de *pai* e, como já pontuamos, pai é aquele que cria, que “adota” o filho e que quer chamar o filho de *seu*. Apontamos mais uma vez o que disse o pai *diligente* Juca, para corroborar nossa resposta: *Ser pai não é só gerar. Poderia até não ser pai biológico, mas se estou compartilhando e criando, e ajudando a criar e a me criar também, me considero como pai.* Trazemos Bassols (2006:54), para complementar: “o genitor nunca é pai automaticamente, é preciso uma atribuição simbólica que deve acontecer tanto do lado do pai como do lado do sujeito, para que a função do pai se sustente no genitor. É graças a essa atribuição simbólica que ao pai lhe podemos supor genitor”. O genitor se constitui pai dando nome ao filho(a).

3. Será a paternidade uma construção? Entendemos a paternidade como uma construção e por isso valorizamos a “adoção” do filho pelo pai e a sua vontade em considerar aquela criança como *seu* filho. Marie-Madeleine Chatel (1991:35) “constata que o nascimento de uma criança constitui para o pai um momento de choque, que dá lugar a defesas. [...] Este homem é chamado à função de dar Nome e cabe a ele designar ao novo indivíduo, seu lugar singular na série de gerações”. Privilegiamos a paternidade voluntária, não como sinal de alarme da decadência do papel do pai biológico, mas como força e expressão de uma consciência de valor e da existência do desejo do homem em se responsabilizar como *pai* de seu filho.

4. O papel do pai muda ou evolui? Podemos dizer que evolui, pois pelo que pesquisamos, o pai deixa-se envolver efetiva e afetivamente no cotidiano de seus filhos, não se limitando apenas ao papel de provedor. No entanto, a evolução não passa por abrir mão do exercício da função paterna, pois sabemos que o enfraquecimento do homem em encarná-la deve preocupar a sociedade no que se refere às gerações futuras. Sem a ordenação da lei do pai para constituir homens, como esses poderão viver em comunidade? Para obtermos gerações melhores e conseqüentemente pais e filhos melhores, há que se observar que uma sólida formação exige instrução, valores morais e éticos, referências e vivências afetivas. A preocupação com esses valores demonstra consciência e responsabilidade e deve ser um

exercício diário dos sujeitos, de pais e filhos. A sociedade precisa efetivar a restauração da importância do papel do pai e os homens necessitam se conscientizar da importância de ocuparem seu lugar no exercício da função paterna.

5. Ser pai é exercer a função paterna? A função paterna pode ser exercida pela mãe ou até por outra pessoa, portanto, ser pai não é apenas exercer essa função. Para ser *pai*, é preciso, inclusive, ser mais do que um *pai biológico*. No entanto, como não há atribuição automática da função às pessoas, é preciso um ato de vontade para que essa função se sustente e seja transmitida. É preciso querer ser responsável pelo filho, adotá-lo, senti-lo seu, e, além de inscrevê-lo na certidão de nascimento, inscrevê-lo também no coração. Como já dissemos, ser pai é um exercício árduo de construção do ser-pai, em cima de suas próprias subjetividades e das subjetividades dos filhos. “O pai só é digno de receber o amor na medida em que ele sustente sua função. E este amor não é narcísico, ele resulta de um amor do símbolo, porque o símbolo nos advém, igualmente como dom” (CHATEL, 1991:32).

6. A função paterna muda com o tempo e a cultura? A função paterna em si, que é o de dar sustentação, de ser o esteio e ponto de ancoragem dos sujeitos, transcende o tempo e a cultura. Porém, a forma de exercer essa função, pode mudar de acordo com a cultura de cada povo e também de acordo com a época em que se vive. O que muda é o ser humano, pois segundo Chatel (1991:35), “a função é sustentada pela consistência interna que terá sido produzida pelo funcionamento de seu pai para ele enquanto filho. A articulação não se faz imediatamente entre o corpo de homem-filho e a função nomeadora que ele deve encarnar”. Parece que a principal mudança, que ocorre num homem, é a de quando sente-se responsável pelo filho que pôs no mundo.

7. O que pensa o pai sobre a função paterna? Nas narrativas dos pais *diligentes*, os aspectos atribuídos à função paterna, de dar limites, dar segurança, ser o esteio dos filhos, promover a sua emancipação e provê-los, são evidentes. Sentem-se homens-pais, no registro da função, e funcionam como os representantes da Lei. Talvez, a questão da expressão da afetividade é que não se encontra ainda de forma bem resolvida por haver preconceito, seja por não saberem lidar com a mesma, por medo de comprometer sua virilidade e/ou receio de perder o limite na educação dos filhos. Como já pontuou, o pai *diligente* Mauro, apesar de sentir sua responsabilidade duplicada, pelo fato de cuidar dos filhos *sem* a mãe, não superdimensiona o seu papel de pai. Considera ambos, pai e mãe, necessários para a formação dos filhos. E entende que, se a situação fosse invertida, a mãe poderia exercer, da mesma maneira que ele, a função paterna.

8. Quais fatores do mundo atual interferem no exercício da função paterna? O ser humano, no exercício da função paterna, legisla e dá limites e, por conta disso, deve ter como referência que dar tudo para os filhos é sinal de poder e não de amor. Na falta do homem, alguém deve sustentar a função paterna, pois os efeitos da exclusão desse tipo de sustentação se fazem sentir no indivíduo, na família e na sociedade. Um dos males que influem negativamente no exercício dessa função é a equação: *dar tudo para os filhos, sem limite é igual a muito amor*, é errônea e extremamente prejudicial à formação dos indivíduos. O resultado dessa equação, no filho, provavelmente, será o sentimento de um imenso vazio e o desejo de a qualquer preço preenchê-lo, seja ao custo de um consumismo desenfreado, da violência física ou verbal ou ainda do uso indiscriminado de drogas. O amor é fundamental na relação pai e filho e é um antídoto para a barbárie. Todo ser humano tem necessidade de amor e gosta de saber que alguém se importa com ele. Portanto, o papel de pai – que também é de educador -, é ensinar através da equação: *amar é igual a estabelecer limites*. Do contrário, há de se perceber, nessa não-atitude, a negligência, a falta de respeito com o outro e consigo mesmo, sintomas de alienação social e de risco à civilização.

9. Para quê serve um pai? Freud (1913) afirma que “o que uma imaginação infantil espera de um pai é proteção, cuidado e indulgência”. Apontamos que um pai serve para nos dar segurança. Pai tem parte ligada com a nossa demanda de segurança, dentro dos campos social e psíquico. O pai nas fases iniciais da criança é habitualmente considerado um desconhecido, mas, ao nosso ver, e, também para Lessa (2004:39), o pai é “conhecido desde sempre, pois está presente na relação, possibilitando e promovendo uma distribuição triangular e proporcionando um desenvolvimento decisivo nas futuras relações objetais”. O pai entra nessa relação trazendo um novo cheiro, uma nova textura e novas impressões à criança, o que possibilitará o armazenamento de aspectos e sensações que diminuirão uma ligação extremada com a mãe (p.39).

10. O que é ser pai hoje? Percebemos, em nossa pesquisa, a paternidade contemporânea, como uma realização pessoal, onde o homem encontra tempo para ouvir os filhos com atenção, demonstra interesse por seus sentimentos, preocupa-se com suas atividades na escola, além de desejar formar vínculos fortes e consistentes com eles. Parece-nos, também, que o sucesso financeiro cedeu espaço a uma melhor qualidade de vida e o desejo de domínio foi trocado pelo diálogo. Lucram os pais, que demonstram alegria na paternidade, mas principalmente os filhos que têm na pessoa desse novo pai, um modelo de referência para a formação de suas identidades e subjetividades. Destacamos, mais uma vez,

o que Gelvan, um de nossos pais *diligentes*, considera: *Acho que o pai de hoje leva o filho para a escola, comparece às reuniões de pais, além de dizer não em determinadas situações. Eu interajo um pouco mais, porque sou sozinho, mas hoje em dia os pais não são muito diferentes em termos de postura.*

As mudanças que estão acontecendo em relação às representações familiares trouxeram transformações que levam a um determinado tipo de evolução, como as que participam os pais *diligentes*, construindo cada um, à sua maneira, as formas de ser pai, apontadas nas narrativas, como novamente esta fala do pai Mauro: *you tem que andar mais junto do seu filho, em termos de entender o videogame do seu filho, a atenção concentrada dele na televisão. É mais uma adaptação nossa, em termos evolutivos do ser humano.*

Em relação às questões que Julien (1997) levanta, no capítulo três, o que é para um filho(a) ter um pai, o que é que faz com que um sujeito diga que tem ou teve um pai? complementamos com: **O que é para um filho ter um pai e o que faz com que ele diga que tem ou teve um pai, hoje?** Pensamos que para um filho(a) *ter um pai*, primeiramente, deve se sentir amado e tocado afetivamente por esse homem. E para o filho(a) dizer que *tem ou teve um pai*, este pai lhe deu proteção física, recursos materiais, cuidados e atenção; contribuiu para a formação de seu caráter, da sua identidade e, além disso, o educou com base na ética, no afeto e no respeito. Oportunizou, desta maneira, a este filho, uma vida equilibrada física, psíquica e emocionalmente, dando-lhe condições de sair da posição de objeto do gozo do outro, para *ser* sujeito de sua própria história e, no rodar do ciclo da vida, saber, um dia, passar de filho a pai. Este filho contemporâneo já vivencia um modelo de participação do pai, se dentro de uma relação conjugal, baseado na divisão de cuidados e responsabilidades por parte de pai e mãe, e, se no caso dos pais *diligentes*, já percebe, sem preconceito, o homem executar serviços domésticos, o que lhe aponta, uma nova estrutura de poder e hierarquia entre os gêneros.

Na relação entre a educação e a psicanálise, à pergunta: **podemos dizer que o interdito é um parâmetro de sucesso da função paterna?** Respondemos que *sim*, tanto para o sucesso da função paterna quanto para a educação dos sujeitos, visto que essa função castra, frustra, priva e também educa. Afinal, a atuação e o desempenho do pai, no complexo de Édipo, é a de proteger o filho da destruição do gozo devastador. A sua importância dá-se na medida em que nos parece que *as marcas do vazio* não tendem a se instalar, se o filho tiver sido educado baseado no exercício de uma função paterna atuante e afetuosa. Buscamos no pensamento de Birman (2001) algumas conseqüências quando do surgimento desses

vazios: as toxicomanias, que se difundem na maneira de lidar com o vazio, a angústia, a depressão e os sofrimentos corpóreos, diante da falência dos mecanismos psíquicos de simbolização promovidos pelos agenciadores sociais, entre os quais encontramos o exercício da função paterna.

Nossos entrevistados, homens-pais *diligentes*, constroem sua paternidade e demonstram entendimento dos deveres e dos direitos parentais e percebem como a figura do pai é fundamental como função estruturativa da personalidade do sujeito, e do desenvolvimento dos filhos. Estes homens imprimem em suas vidas o desafio de enfrentar responsabilidades e a vontade de superar as dificuldades, como a de educar, hoje em dia, dentro de valores éticos e morais, nesse mundo contemporâneo, altamente globalizado e capitalista. Exercitam e sustentam a função paterna, na relação com os seus filhos, aliada a um modelo de pai, cujas referências buscaram nas *imagos* de seus próprios pais, no caso do *Mauro* e do *Gelvan*, e, no caso do *Juca*, na *imago* da mãe, como apontamos antes. Estes homens assistem à emancipação feminina como um dado de evolução cultural e social da contemporaneidade, validado pelo desejo legítimo que a mulher tem de se tornar, de fato e de direito, um sujeito social, com tudo o que isso traz e comporta atualmente.

Sabemos que estes homens-pais, entrevistados, não representam toda a população de *pais* que vivem, atualmente, em situação monoparental. Apontam, no entanto, uma parcela de homens que sofreram mudanças na composição familiar. Com estes pais, que denominamos *diligentes* (que significa *aquele que ama, zeloso, afeiçoado*), não pretendemos indicar uma maior valia do pai ou uma menor necessidade da mãe. Apenas realizamos um recorte no desejo de iluminar este tipo de caminho paterno contemporâneo e valorizar o lugar do *pai*, no qual nem deveria ser questionado: ao lado do(s) filho(s). Enfatizamos que, sem o amparo da família, a sobrevivência do ser humano pode ficar comprometida. A família é muito importante mesmo vista em suas novas formas, definidas segundo Bassols (2006:54): “famílias monopaternais” – nas quais um só pai ou mãe convive com os filhos -, até as “homopaternais” – nas quais o casal é do mesmo sexo biológico.

Como Lacan (1957-58/1999) concebe uma teoria do pai que está além do Édipo e que é um agente separador, aquele que diz *não*, que demarca que nem tudo é possível e aquele que diz *sim*, que deseja, que oferece um horizonte, uma bússola a partir do *não*, deduzimos, que estes pais *diligentes*, pais contemporâneos, se encaixam de certa forma na constituição das subjetividades da teoria lacaniana, onde não necessariamente a morte do pai é condição para que o Outro possa advir, dando condição de possibilidade ao sujeito e seus atributos. Se

houve um declínio da paternidade, concluimos que hoje, pelo que pesquisamos, **o mundo atual não é um mundo sem pai. O pai continua a ter importância e a ser imprescindível, muito embora com outra roupagem e nem sempre estabelecido numa família nuclear.** Considerando que a função paterna é uma estrutura que dá base e sustentação aos sujeitos, mesmo quando há oscilação nas representações da função, pressupomos, então, que são as referências paternas e/ou maternas, - representadas pelo exercício da função paterna -, com as quais esses pais *diligentes* foram criados, que estes pais procuram imprimir na educação de seus filhos.

À questão inserida pelos teóricos franceses Jean Delumeau e Daniel Roche (1990) na introdução deste trabalho: hoje, o pai tem futuro no Ocidente? respondemos que **sim, o pai tem futuro no Ocidente**, principalmente se falarmos em paternidade voluntária, pois reafirmamos que o filho torna-se *filho do pai*, quando o pai o assume de fato. Não existiria uma civilização se, por hipótese, a resposta fosse negativa. Afinal, sem alguém exercendo a função paterna, a sociedade estaria caoticamente perdida, pois a ordem precisa ser estabelecida e instalada entre os seres humanos. Portanto, esta pergunta perdeu sentido em nosso estudo, posto que, como os seres humanos existem e continuarão a existir, afirmamos que o pai tem futuro sim, para o bem da civilização.

A paternidade contemporânea, pelo que pudemos perceber, exhibe uma nova feição, e real esforço do homem-pai para estabelecer um novo vigor no exercício da função paterna. Estes homens estão mais conscientes ao ocupar esse espaço, tão importante, na vida dos filhos. Parecem ter entendido que dedicar uma parte do seu tempo ao convívio com os mesmos é um investimento seguro a curto, médio e longo prazos, com resultados promissores para a relação pai e filho, para a família e para a sociedade.

Reafirmamos que o **pai tem futuro sim**, e, segundo nossos pais *diligentes*, **não há morte do pai** e sim um *novo pai*, que assume as amarguras e as delícias da paternidade, com responsabilidade e muita dedicação. Se a sociedade padece de instabilidade, e tudo está tão fora de controle, cabe (re)afirmamos o lugar do pai já e sempre.

Referências bibliográficas

Livros

ABERASTURY, Arminda. **Psicanálise da criança: teoria e técnica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família no Ocidente**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BADINTER, Elizabeth (1992). **XY: Sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, 2. ed.

_____(1986). **Um é outro; relações entre homens e mulheres**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BADIOU, Alain. **Ética. Um ensaio sobre a consciência do Mal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BARUS-MICHEL, Jacqueline. *A democracia ou a sociedade sem pai*. In: Garcia de Araújo et all. **Figura paterna e Ordem social: tutela, autoridade e legitimidade nas sociedades contemporâneas**. PUC Minas: 2001, p.29-39.

BAUER, M. et GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BIRMAN, Joel. *Subjetividade, contemporaneidade e educação*. In: Candau, Vera Maria (org.). **Cultura, linguagem, subjetividade no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.11-28.

BOFF, Leonardo. **São José, a personificação do Pai**. Campinas, São Paulo: Verus Editora, 2005.

BOLLE de BAL, Marcel. *Da revolta contra os pais à revolta dos pais*. In: Garcia de Araújo et all. **Figura paterna e Ordem social: tutela, autoridade e legitimidade nas sociedades contemporâneas**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001, p.41-57.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. **Novo dicionário da língua portuguesa**, 2ª.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, p.819 e 1246.

CANEVACCI, Massimo. **Dialética da família**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da maternidade: Uma crítica à Freud, a partir da mulher.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

CORNEAU, Guy. **Pai ausente, filho carente.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1991.

CRESPO, Noêmia Santos. **Modernidade e declínio do Pai: Uma abordagem psicanalítica.** Vitória: EDUFES, 2003.

DELUMEAU, Jean e ROCHE, Daniel. **Histoire des pères et de la paternité.** Paris: Larousse, 1990.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência.** São Paulo: Editora Atlas: 1990.

DOR, Joël. **O pai e sua função em psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1991.

_____. **Introdução à Leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. **Introdução à Leitura de Lacan: estrutura do sujeito.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DUPUIS, Jacques. **Em Nome do Pai. Uma História da paternidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ENRIQUEZ, Eugène. **Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREUD, Sigmund. (1910). *Um tipo especial da escolha de objeto feita pelos homens (Contribuições à Psicologia do Amor I).* In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Volume XI. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.167-180.

_____(1912). *Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor (Contribuições à Psicologia do Amor II).* In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Volume XI. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.181-195.

_____(1913a). *Totem e Tabu.* In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Volume XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.21-86.

_____(1913). *O interesse educacional da psicanálise.* In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Volume XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.190-192.

_____(1914). *Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar*. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Volume XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.247-250.

_____(1914). *Sobre o narcisismo: uma introdução*. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.77-108.

_____(1917-1918). *O tabu da virgindade: contribuições à psicologia do amor III*. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Volume XI. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.199-215.

_____(1921). *Psicologia de grupo e análise do ego*. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.115-120.

_____(1924). *A dissolução do complexo de Édipo*. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Volume XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.193-199.

_____(1925). *Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômicas entre os sexos*. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Volume XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.193-286.

_____(1927). *O futuro de uma Ilusão*. (1930) *O mal estar na civilização*. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Volume XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.18-39.

_____(1939). *Moisés e o monoteísmo*. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Volume XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.13-151.

GADOTTI, Moacir. **Dialética do amor paterno** – São Paulo: Cortez, 2003.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Palavra e verdade na filosofia antiga e na psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

GARCIA DE ARAÚJO, José Newton. *Função paterna e constituição dos grupos sociais*. In: Garcia de Araújo et all. **Figura paterna e Ordem social: tutela, autoridade e legitimidade nas sociedades contemporâneas**. PUC Minas, 2001.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, s/d

HENSCHER DE LIMA, Claudia e ARAGON, Vera. *Pai, modernidade e toxicomania: versão do pai e diagnóstico diferencial na toxicomania*. In: **Para quê serve um Pai? Usos e Versões**. Escola Brasileira de Psicanálise. LATUSA 11. Rio de Janeiro: 2006:242, p.115-130.

HURSTEL, Françoise. **As novas fronteiras da paternidade**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

JULIEN, Philippe. **O manto de Noé – Ensaio sobre a Paternidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

JURITSCH, Martin. **Sociedade da Paternidade**. O pai na família e no mundo. Uma análise antropológica. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.

KEHL, Maria Rita. *Em defesa da família tentacular*. In: Groeninga, G.C; Pereira, R.C. (orgs.) **Direito de Família e psicanálise: Rumo a uma nova epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003, p.163-176.

LACAN, Jacques (1938). **Os complexos familiares na formação do indivíduo**: outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. (1957-1958). *As formações do inconsciente*. In: **O Seminário. Livro 5**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LAJONQUIÈRE, Leandro. **De Piaget a Freud: para repensar as aprendizagens**. Petrópolis: Vozes, 1992.

MANNONI, Maud. **Educação impossível**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

MANSO DE BARROS, Rita Maria. *A adolescência e o tornar-se mulher*. In: Farias, Francisco R. e Dupret, Leila; **A pesquisa nas Ciências do Sujeito**, Rio de Janeiro: Revinter, 1998:157-182.

_____. *A Psicose, o significante Nome-do-Pai e a contemporaneidade*. In: Farias, Francisco R. **Psicose. Ensaios Clínicos**. Rio de Janeiro: Revinter, 1999:41-64.

_____. *Sexualidade infantil e educação*. In: **Encontros psicopedagógicos: anais do IV Seminário do Instituto de Psicologia**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002, 147 p.

_____. *Construção da subjetividade e educação*. In: **I Simpósio sobre subjetividade e educação**. Unirio: 2005, no prelo, sem numeração de página.

MEAD, Margareth. **Macho e Fêmea** – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1971.

MELLO DE LIMA, Márcia. *Uma invenção de corpo abolida pelo Pai*. In: LATUSA 11- **Para que serve um Pai? Usos e Versões**. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Psicanálise: 2006:241-248.

MILLER, Jacques-Alain. **Lacan elucidado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MOLINIER, Alain. *Nourrir, éduquer et transmettre*. in: Delumeau, Jean e Roche, Daniel (org.). **Histoire des pères et de la paternité**. Paris: Larousse, 1990:95-120.

MONTGOMERY, Malcom. **O Novo Pai**. São Paulo: Ediouro, 2005.

MONT'ALVERNE CHAVES, I. *Pesquisa Narrativa: uma forma de evocar imagens da vida de professores*. In: Teixeira M.C. & Porto, M.R.S.(org.). **Imagens da Cultura: um outro olhar**. São Paulo: Plêiade,1999, p.121- 138.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm.(1881-1882). *A gaia ciência*. In: **Os pensadores**. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1987, p.2-6.

NOLASCO, Sócrates. **O Mito da masculinidade**, Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. **Elogio da diferença**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, Lina Galletti Martins de. *A experiência da pré-escola terapêutica lugar de vida*. **I Simpósio sobre subjetividade e educação**. Unirio: 2005 no prelo sem numeração de página.

PARENTE, José Inácio. **Pai Presente**. Rio de Janeiro: Interior Produções Ltda, 2006.

PELLEGRINO, Hélio. **Édipo e a paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

RAMIRES, Vera Regina. **O Exercício da paternidade hoje**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

REIS, José Roberto T. *Família, emoção e ideologia*. In: Lane, Silvia e Wanderlei, Codo (Orgs.) **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.99-124.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____ et PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.541-542.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

THIS, Bernard. **O Pai: ato de nascimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário Latino-Português**. 3ª.ed. Porto: Edições Maranus, 1945.

TOSCANO, Moema. **Introdução a sociologia educacional**. Petrópolis: Vozes, 1987.

VESCHI, Jorge Luís. **A morte de Deus e o assassinato do Pai: Nietzsche e Freud**. RJ: Butiá, 1996.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Cadernos, Revistas Científicas, Jornadas, Monografias, dissertações e teses:

BASSOLS, Miquel. *Família e Nome-do-Pai. Scilicet dos Nomes do Pai*. Textos preparatórios para o Congresso de Roma. 13 a 17 de julho de 2006, p.54-55.

CARVALHO, Maria Luisa. *A participação do pai no nascimento da criança: as famílias e os desafios institucionais em uma maternidade pública*. **Dissertação de Mestrado**, UFRJ: 2001.

CHATEL, Marie-Madeleine. *A função paterna*. In: **Dizer**. Boletim da Escola Lacaniana de Psicanálise. Rio de Janeiro, 1991.

CORSO, Diana M. L. *O teleorfanato nosso de cada dia*. In: **Psicanálise e Educação: uma transmissão possível**. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. n.16, Porto Alegre:1999, p.147-155.

FELZENSZWALB, Miriam. *“Paternogênese”. Os efeitos da exclusão do pai no desenvolvimento da personalidade e na dinâmica familiar*. **Tese de Doutorado** em Saúde Coletiva, no Programa do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ:2003.

FERNANDES, José Nunes. **O conceito de família em Freud**. Monografia. Graduação em Psicologia, Universidade Estácio de Sá, 2005.

GOMES DA SILVA, Sergio. *Sujeitos de Direitos x Sujeitos de Deveres*. In: **Revista DIÁLOGOS de PSICOLOGIA. Ciência e Profissão**. n.2, ano 2, março de 2005:56.

JERUSALINSKY, Alfredo. *O outro do Pedagogo. Ou seja, a importância do trauma na educação*. In: **Psicanálise e Educação: uma transmissão possível**. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. n.16, Porto Alegre:1999, p.7-13.

KUPFER, M.Cristina. *Declínio da função paterna e seus efeitos sobre a infância*. In: **Anais do II Colóquio do Lugar da Vida**. São Paulo: LEPSI – USP, 2000, p.65-71.

LAJONQUIÈRE, Leandro. *Freud, a Educação e as ilusões (Psico) Pedagógicas*. In: **Psicanálise e Educação: uma transmissão possível**. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. n.16, Porto Alegre:1999, 27-38.

LESSA, Regina. *A função parental no funcionamento mental precoce. A importância do pai*. In: **Prismas: psicanálise, infância, adolescência, sociedade**. Sobepi- Sociedade Brasileira de Estudos e Pesquisa da Infância. Rio de Janeiro, 2004. Vol.II, n.2.

MOLINA, Silvia Eugênia. *O sujeito cognoscente e a aprendizagem*. In: **Psicanálise e Educação: uma transmissão possível**. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. n.16, Porto Alegre:1999, p.116-122.

POLLO, Vera. *O avesso de uma paixão*. In: **Psicanálise e Educação. Referências em Freud e Lacan** – Núcleo de Pesquisa sobre Psicanálise com crianças. Rio de Janeiro: 1996, p.77-82.

RECALCATI, Massimo. *O Nome-do-Pai e a realidade*. In: **Scilicet dos Nomes do Pai**. Textos preparatórios para o Congresso de Roma. 13 a 17 de julho de 2006, p.151-153.

STOLZMANN, Marianne e RICKES, Simone. *Do dom de transmitir à transmissão de um dom*. In: **Psicanálise e Educação: uma transmissão possível**. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. n.16, Porto Alegre:1999, p.39-51.

VINCENT, Monique. *Relato da experiência do Laboratório do Cien – Aleph*. In: Caderno XVII Jornadas Clínicas. **Para que serve um pai? Usos e versões**. Escola Brasileira de Psicanálise Rio de Janeiro: 2006, p.30-32.

VIOLA, Sandra. *Da depressão ao luto na experiência analítica*. In: Caderno das XVII Jornadas Clínicas. **Para que serve um pai? Usos e versões**. Escola Brasileira de Psicanálise Rio de Janeiro: 2006, p.19-22.

Artigos de jornais e revistas

AQUINO, Ruth. *Pais e filhos na era do DNA*. **Revista Época**, Rio de Janeiro, 27 nov. 2006.

AVZARADEL. *Os novos desafios da psicanálise*. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2006. cad. Prosa e Verso, p. 1-2. Entrevista concedida a Márcia Cezimbra.

CLÉBICAR, Tatiana. *Pai deve dar exemplo?* **REVISTA. Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 6 ag.2006.

CORTEZ, Regina. *Pai deve dar exemplo?* **REVISTA. O Globo**, Rio de Janeiro, 6 ag.2006. Entrevista concedida à Tatiana Clébicar.

COSTA, Jurandir Freire. *Freud, a lei e a violência*. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, cad. Prosa e Verso, 06 maio 2006, p.6.

FERNANDES, Lílian. *Cidade dos Homens, a paternidade em discussão*. **REVISTA. Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 5 set. 2004.

FUKS, Betty B. *Freud e pacifismo*. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2006. cad. Prosa e Verso, p. 2.

GIKOVATE, Flávio. *Pai deve dar exemplo?* **REVISTA. Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 06 ag. 2006. Entrevista concedida a Márcia Cezimbra.

OUTEIRAL, José. *Os novos desafios da psicanálise*. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2006, cad. Prosa e Verso, p. 1-2. Entrevista concedida a Márcia Cezimbra.

PEDROZO, Tânia Leão. *Pai deve dar exemplo?* **REVISTA. Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 06 ag. 2006.

MEIRELES, Clarisse e SENTO SÉ, Rafael. *Não é o Vovô: A vida de homens que são pais de meia-idade*. **Revista DOMINGO, Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 ag. 2005, p.6-7.

MARINHO, Antonio. *Amizade tem limite*. **REVISTA. Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 7 ag.2005, p.26-30.

VIANA, Ralph, “*Guerreiros são meninos, no fundo do peito...*” **Revista QUALITTÁ**. Rio de Janeiro. ano 1, no. 10.

ZAKABI, Rosana. *Educação: existe outra diferença*. **Revista Veja**, Rio de Janeiro, edição 1857.

Sites visitados:

BOFF, Leonardo. **Pai cuidador**. Disponível em: <http://www.jornaldobrasil.com.br>. Acesso em: 18 jul.2006.

CARVALHO, M. R. **Pai pode entrar!** Disponível em [http:// www.aleitamento.com.br](http://www.aleitamento.com.br). Acesso em: 18 jul.2006.

CUSCHNIR, Luis. **Masculino e Feminino**. Disponível em: <http://www.aleitamento.com.br>. Entrevista para o programa Fantástico Online. Acesso: em 27 mar.2006.

LAGNADO, Grace. **O império do supereu**. Disponível em [http:// www.sedes.org.br](http://www.sedes.org.br). Acesso em: 7 dez.2007.

MANTILLA, Rosane. **Homem brasileiro descobre o prazer de ser pai participativo, mas precisa aprender**. Disponível em <http://www.aleitamento.com> . Acesso em: 18 ag.2005.

PARENTE, José I. **Sobre a guarda compartilhada**. Disponível em <http://www.pai.com.br>. Acesso em: 16 ag.2006.

Anexos



UNI-RIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Escola de Educação
Mestrado em Educação

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS**

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____,
portador da Carteira de identidade nº _____ expedida pelo
Órgão _____, por me considerar devidamente informado(a) e
esclarecido(a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida,
livremente expresse meu consentimento para inclusão, como sujeito da pesquisa.
Fui informado que meu número de registro na pesquisa é _____ e
recebi cópia desse documento por mim assinado.

Assinatura do Participante Voluntário		DATA		Impressão Dactiloscópica (p/ analfabeto)

Data

Assinatura do Responsável pelo Estudo

Seleção da amostra

- O tipo de amostra foi intencional: homens-pais que apresentaram as categorias estabelecidas para a amostra discriminada abaixo e que foram apresentados por amigos, sabedores de minhas necessidades para este estudo acadêmico.

- Homem-pai com idade entre:
 número de filhos de 1 a 3

- Estar com a guarda do(s) filho(s).

- Cuidar do(s) filho(s) sozinho sem a ajuda da mãe da criança.

O instrumento antes de adentrar o tema, traçou o perfil do entrevistado, com anotações sobre a idade, profissão, escolaridade, residência (bairro), vida cultural (clube, esporte preferido, hobbies).

Estabelecimento de contato pessoal para o início da entrevista, solicitando que o pai conte a sua história de vida: Como foram a infância e a juventude em família. O que foi marcante e positivo? O que gostaria de esquecer? Houve preferência: paterna e/ou materna? (sua e deles) O que mais admirava na família? O que menos gostava? Conte a sua história.

Introduzir, após a breve história de vida, as questões abaixo numa ficha.

Entrevista semi-estruturada

1. Para você o que é ser pai?
2. Como se dá a sua atuação com os seus filhos?
3. Quais as maiores dificuldades que você enfrenta como pai?
4. Quais as suas referências de criação paterna e materna? Você se espelha na educação que teve para educar o seu filho hoje?
5. Você se acha referência para eles?
6. Como é ser pai e mãe de seu filho? Como é cuidar de filho, sem o apoio e sem a referência materna?
7. Qual a importância do papel do pai na vida do filhos?
8. Para você houve um tempo em que o papel do pai perdeu a sua importância?
9. O que você acha que está mudando em relação à paternidade nos últimos tempos?
10. E, hoje, como você situa a função paterna? Como você descreveria a paternidade atualmente?
11. No seu entender, como se deu a ida da mulher para o mercado de trabalho, e, o que isso representou em todos os aspectos?
12. O que acha da emancipação feminina?